

GUILHERME AULER

ANTONIO SARDINHA



RECIFE. MCMXLIII

CICLO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

ANTONIO SARDINHA

EDIÇÕES DO CICLO CULTURAL LUSO-
BRASILEIRO:

- I — O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL — pelo prof. Aderbal Jurema;
- II — O HUMANISMO FINANCEIRO DE SALAZAR — por Manoel Lubambo;
- III — A DUPLA NACIONALIDADE DOS PORTUGUESES NO BRASIL — pelo prof. doutor Francisco Barreto Campêlo.
- IV — MISTICOS PORTUGUESES — por frei Romeu Perêa (no prelo).
- V — O CORPORATIVISMO E A SUA FEIÇÃO PORTUGUESA — pelo dr. Jorge Abrantes (no prelo).
- VI — ANTONIO SARDINHA — pelo dr. Guilherme Auler.

Brevemente:

JURISTAS DE PORTUGAL — pelo prof. doutor

Andrade Bezerra, diretor da Faculdade de Direito do Recife;

A NEUTRALIDADE PORTUGUESA — (tese de concurso para professor catedrático na Faculdade de Direito do Recife) pelo dr. Gilberto Osório de Andrade;

O PADROADO PORTUGUÊS NO ORIENTE — pelo jesuita português padre Antonio C. Fernandes, S. J.;

O PADRE ANTONIO VIEIRA, HOMEM PÚBLICO — por Eduardo Collier;

D. JOÃO VI, REI DO BRASIL — por Jordão Emerenciano;

D. JOÃO III — por Sergio Higinio;

PORTUGAL, PLASMADOR DA CIVILIZAÇÃO DO OCIDENTE — pelo Capitão dr. Rubens de Lima, etc., etc., etc.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CICLO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

Presidente — o Consul de Portugal em Pernambuco;
Vice-Presidente — Padre Antonio Ciriaco Fernandes S. J.;

Secretário Geral e Tesoureiro—Comdor. Jayme Ferreira dos Santos, Vice-Consul de Portugal;

Vogais — Padre Alfredo Costa, S. J.; Comdor. Padre Zacarias Tavares, S. J.; Comdor. Francisco Lima de Amorim, Antonio Gaspar Lages, Vitorino Maia, Manuel Dias dos Santos, Ernesto Leça e Salvador Moscoso.

SEDE — Gabinete Português de Leitura
Rua do Imperador — Recife
Estado de Pernambuco



Digitalizado pela
Frente Integralista Brasileira
<http://www.integralismo.org.br/>
Deus - Pátria - Família

CICLO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

ANTONIO SARDINHA

PELO

Dr. Guilherme Auler

(Professor Catedrático de História do Brasil, na Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras "Manuel da Nobrega")



RECIFE 1943

Nota bio-bibliográfica do

Dr. Guilherme Auler

DR. GUILHERME AULER

Nasceu o dr. Guilherme Martínez Auler no Recife, a 6 de janeiro de 1914, filho do industrial Cristovam Guilherme Auler e de sua esposa D. Angela Martínez Auler. Foram seus avós: paternos, Pedro Henrique Auler e Maria Elisabeth Kopp Auler; maternos, Guilherme Martínez y González-Rondán e Carmen Martínez de Grediaga.

Fez com brilhantismo seus estudos secundários no Colégio Marista, onde se iniciou na vida de imprensa, como diretor duma revista, "Altos Coqueiros". Ainda como colegial, foi um dos fundadores do "Centro de Cultura Social Dom Pedro Henrique" e redator de um mensário seu órgão, "A Monarquia".

Em 1933, ingressou na Faculdade de Medicina do Recife. Durante toda sua vida acadêmica exerceu forte atividade política, ora empreendendo viagens de propaganda e tomando parte em congressos realizados no sul do país, ora como diretor ou responsável de jornais ou revistas: "Ação Pernambucana", "Correio Imperial". Foi um dos fundadores da Ação Monarquista Brasileira e o seu secretário geral para todo o Nor-

te do Brasil. Nessa época, foi jornalista profissional, redator de um dos grandes diários de Pernambuco. Quando era ainda acadêmico, foi eleito sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo.

Fundada a revista "Tradição", em junho de 1937, assumiu a sua responsabilidade diretora, conseguindo dotá-la de oficinas tipográficas próprias.

Formou-se em medicina, em 1938, dedicando-se à especialidade neuro-psiquiátrica. Foi interno do Manicômio Judiciário, médico-interno do Hospital de Alienados, Assistente da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina, Assistente do Serviço Aberto da Assistência a Psicopatas. Atualmente, é Assistente do Manicômio Judiciário, onde se tem altamente distinguido, sob o ponto de vista profissional.

Os assuntos históricos despertaram-lhe, sempre, grande interesse. Em 1941, foi eleito sócio-correspondente dos Institutos Históricos do Ceará, Paraná e Petrópolis. Faz parte, ainda, do Instituto Heraldico-Genealógico de São Paulo e do Instituto Genealógico Brasileiro, sendo o Presidente da Seção Pernambucana desta associação.

O seu primeiro artigo foi publicado em 1930. Hoje a sua bagagem literária é já numerosa, seja em assuntos científicos como o seu trabalho "Um caso de compressão de medula" (Contribuição ao IV Congresso dos Internos dos Hospitais do Recife), premiado por uma comissão de Professores da Faculdade de Medicina, que o julgou como um dos três melhores apresentados; seja, em conferências, artigos, ensaios histó-

ricos, folhetos e separatas, dos quais destacamos os seguintes:

"O Império e a Corporação", conferência realizada em Fortaleza-Ceará, em 2-7-1933; "A Monarquia e a unidade nacional", conferência realizada em Natal-Rio Grande do Norte, a 28-6-1933 e em Fortaleza, a 3-7-933; "O separatismo da Confederação do Equador", no "Diário de Pernambuco", 17-7-936; "Divulgação Monarquista", folheto em colaboração com Sérgio Higinio, Editora Correio Imperial, Recife, 1937; "Pela Revisão da História", discurso de posse no Instituto Arqueológico Pernambucano, em 6-3-1938; "Riachuelo", conferência no Teatro Santa Isabel, como orador oficial das solenidades promovidas pelas Autoridades Cívicas e Militares de Pernambuco, em 11-6-1938; "Mascates & Bernardo", Separata da revista "Tradição", novembro de 1940; "A infância de Dom Luiz do Brasil", na Revista Genealógica Brasileira (São Paulo), n.º 2, 1940; "Aspectos da vida de Dom Luiz de Bragança", Separata da Revista do Instituto do Ceará, tomo LV, Fortaleza, 1941; "El-Rei Dom Miguel I", na revista TRADIÇÃO, n.º 21, 22 e 23; "Dom Luiz do Brasil", na revista "A Ordem", Rio de Janeiro, março de 1941; "Para uma renovação da nossa História", Separata de "A Tribuna", Recife, de 31-1-942; "O Centenário do Marechal Conde D'Eu", na revista "A Defesa Nacional" (redação Ministério da Guerra) Rio de Janeiro, abril de 1942; "A unidade nacional e os Imperadores", Separata do "Anuário da Imprensa Católica" de 1942; "Introdução" a "Charles Maurras e a Action Française" do Capitão De Paranhos Antunes, Editora Tradição, 1942; "O Apostolado Mariano", conferência pro-

nunciada no "Dia Mundial do Congregado Mariano" de 1942, publicada na revista "Estrela do Mar", Rio de Janeiro, órgão nacional e oficial das Congregações Marianas no Brasil, setembro de 1942; "Jackson e Sardinha", discurso no Centro Dom Vital de Pernambuco, em saudação ao Dr. Manuel Anselmo, publicado no Rio de Janeiro, na "Voz de Portugal", de 19-7-1942.

Congregado Mariano desde 1927, ao se fundar a Federação Mariana de Pernambuco, em 1941, foi nomeado por S. Excia. Revma. Dom Miguel de Lima Valverde, Arcebispo de Olinda-Recife, um dos seus diretores.

Por decreto do Presidente Getúlio Vargas é 2.º Tenente Médico da 2.ª classe da Reserva de 1.ª Linha do Exército Nacional, a partir de 11-9-1940.

Em 19-10-1940, casou-se com D. Hilda Meira de Vasconcelos, filha de Aldelmo Meira de Vasconcelos e de Esmeraldina Meira de Vasconcelos, neta do Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos e de D. Maria Madalena Meira de Vasconcelos.

Tem realizado uma notável ação pessoal, e intelectual no intercâmbio luso-brasileiro. Quer nas colunas de "Fronteiras", de que foi redator, quer na revista "Tradição", a sua pena sempre esteve ao serviço da cultura mater das duas pátrias. Profundamente católico, com um espírito combativo e criador, o dr. Guilherme Auler tem sido, pela palavra, pena e ação pessoal, um dos mais notáveis defensores da civilização do Ocidente em praças da Santa Cruz.

Endereço: Rua do Lima, n.º 286, Vila Angela, fone 2-2-9-7, Recife.

Antonio Sardinha

Conferência pronunciada no salão nobre do Gabinete Português de Leitura do Recife, sob a presidência do Consul de Portugal em Pernambuco dr. Manuel Anselmo, no dia 1 de Março de 1943.

Aos Companheiros e Amigos
da Revista "TRADIÇÃO", que
em todo o Brasil conservam has-
teada a bandeira da Contra-Re-
volução, num esforço sobrehuma-
no de coragem e tenacidade, de-
dico estas paginas como prova da
minha camaradagem e certeza da
perseverança de todos no bom
combate.

O AUTOR

I

○ PERFIL

De Antonio Sardinha, conhecemos quatro fotografias diferentes: a da **Nação Portuguesa** (1) obra do retratista Fernandes Tomás; a que ilustra o seu volume postumo **Ao ritmo da Ampulheta**; outra, muito divulgada no Rio de Janeiro, inclusive pela **Voz de Portugal** (2); e finalmente uma mais antiga que o livro do Sr. Conde de Alvellos, **Um Soneto**, estampa com o título "Antonio Sardinha, intimo" (3).

Todas são em posições diferentes, mas as sugestões que nos deixam os seus traços fisionomicos são as mesmas. Um frontal largo com as duas bossas salientes. Prenuncios de calvice. O rosto arredondado. Os seus olhos têm um brilho estranho, que chegam até o mais intimo do nosso ser, sensação esta que Manuel Murias confirma ao referir, que

1 — **Nação Portuguesa**, Lisboa, ano de 1925, 3ª. serie n.º. 3.

2 — **Voz de Portugal**, Rio de Janeiro, 1ª. pagina, 12-2-1937.

3 — **Um Soneto**, pelo Conde d'Alvellos, pag. 14.

eles eram "tão vivos, tão entusiastas" (4). O labio superior coberto por um bigode aparado e bem tratado. O inferior mais grosso e pronunciado. O queixo energético e saliente, índice de vontade firme. Usa monoculo. Os cabelos são lisos, bem penteados e divididos ao lado. O nariz é grosso.

Ha um todo de simpatia e de agrado. Os traços marcantes da sua fisionomia são: frontal largo, olhos brilhantes e mento pronunciado.

Na fotografia "Antonio Sardinha, Intimo", ele está mais moço e a sua calvice ainda não se esboçara. Traz ao colo, uma criança, seu filho, com apenas alguns meses de nascido. Ao pé do retrato, é legível o autografo Antonio, de letra grossa, energética, com traços bem definidos. Luiz de Almeida Braga classifica-a, como "letra rasgada, ampla e forte" (5). O a tem a conformação dum meio circulo; o t não é cortado; ha letras bem separadas; o ponto do i é grosso.

O Sr. Conde d'Aurora, "seu companheiro em algumas trincheiras" e que confessa ter discordado

4 — "Antonio Sardinha" em Voz de Portugal, 12-2-937.

5 — "Estudo", por Luiz de Almeida Braga, introdução de Roubo de Europa, pg. IX

dele "em pormenores de politica e de casos", declara que Antonio Sardinha tinha "arestas demasiado cortantes da sua estrutura de granito e bronze" (6).

Arestas demasiado cortantes... Este é o traço dominante da sua personalidade de estrutura granítica e bronzee, isto é, forte, constante e imutavel malgrado todas as intemperies. Ter arestas demasiado cortantes é um atributo dos caracteres seguros, justamente o oposto dos acomodados, dos gelatinas, sempre amoldados com todos, anonimos e zeros no rol das coisas.

Aliás, é o proprio Sardinha quem declara: "Eu não nasci para homem de Estado" (7). Isto é, para politico, como a humanidade o entende: brando, mole, condescendente, contemporizador, incapaz de se insurgir contra os erros. Não, o mestre português tem sempre a espada á mão, pronto a combater com um arrojo, que dá ás suas cutiladas a segurança da vitoria. Onde o erro estiver, onde for preciso dizer palavras fortes, a sua espada não conhece grandes ou pequenos. Combate e castiga. As suas pala-

6 — "No espelho de Sardinha", revista Broteria, maio de 1940, pg. 505.

7 — Durante a Fogueira, pg. 125.

vas não vêm cobertas de assucar, antes, pelo contrario trazem o sabor irritante do fel.

Julio Dantas é o homem das "frases de colarinhos engomados"; é o autor do "dengoso volume, *Eles e Elas*", já também chamado de "pessimo e alambicado" noutra parte; não é pessoa "que se haja de citar em coisas serias" (8).

Tomaz Ribeiro, quando envenena as relações dos dois povos peninsulares, escreve apenas "xaropadas liricas" (9).

Augusto de Castro é "o chefe supremo da nossa sub-mediocracia", ou doutra vez, "o principe reinante da nossa mediocracia, — o sub-escritor Augusto de Castro" (10).

Alfredo Pimenta, quando estava na esquerda mais avançada e ainda não evoluira para a verdade tradicional, era um "perfeito caso de histrionismo literario" ou um "bric-a-braquismo literario" (11).

Paiva Couceiro, por ter restaurado a "Carta"

8 — Ao ritmo da Ampulheta, pgs. 121 e 213, nota. Ao Principio Era o Verbo, pg. 362, nota.

9 — A Aliança Peninsular pgs. XXVI e LXXXVII.

10 — Idem, idem, pgs. LXIII e LXIX.

11 — Purgatorio das Idelas, pgs. 186 e 203.

na revolução de 1919, revolução esta em que ele tomara parte e sofrera o exilio, é um "reu de todas as incompetencias politicas e militares" (12) ou "tem mãos placidas e incompetentes" (13).

Quando procura convencer os miguelistas do verdadeiro conceito de legitimidade, que não é de modo algum um direito de propriedade particular, chama-os de "um reduzido grupo sonolento de fieis (que) não possuíam da Realeza outro conceito, que não fosse o dum vago lealismo romantico" (14).

A Monarquia-Constitucional é a "ignobil mentira caída em 5 de outubro de 1910". Os partidarios da sua restauração: "materia morta em total desagregação" (15). Os seus agentes de propaganda: "os embalsamados marechais do Senhor Dom Manuel II, que foi Rei de Portugal, por um acaso tragico para a sua e nossa patria". (16)

Quando do pacto de Paris, entre miguelistas e manuelistas, ele grita com todos os seus pulmões:

12 — A Teoria das Cortes Gerais, pg. CCXXI.

13 — Processo dum Rei, pg. 144.

14 — A Teoria das Cortes Gerais, pg. CCXIV.

15 — A prol do comum, pg. 282.

16 — A Aliança Peninsular, pg. LVI.

"Somos atraído por uma Infanta de Portugal" (17).

Dom Manuel, no exílio, concede títulos nobiliárquicos, o que é absolutamente contrario ao principio da instituição. Comenta, então, que o Banco de Portugal também fabrica notas com a mesma sofreguidão... (18)

Se o convidam para tomar parte num movimento armado, responde: "não nos subordinamos á simples imposição materialista de qualquer pretoriano mordido de cesarite aguda" (19).

O regime de 1910 é a "nossa republica de mulatos, judeus e metecos" (20).

A politica de Dom Manuel e a do seu representante Aires de Ornelas é a da "subserviencia a mais agachada" (21), pelo incolor das atitudes dubias.

Aí estão algumas amostras das suas "arestas demasiado cortantes". Esta coragem, este desassombro, naturalmente, tinha que provocar reações tre-

17 — A Prol do comum, pg. 262.

18 — Idem, idem, pg. 265.

19 — Idem, idem, pg. 266.

20 — A Aliança Peninsular, pg. XL.

21 — Idem, idem, pg. XLII.

mendas, mesmo que não fosse por uma mera questão de desabafo intimo... Simples attitude irracional, de quem não quer dar o braço a torcer. Em vida, só ataques e combates Antonio Sardinha encontrou-os. Certa vez, em conversa com João Ameal, ele situava o problema dos escritores, em duas categorias: ou se é uma **esperança** ou um **consagrado**. Por maiores esforços que o intellectual moço faça sempre estará no estagio da **esperança**, enquanto que um acaso qualquer burocratico não o transforme num **consagrado**. Então, ele não precisa produzir coisa alguma, é uma mumia de Academia ou Museu, e não amedronta ninguém porque está inofensivo. Estas confidencias distanciaram-se, apenas, duas semanas da sua morte, cuja fatalidade tremenda o elevou á consagração, pois não podia mais fazer medo ou sombra a ninguém (22)... De todos os setores as homenagens foram unanimes, comenta Ameal.

A descrição do seu enterro faz-nos Manuel Murias, com palavras sentidas. Na sua tão amada Quinta do Bispo, em Elvas, num leito, está o cadaver

22 — Panorama do Nacionalismo Português, por João Ameal, pg. 101 e 102.

de Antonio Sardinha, o bigode caído, uma fisionomia serena de justo, como se estivesse a dormir. Circulam filas de pessoas de todas as categorias e de todas as idades, que querem ve-lo pela ultima vez. Soluços se ouvem naquela atmosfera triste, entrecortada do choro da sua viuva Ana-Julia, e da sua mãe Maria do Rosario.

Forma-se o cortejo, pois ele vai enterrar-se na sua terra natal, em Monforte, a 30 quilometros distantes. É uma multidão imensa de carros, automoveis, que seguem em peregrinação, ao som dos sinos que dobram a finados. O frio de janeiro dum inverno rigoroso não se faz sentir entre os que prestam a sua homenagem funebre. Pelo contrario, de todos os atalhos surgem novos grupos que se incorporam. Já é noite quando alcançam o cemitério de Monforte, que não comporta tanta gente. Fizera-se a vontade do poeta que cantara:

"Monforte, do Alentejo, nobre vila,
com grandes torres no brasão cimeiro,
á tua sombra rustica e tranquila
eu dormirei o sono derradeiro!

Darei á tua argila, a minha argila,
meu barro quer o teu por companheiro.
A paz final eu lá irei dormi-la
já que foi lá que vi a luz primeiro!" (23)

Simeão Pinto de Mesquita, seu companheiro de estudos em Coimbra e de lutas politicas, tambem descreveu este funeral com dois sonetos dos mais belos.

Antonio Sardinha, nascido a 9 de setembro de 1888, falecia a 10 de janeiro de 1925, aos 36 anos de idade, sem deixar descendencia, pois seu unico filho morrera, abrindo no seu peito "uma chaga, que para sempre ficou sangrando", como escreve Luiz de Almeida Braga (24). Esta perda irreparavel foi a "primeira das grandes esperanças mortas de quem tanto merecia da vida", comentavam seus discipulos (25).

Em 1933, reuniam-se num só jazigo os ultimos restos de pai e filho (26).

23 — "Antonio Sardinha", por Manuel Murias, em *Voz de Portugal*, 12-2-1937.

24 — "Estudo", Introdução ao Roubo de Europa, pg. XXIX.

25 — *Revista Estudos Portugueses (Integralismo Lusitano)*, Lisboa, janeiro de 1933, fasciculo X, volume I, pg. 575.

26 — Idem, idem, idem.

Duas grandes amizades, Antonio Sardinha cultivou entre nós, no Brasil: com Oliveira Lima e Jackson de Figueiredo. O primeiro nas suas notas intimas, deixou consignada toda a sua admiração com as seguintes palavras: "Antonio Sardinha, cuja amizade eu tive a boa fortuna de cultivar na minha estada de seis meses em Portugal em 1923, e cujo desaparecimento prematuro, aos 36 anos de idade, em pleno viço da inteligencia fogosa, tanto deplorei, tornara-se uma ilustração posta ao serviço de uma combatividade" (27).

Eis um perfil autentico: "uma ilustração posta ao serviço de uma combatividade". Nada mais curto, mais incisivo e mais sincero. E, note-se que o gordo pernambucano, nestas suas "memorias", muito poucos elogios faz, pois já determinara que seria um livro postumo...

Esta admiração de valores foi reciproca. Nos seus estudos historicos, Sardinha apoia-se varias vezes nas obras do brasileiro, e quando este anunciou a publicação do seu livro *Dom Pedro e Dom Miguel*

27 — *Memorias*, por Oliveira Lima, pg. 31.

(28), ele escrevia satisfeitissimo: "vamos ter, enfim, uma historia de Dom Miguel". (29).

Este volume ficou concluido seis meses após a morte do escritor português, a quem é dedicado com estas palavras: "À memoria de Antonio Sardinha, tão leal, tão animoso, tão vibrante".

Tão leal, tão animoso, tão vibrante: sintese felicissima que amplia o seu primeiro perfil. Sardinha, Lucio de Azevedo e Fidelino de Figueiredo são, ainda na boca de Oliveira Lima, "os tres amigos que, após trinta anos de minha ausencia da terra, me deram com sua gratissima convivencia a impressão do Portugal da minha mocidade de que eu conservava a saudade" (30).

A amizade de Sardinha com Jackson de Figueiredo "tem qualquer coisa de simbolico e providencial", comenta Severino Sombra num bellissimo estudo, que em 1933 nos mandava de Lisboa, onde sofria o exilio (31). É que Jackson representa a

28 — *Dom Pedro e Dom Miguel* (A querela da sucessão), Editora Melhoramentos, São Paulo.

29 — *Ao ritmo da ampulheta*, pg. 207, nota.

30 — *Dom Pedro e Dom Miguel*, pg. 8.

31 — *Revista A Ordem*, Rio de Janeiro, "À margem do Diálogo de Gama e Castro", dezembro de 1933, pg. 848.

contra-revolução brasileira, nas suas primeiras afirmações de Revolução da Ordem. Sardinha é para ele "uma das personalidades mais complexas, mais brilhantes e mais fortes da intelectualidade contemporânea", e "o batalhador de alta política, o crítico severo, o terrível polemista e até o erudito" (32).

Aí fica consignado neste conceito valiosíssimo, um outro perfil do Mestre português.

Jackson pedia a atenção do público brasileiro para o apóstolo da restauração lusitana, tão pouco conhecido entre nós, pois só "escritores portugueses do mais refinado latrinarismo ou da mais evidente inferioridade literária", dizia o nosso sergipano com a sua palavra candente de violência, conseguem o monopólio dos aplausos e elogios (33).

"A Lição do Brasil", ensaio perfeitíssimo, escrito em 1923, onde o problema das relações da antiga metrópole com a sua emancipada colônia tem uma definição acertada, é dedicado por Sardinha "A Jackson de Figueiredo" (34). Noutro trabalho, ele

32 — *Literatura Reacionária*, por Jackson de Figueiredo, pg. 125.

33 — *Idem*, *idem*, pg. 133.

34 — *A prol do comum*, pg. 181 a 221.

ao afirmar que a Elísio de Carvalho falta-lhe uma doutrina, uma filosofia, diz que esta "o Brasil já possui nas belas campanhas de Jackson de Figueiredo, MEU IRMÃO na mesma dupla fé religiosa e tradicionalista". (35).

Visitemos, agora, a Quinta do Bispo, moradia daquele "bom português", que conforme se lê numa lapide existente no aqueduto de Elvas, "amou e muito serviu" esta cidade. Sua viúva Ana-Júlia é hoje a castelã deste novo lugar de peregrinação. Desde janeiro de 1925, que tudo ficou no mesmo, como se o tempo tivesse parado. No gabinete do escritor, a sua mesa de trabalho está como ele a deixou: um livro entreaberto, com algumas páginas ainda por abrir, uma carta começada dirigida ao poeta Afonso Lopes Vieira, o "troveiro amigo da praia de Muel". Pelas paredes há os retratos dos seus amigos e companheiros de lutas: Almeida Braga, Hipólito, Monsaraz, Pequito, Alexandre Cabeças, Afonso Lopes Vieira. Nas suas estantes os volumes sentem a falta do dono, que os manuseou tantas e tantas vezes. São órfãos agora. Noutra sala, estão os retratos de Dom

35 — *A Aliança Peninsular*, pg. 448.

João VI e Dona Carlota Joaquina, os dois soberanos a quem dedicou o melhor da sua intelligencia no processo da reabilitação historica realizada. Por toda parte o ambiente é português do mais legitimo: os moveis, os tapetes de Arraiolos, os pucarinhos de Estremoz, os cobres, as jarras, os panos, tudo é tipicamente lusitano, do mais lidimo bom gosto.

Agora é a viuva Ana-Julia quem nos fala. A Quinta do Bispo era o ideal do seu occupante. Apenas, ele lamentava que não tivesse uma janela, uma porta, para o Chiado de Lisboa, devido aos amigos, aos seus companheiros, aos seus discipulos. Que doces recordações encham-lhe dagua os olhos: Monsanto, o exilio em Badajoz e em Toledo. Ele não morreu, pois o seu espirito preside a restauração da terra lusitana. (36)

E os seus antigos companheiros de lutas, que estiveram integrando a nova "Ala dos Namorados da Patria" em outras Aljubarrotas, como lhe traçam o perfil? Estas opiniões que se seguem foram es-

36 — "Elvas-Quinta do Bispo", por Azinhal Abelho, na revista Gil Vicente, Guimarães (Portugal), fevereiro de 1942, pg. 8 a 11.

critas ha apenas alguns meses, especialmente para o livro do Sr. Conde de Alvellos, publicado no fim de 1942. (37)

Comecemos com o poeta Afonso Lopes Vieira, a quem era destinada a missiva inacabada que a morte interrompeu para sempre: "Antonio Sardinha foi um heroi do Espirito. Não morreu. Está sempre em Portugal. Está conosco".

Hipolito Raposo, o seu companheiro das primeiras horas, assim fala: "A alma de Antonio Sardinha, mais do que nenhuma outra, exemplifica na nossa geração a escravatura e o resgate perfeito da intelligencia".

Ouçamos agora, o seu irmão de exilio Luiz de Almeida Braga: "Quando a manhã das profecias despontar, o clarissimo espirito de Antonio Sardinha há-de surgir da treva e do silencio, onde agora jaz, para dar de novo, no encoberto caminho, direção ás almas".

Pequito Rebelo, outro das primeiras horas, escreve: "Antonio Sardinha, num tempo em que Portugal tinha perdido a razão, teve a honra de pensar

37 — Um Soneto, pg. 14.

a pátria; e o seu pensamento presidirá á ressurreição nacional”.

Rolão Preto, o tribuno fegoso das massas, diz que “Antonio Sardinha é a Contra-Revolução que se ultrapassa e torna em Revolução Nacional-Monarquia Social e Nação Imperial Portuguesa”.

“A lembrança dos que foram grandes de espírito, — declara Simeão Pinto de Mesquita — mesmo dos maiores, não escapa em regra ao destino humano do crepúsculo poente. Sardinha, entre raros, venceu essa regra: É que na sua obra reflete-se a aurora: o Sol vai nascer”.

Fernando Amado exclama: “A lição de Antonio Sardinha vive hoje como ontem: é a mais clara promessa do futuro”.

Por ultimo, Centeno Castanho fecha esta serie, dizendo: “A grande, oportuna e cada vez mais atual lição de Antonio Sardinha é a afirmação clara e terminante da necessidade da Monarquia como fator indispensavel ao ressurgimento da nossa passada grandeza”.

A projecção da memoria de Antonio Sardinha já se faz sentir de modo eloquente. É a cidade de

Lisbôa, que dá a uma das suas ruas, o seu nome. (38). É a Universidade de Segovia que inaugura o seu busto, com uma solenidade onde brilham os discursos de José Maria Pemán, ministro Ibanez Martin e o embaixador português Pedro Teotónio Pereira, seu discipulo (39). É a propria Camara Municipal de Monforte, a velha vila alentejana seu berço natal, que promove a ereção do seu busto em bronze, obra de um artista dos mais famosos, Raul Xavier (40).

Foram as arestas demasiado cortantes que se puliram? Não, de modo algum. A sua personalidade, a sua estrutura de granito e bronze é imutavel pelos seculos afora. O que se modificou foi Portugal. Hoje, o ambiente, o meio social, os homens, as ideias estão transformados, justamente através das proprias arestas demasiado cortantes da personalidade de Sardinha. Benditas arestas que prepararam a ressurreição lusitana!

38 — Revista Estudos Portugueses (Integralismo Lusitano), maio de 1932, fasciculo 2, volume I, pg. 104.

39 — “Sardinha e a Espanha”, por Jordão Emerenciano, na revista TRADIÇÃO, Recife, n.º. 18, agosto de 1940, pg. 247 e 248.

40 — Revista Gil Vicente, janeiro de 1940, “Antonio Sardinha”, por Luiz Chaves, pg. 17 e 18.

II

SUA OBRA

Diz o Sr. Conde d'Aurora, num brilhante ensaio chamado "No espolio de Sardinha", que "desse mestre notavel, só tres obras nos ficaram completas, apesar-de lhes faltar a revisão do autor". Em seguida, enumera os seus titulos: **O Valor da Raça, O Territorio e a Raça, e A Teoria das Cortes Gerais.** (1)

Não nos parece totalmente correta esta asserção, pois sabemos que **Ao principio era o verbo** appareceu em 1924, no mesmo ano surge ainda **A Aliança Peninsular**, e **Ao ritmo da ampulheta** estava nas livrarias, algumas semanas decorridas do falecimento do seu autor. Entre os poucos numeros que conhecemos da revista **Nação Portuguesa**, ha o exemplar que circulou depois da morte de Sardinha, o primeiro da direcção de Manuel Murias e Rodrigues Ca-

1 — Revista **Broteria**, Lisboa, maio de 1940, pgs. 505 a 520.

valheiro, onde se lê que “Ao ritmo da ampulheta não chegou a ser completamente revisto, mas ainda foi todo organizado por Antonio Sardinha, que lhe ajuntou o admirável prefácio transcrito noutro lugar desta revista” (2).

Ainda, neste mesmo numero ha um anuncio da “Biblioteca Nacionalista”, onde figuram dez livros de Sardinha, incluídas as suas cinco produções poeticas **Tronco Reverdecido** (1910), **Quando as Nascentes despertam** (1921), **Epopeia da Planície** (1915), **Na Côrte da Saudade**, **Chuva da Tarde**, as duas primeiras com a nota de exgotados. Com esta mesma nota figura **O Valor da Raça** (1915).

Pouco a pouco, foram aparecendo novos livros do mestre português, que assim ficou com a sua obra apta a uma melhor divulgação, pois teve sua produção, espalhada em revistas e jornais, reunida em volumes: **Na Feira dos Mitos** (1926), **Era uma vez um menino** — poesia (1926), **Durante a Fogueira** (1927), **A Sombra dos Porticos** (1927), **Da Hera nas colunas** (1929), **Purgatorio das Ideias** (1929),

2 — Revista Nação Portuguesa, Lisboa, 1925, 3.ª serie n.º 3, pg. LXXIV.

Roubo de Europa — poema (1931), **De Vita et moribus** (1931), **A Prol do Comum** (1934), **Pequena Casa Lusitana** (1937), **Processo dum Rei** (1937).

Em 1930, do **A Aliança Peninsular** tivemos uma segunda edição e a sua tradução castelhana, **La Alianza Peninsular**, trabalho do Marquez de Quintanar, acrescida dum prologo de Ramiro de Maeztu.

A segunda edição de **Ao principio era o verbo**, que já aparecia como exgotado em 1925 (3), é em comemoração dos dois centenários da fundação e restauração de Portugal, 1940.

Estão anunciados como “a publicar”, mais ainda quatro livros: **Procissão de cinzas** — poesia, **Glosario dos Tempos**, **Correspondencia** e **A Lareira de Castela**.

Tem, pois, Antonio Sardinha atualmente 22 livros publicados, dos quais 8 de poesia.

Por uma questão de honestidade, avisamos, antecipadamente, que por maiores esforços da nossa parte, só nos foi possível tomar conhecimento com 15 das suas produções, das quais 4 de versos. Aliás, doutro modo não poderia ter sido, pois já ha 18

3 — Idem, idem.

anos, em 1925, andavam exgotados, não tendo tido reedições, nada menos que 4 livros.

Desconhecemos os seguintes: **Tronco Reverdecido** — poesia (4), **A epopeia da planície** — poesia (5), **Quando as nascentes despertam** — poesia (6), **Era uma vez um menino** — poesia, **O Valor da Raça**, **Na Feira dos Mitos**, **O territorio e a raça**.

Parece-nos, entretanto, que á parte estes 4 volumes poeticos, só do **Na Feira dos Mitos** devemos lamentar a ausencia, pois **O Territorio e a Raça** é apenas um capitulo dum livro em colaboração com outros sete companheiros de lutas: Hipolito Raposo, Luiz de Almeida Braga, Pequito Rebelo, Vasco de Carvalho, Xavier Cordeiro, Rui Enes Ulrich, Luiz de Freitas Branco.

Tambem **O Valor da raça**, tese para a Faculdade de Letras de Lisboa, é na opinião do Sr. Conde d'Aurora, "demasiado pesada de erudição e ainda nos alvares do seu desprendimento dos mestres burocratas e admiradores dos falsos deuses" (7). Para

4 — Exgotado, já, em 1925.

5 — Exgotado, já, em 1925.

6 — Exgotado, já, em 1925.

7 — Obra Citada, pagina 510.

Jackson de Figueiredo é, entretanto, "uma das paginas mais serias entre as que têm esclarecido a questão iberica" (8). Mas, o proprio Autor é afinal quem declara esta sua obra como incipiente ao projetar a sua refundição num trabalho em preparo **Teoria da Nacionalidade**, que infelizmente a morte não o consentiu que fizesse (9), ou então está incluído nos seus livros ainda inéditos: **Glosario dos Tempos** ou **Á Lareira de Castela**.

Damos a seguir uma ligeira descrição de cada um dos livros de Antonio Sardinha, que podemos ler, estudar e resumir.

Poesia

Na Côte da Saudade (Sonetos de Toledo). 104 paginas. Desenho da capa de Saavedra Machado. Editora Lumen. Coimbra, 1922. Ex-Libris do Autor. Tem a seguinte dedicatória: "A Luiz de Almeida Braga, meu irmão na religião do encoberto, em lembrança dos caminhos sentimentais

8 — *Literatura Reacionaria*, por Jackson de Figueiredo, pg. 125.

9 — *A Atlança Peninsular*, nota á pg. 94.

do exílio, que ambos pisamos, garretteamente". Inicia-o uma poesia, em lingua castelhana, do Marquez de Quintanar, dedicada ao Autor. Ha 36 sonetos de Antonio Sardinha. Encerra o livro um soneto de Eugenio de Castro, intitulado "Lendo estes versos".

Chuva da Tarde — (Sonetos de Amor). 124 paginas. Desenho da capa de Saavedra Machado. Editora Lumen. Coimbra, 1923. O livro terminou a sua confecção no dia 20 de fevereiro de 1923, na tipografia da "Lumen" á Rua Ferreira Borges n°. 103, Coimbra. Ex-Libris do Autor. Tem a seguinte dedicatória: "A Ana Julia, et nunc et semper, Antonio". 27 sonetos.

Roubo de Europa (Poema). 64 paginas. Editor Valentino de Sá. Composto e impresso na Imprensa Libanio da Silva, Travessa do Fala-Só n°. 24, Lisboa. 1931. Edição de 500 exemplares. Fora do mercado, foram tirados 100 exemplares, rubricados com as letras F.M. O exemplar, que temos sobre os olhos, é um destes, com a seguinte valiosa de-

dicatória manuscrita: "Ao Exmo. Senhor Dr. Luiz da Camara Cascudo como lembrança de seu marido ofce. Ana Julia Nunes da Silva Sardinha. Elvas, 9-3-1936".

Contem um valiosissimo "Estudo" de Luiz de Almeida Braga sobre a musa de Antonio Sardinha, em 36 paginas numeradas á romana. (10)

Pequena Casa Lusitana (Sarcasmos, esperanças & elegias). 206 paginas. Composto e impresso na "A Portuense", Rua Conde de Vizela n°. 80, Porto. Editora Livraria Civilização, 1937. Tem a dedicatória: "Á memoria de Alexandre Cabeças, cavaleiro do pelicano, caído em combate longe da sua terra e do seu sangue, mas com o sinal de Cristo lançado sobre o peito". 87 poesias. (11)

Historia, filosofia politica e critica de ideias

Ao principio era o verbo (Ensaio & Estudos). 392 paginas. Edições Gama, 1940. 2ª edição.

10 — Pertence este livro á Biblioteca do Dr. Luiz da Camara Cascudo, Rio Grande do Norte — Natal.

11 — Pertence este livro á Biblioteca da Congregação Mariana da Mocidade Academica, Recife.

Officinas graficas Minerva, de Vila Nova de Famalicão. Ex-Libris do Autor. Tem a seguinte dedicatória: "Seja em louvor — Daquela obscura esperança — Que dos meus mortos — Herdei — E, crepitante, comunico — A quem a souber acolher!" Ha um prefacio de 26 paginas, numeradas á romana, datado de Elvas, Quinta do Bispo, fevereiro de 1923. O indice consta de 18 produções de historia, doutrina politica e critica.

Ao ritmo da ampulheta (Critica & Doutrina). 276 paginas. Lumen Editora. Coimbra, 1925. Acabou-se a confecção em 19-3-1925. Traz a fotografia do Autor. Ex-Libris do Autor. E' dedicado "À memoria do doutor Manuel Ferreira Deusdado, amigo e mestre querido, que em Portugal foi o primeiro a encontrar pelos caminhos perdidos da intelligencia a dupla verdade catolica e monarchica da nossa raça". Traz um prefacio, "Olhando o caminho" de 27 paginas numeradas á romana, e datado de Elvas, Quinta do Bispo, janeiro de 1923. Compõe-se de 24 capitulos.

A Teoria das Cortes Gerais, introdução ás "Memorias e alguns documentos para a Historia e Teoria das Cortes Gerais", da autoria do 2°. Visconde de Santarém. Nova edição de 1924, publicação do neto do autor, o 3°. Visconde de Santarém. Confeccionado na Imprensa da Portugal-Brasil, Rua da Alegria n°. 100, Lisboa. A primeira edição é de 1827.

Antonio Sardinha escreveu a introdução a esta obra do 2°. Visconde de Santarém, num total de 272 paginas numeradas á romana, dividida em 11 capitulos. Foi concluida em Elvas, Quinta do Bispo, 20-8-1924. Ao final, numa advertencia, esclarece que parte da introdução foi escrita e impressa durante a grande guerra, e que por alguns anos ficou interrompida. É facil verificar esta suspensão até pelo texto, cujo papel é de outra qualidade, a partir do capitulo VI. No VIII, Sardinha diz: "escrevo do exilio, sem livros nem apontamentos" (pg. CLXXVII).

O Conde d'Aurora declara, que este trabalho "é pouco conhecido, infelizmente, senão de erudi-

tos" (12). Isto em Portugal. Quanto ao Brasil, talvez se possa contar quantos possuem esta obra, um volume de 600 paginas, em grande formato (13).

Durante a Fogueira (Faginas da Guerra). 282 paginas. Editora Livraria Universal, Calçada do Combro n°. 28, Lisboa. 1927. Não traz introdução, Ex-Libris nem dedicatoria. Compreende 23 capitulos, além dum apendice. (14)

À Sembra dos Porticos (Novos Ensaio). Editora Livraria Ferin, Rua Nova do Almada n°. 70, Lisboa. 1927. É dedicado: "Ao poeta Afonso Lopes Vieira". Traz uma curta "nota previa", assinada por H.R. e R.C. Certamente Hipolito Raposo e Rodrigues Cavalheiro. 312 paginas. São seis capitulos e mais um apendice. (15)

12 — Obra citada, pg. 310

13 — Pertence á Bibliotera do Sr. Sergio Hígino, Recife.

14 — Pertence á Biblioteca da Congregação Mariana da Mo-
cidade Academica, Recife.

15 — Idem, idem.

Da Hera nas Colunas (Novos Estudos). Editora Atlantica, Rua Ferreira Borges n°. 105, Coimbra. 1929. 327 paginas. Não traz introdução, Ex-Libris nem dedicatoria. 11 capitulos. (16)

Purgatorio das Ideias (Ensaio de critica). Livraria Ferin Editora, Lisboa. 1929. 303 paginas. Igualmente não tem introdução, dedicatoria ou ex-libris. 15 capitulos. (17)

De Vita et Moribus (Casos & Almas). Editora Livraria Ferin, Lisboa. 1931. 288 paginas. Também não tem introdução, ex-libris ou dedicatoria. Está dividido em tres partes, cada uma com 9, 14 e 10 capitulos respectivamente.

"A Prol do Comum" (Doutrina & Historia) Editora Livraria Ferin, Lisboa. 1934. 288 paginas. Não ha ex-libris, dedicatoria ou introdução. 20 capitulos. O primeiro é "Testemunho duma Geração", prefacio do Autor ao livro de Caetano Beirão Uma

16 — Idem, idem.

17 — Idem, idem.

Campanha Tradicionalista. Outro capitulo digno da maior atenção nossa é "A lição do Brasil", dedicado a Jackson de Figueiredo, pgs. 181 a 221, datado de 1923.

Processo dum Rei Editora Livraria Civilização, Porto, 1937. Confeccionado na "A Portuense", Rua Conde de Vizela n.º 80, Porto. 160 paginas. Não tem dedicatoria, ex-libris ou introdução. 11 capitulos, designados á romana.

Estudos peninsulares

A Aliança Peninsular (Antecedentes & Possibilidades). 2.ª edição de 1930. Editora Livraria Civilização, Porto. 456 paginas. Terminou a confecção a 14-4-1930, na Tipografia Domingos de Oliveira, Campo Martires da Patria n.º 144, Porto. 15 capitulos. Dedicatoria: "Á memoria daqueles soldados espanhois que, regando com seu sangue anonimo as penhas de Marrocos, souberam dar vida, num seculo sem esperança, a toda a grandeza historica da Peninsula". Ex-libris do Autor. Prologo,

em lingua espanhola, do Conde de la Mortera, Dom Gabriel Maura Gamazo, datado de junho de 1924, 20 paginas numeradas á romana. O Autor escreve uma introdução, "Assentando posições (Conversa preliminar)", datada de 14-8-1924, Elvas Quinta do Bispo, pgs. XXI a XCIII. Ha 16 paginas de clichés, fotografias varias. (18)

III

SUAS IDEIAS E DOUTRINA

O pensamento de Antonio Sardinha seguiu uma linha genealogica, que partindo do individuo levou-o ao conceito de Estado, á Patria. Não abraçou uma doutrina pela superstição em determinados tabús ou pela exaltação momentanea que um acesso de entusiasmo poderia provocar.

A elaboração do seu pensamento foi uma obra lenta, refletida, cheia de paradas, a que lhe obrigava o raciocinio frio. O estudo das realidades, que se lhe apresentavam, foi o caminho percorrido. A dedução constituiu o metodo excelente, usado com tão sabio proveito.

As realidades indicavam como primeiro objeto de cogitações, a sua propria pessoa, o individuo isolado, atomizado na sociedade e no Estado. Partindo deste marco inicial, a primeira reflexão que surge, expontaneamente, é que o homem não é um ser

isolado, pertence a uma família, vive às custas do seu suor numa determinada profissão, segundo as suas aptidões e vocação. São as duas primeiras afirmações que as realidades da existência do homem apresentam, como motivo de análise: a Família e o Trabalho.

Mas, a família a que pertencemos habita uma determinada localidade, juntamente com outras, constituindo um aglomerado de pequena sociedade, tendo como ponto central de atração a Igreja, a freguezia, para onde todos convergem aos domingos e nos momentos decisivos da vida de um lar, o casamento, o batizado e a encomendação dos mortos: é o Município.

A família, o trabalho e o município são as tres jornadas onde ele se deteve demoradamente, refletindo e estudando. Até sair de Coimbra, ainda não prosseguira o seu caminho, como diz Hipólito Raposo. Ao deixar a Universidade, o seu pensamento concretizava-se no culto pelo lar e no regionalismo, como valores positivos (1).

Nova jornada, ele empreende partindo do mu-

1 — *Dois Nacionalismos*, página 33.

nicipio até o Estado, chegando á conclusão da Realidade, como consequência da necessidade dum governo baseado na família, a-fim-de que esta seja na verdade a base da sociedade, como expressão autêntica da sua preponderancia. Do trabalho alcança a meta da Corporação. Ainda do Estado, na sua concepção tradicional, como organismo vivo e representativo de toda a nação organizada, o seu caminho termina na teoria das Cortes Gerais. Todo o edificio já está concluido. São horas do início da pregação das suas ideias e doutrina: estamos em 8 de abril de 1914, dia em que circula o primeiro numero da sua revista, a "Nação Portuguesa".

As colunas da "Nação Portuguesa" e do jornal "A Monarquia" foram as tribunas onde divulgou as suas ideias, durante 10 anos, até o fatidico 10 de janeiro de 1925, quando succumbiu rapidamente aos 36 anos de idade, numa brutal surpresa que uma septicemia violenta lhe preparara.

Cinzas, pó é o que resta do homem Antonio Sardinha. Mas, das ideias de Antonio Sardinha, do seu espirito e da sua intelligencia, ficaram 12 apostolos, os seus 12 livros de doutrina, com que em-

preendeu a evangelização, a conversão da sua patria, tão maltratada pelos vendavais da revolução. Ao seu primeiro apostolo chamou-o "Ao principio era o verbo", numa afirmação clara, porque como ele proprio escreveu: "confessar o Verbo ao principio de todas as coisas, é confessar o Espirito dirigindo o Mundo, é confessar a inteligencia encaminhando a ação" (2).

Tres teorias elaborou, como sintese da sua doutrina: A Teoria da Nobreza, A Teoria do Municipio e A Teoria das Cortes Gerais.

A Patria deriva da familia, pelo alargamento dos municipios que constituem as provincias e estas a nação (3). E' a escala da formação de Portugal, formação sempre apoiada na noção moral e social da familia (4), cujo Estado não antecedeu á nação.

A familia, por sua vez, observa 3 graus de desenvolvimento. No inicio, na sua constituição, vem

2 — Ao Principio era o verbo, pagina XIII.

3 — Ao Principio era o verbo, capitulo "A Teoria da Nobreza", pags. 189 a 234. Durante a fogueira, Apendice: Mensagem dos catholicos portugueses ao Cardial Mercier, pags. 267 a 280. Da Hera nas Colunas, pg. 184.

4 — A teoria das Cortes Gerais, capitulo II, pgs. XXX a L.

de baixo, da plebe, sustentando-se do trabalho assalariado; é proletaria. Depois, prospera, seleccionando os seus componentes e constitue um patrimonio, fixando-se á terra, e deste modo ascende de categoria; é burguesa. Por ultimo, conseguindo alargar esse patrimonio e continuando nesse movimento de seleção e purificação, adquire notoriedade e as suas responsabilidades consequentes; é a nobreza.

Portanto, a Nobreza é uma ideia inerente ao homem, que tem a aspiração de subir, de melhorar de sorte, de prosperar, de mudar de categoria social. É, por assim dizer, a projecção duma ambição legitima e natural.

A assimilação e a eliminação, pelo fenomeno de capilaridade social, são um principio basico, não estando nunca fechado por barreiras intransponiveis, mas aberta a todos que o mereçam. Não é uma casta, mas uma classe social que tem a profissão de servir ao Estado, assim como todas as outras profissões constituíam, tambem, uma especie de nobreza pelos seus privilegios e garantias.

Familia nobre é a que dura, que permanece, numa prova continua de seleção e enriquecimento

de elementos. A sua existencia está condicionada á noção de HONRA, de DEVER. Nobreza obriga é uma frase repetida. Viver a lei da Nobreza era, antigamente: não exercer officio remunerado, não traficar, tratar-se com fausto, estar limpo de qualquer mancha que afetasse á honra .

Daí, Sardinha tirar as 3 conclusões: 1°. — A Nobreza é uma característica natural da tendencia humana de subir, de chegar ao mais alto; 2°. — A sociedade compõe-se de familias, e portanto na familia é que se deve basear o desenvolvimento da sociedade; 3°. — A Nobreza é a seleção dos melhores, pela ascendencia duma classe para outra.

Entretanto, dizia ele da sua patria, que os principios revolucionarios desorganizaram todas as classes, e em Portugal havia titulares mas não a legitima Nobreza tradicional, descendente daquella velha classe de formação cristã, firmada na propriedade e na familia, os dois fatos naturais e eternos. É que a revolução deixou destroços por toda a parte e falsificou os conceitos, invertendo a natureza das coisas.

Se a elite não tem formação moral, etica ou

mental não é elite. E, a Nobreza não é a elite, por excellencia? (5)

Cutro problema importantissimo para a defesa da familia é a restauração do sistema do Vinculo (6), pois não basta reconhecer que a celula fundamental da sociedade é a familia, mas é preciso assegurar a sua prosperidade e o prestigio das suas funções salutaes, garantindo a sua indissolubilidade e necessaria fixidez. Atualmente, uma familia não consegue ultrapassar intacta e forte, mais que 3 gerações. E, o remedio é assegurar a sua estabilidade, pelo sistema do Vinculo.

O municipio português é de uma origem toda peculiar. A vila tem o antecedente historico na freguezia, criada sob influxo da Igreja (7). Daí provem o principio do municipalismo, todo ele de precedencia agraria. É um produto natural das condições sociais e historicas que deram nascimento ao Estado.

5 — A prol do comum, capitulo "Adiante por sobre os cada-veres", pgs. 267 a 286.

6 — Ao ritmo da ampulheta, capitulo "O problema da vinculação", pgs. 13 a 22.

7 — A teoria das Cortes Gerais, capitulo IV, pags. LXX a LXXXVIII.

Pelo contacto forte da terra, Sardinha chegou ao Regionalismo, ao Municipalismo (8). Foi o mesmo caminho percorrido por Charles Maurras que do regionalismo abançou o nacionalismo em toda a sua pureza e ortodoxia.

O municipio é uma criação espontanea ou natural de circunstancias historicas (9), é forçoso repetir. É uma celula de patriotismo local, que mais tarde deu origem ao patriotismo nacional. Entretanto, foi o municipio quem mais sofreu com os principios revolucionarios, que com o seu individualismo destruíam os agrupamentos naturais, anteriores ao proprio Estado, quer quanto ás atividades locais — as comunas, quer profissionalmente — as corporações, de que falaremos adiante.

De chofre, foram suprimidas todas as liberdades, justamente em nome duma teoria "liberdade" que surgiu para centralizar e aberrar contra todos os direitos, reduzindo os municipios a meros instrumen-

8 — Purgatorio das Ideias, capitulo "Pratiquemos um ato de inteligencia", pags. 141 a 180.

9 — A Sombra dos Porticos, capitulo "A teoria do municipio", pgs. 123 a 187.

tos de lutas eleitorais de partidos que disputam o poder.

O localismo, define-se como as manifestações do homem nos primeiros graus de sociabilidade. Antes do Estado, já existia a familia, a profissão e a vila em que se nascera. Donde, conclue Sardinha, a lei não pode decretar, suprimir ou criar estas instituições, pois a sociedade antecede ao Direito.

Não passamos de simples administrados da clan eleitoral que conquiste o poder, é uma outra afirmação sua, que tem o dom de ferir até os insensíveis.

Para o Congresso Municipalista do Porto, ele elaborou uma serie de 16 teses, cujos principios basicos são os seguintes: O municipio não é uma criação das leis; é um organismo natural e historico anterior ao Estado. É um órgão de vida local que se deve restaurar afim-de que exista uma verdadeira vida nacional. (10)

A Realeza em Portugal surge, expontaneamente, como consecuencia da propria natureza da comunidade das familias. Um grupo de familias formava uma celula social: o municipio. Para se entre-

10 — A sombra dos porticos, Apendice, pags. 305 a 310.

gar aos misteres da *respublica*, do governo, ficava a família mais importante, mais poderosa, afim-de que melhor pudesse zelar pelos interesses coletivos e os preservar dos asares e perigos. Assim nasceu o poder familiar, que cresce e se desenvolve ao mesmo tempo que ha uma centralização politica e uma descentralização administrativa.

Em França, a Realeza era o "oitavo sacramento", pois o exercicio do poder advinha-lhe duma especie de ordenação religiosa, cerimonia realizada na tradicional Catedral de Reims, com a imposição dos Santos Oleos e a assistencia da autoridade eclesiastica (11).

A monarquia portuguesa nasce da aliança do Rei com a plebe. Tem um caráter estritamente popular, "democratico" se quizermos aplicar uma palavra da epoca atual, ascendendo á função organica da soberania, pela posse da terra e por intermedio da familia. (12) O poder é paternal, equilibrando

11 — Ao ritmo da ampulheta, capitulo "O oitavo sacramento", pags. 31 a 38.

12 — A teoria das Cortes Gerais, capitulo I, pags. XII a XXIX. Ao principio era o verbo, capitulo "Monarquia e Republica", pags. 123 a 140.

as tendencias pela sua força centripeta. O Rei defende a plebe das pretensões da Nobreza e do Clero, e é justamente no terceiro estado que ele vai buscar o apoio mais decisivo nos momentos de perigo.

Não se trata de modo algum do conceito pagão dos romanos de *imperium*, não se confundindo absolutamente a Realeza medievica com o Cesarismo. E, justamente essa distinção é mais acentuada se estudarmos a teoria das Cortes Gerais, que inspirava toda a monarquia portuguesa.

As Cortes Gerais tinham os seguintes caracteres: a) — Não gosavam de autoridade legislativa; b) — Consultavam o Rei e o aconselhavam; c) — Recordavam-lhe as suas obrigações; d) — Tinham o direito de representar os interesses de todos e de suplicar favores; e) — Expunham os agravos de cada braço do Reino. (13)

Elas não eram um poder, mas um elemento subsidiario do poder, formando um dos órgãos historicos da nacionalidade, que se compunham ainda dos

13 — A teoria das Cortes Gerais capitulo V, pags. LXXXVIII a CXV.

Conselhos. Casa dos Vinte-e-quatro e mancomunidades agrícolas.

Havia dois conceitos de soberania: o social e o político. Pela soberania social eram autônomos: os Municípios, as Províncias e as Corporações. A soberania política garantia a autonomia da Pátria e congregava, somando, todos os interesses antagônicos das várias soberanias sociais de que o país se compunha. (14)

No sentimento geral de **concordia** é que se baseava a sociedade tradicional, justamente o oposto do conceito de **domínio** do paganismo romano, cuja existência estava apenas assegurada na noção materialista da força. Nos vários agrupamentos naturais era possível estabelecer uma concordia. E, a justiça do Rei era tão verdadeira e legítima, que daí resultou o grito de "Aqui d'El Rei" sinal de apelo lançado nos momentos de perigo, de quem busca uma segurança e garantia, grito este que tem vencido vários séculos. (15)

14 — A teoria das Cortes Gerais, capítulo VIII, págs. CLVIII a CXC.

15 — A teoria das Cortes Gerais, capítulo VI, págs. CXV a CXXVIII.

Havia a variedade ao serviço da unidade, respeitando-se todas as características típicas e regionais, na mais acentuada descentralização. Cada associação, cada confraria rural, cada município tinha o seu foral e os seus privilégios. O poder tinha, pois, suas limitações nestes privilégios e foros.

E, abordando o problema duma restauração da Realeza em Portugal, Antonio Sardinha diz que a solução não é apenas dar o poder ao Rei, mas restaurar todas as **LEIS FUNDAMENTAIS DO POVO**, que justificavam a existência da Monarquia, leis estas originárias da Família, da Comuna e da Corporação, ou melhor, do Sangue, da Terra e do Trabalho (16).

Mas, se a Realeza tinha um caráter religioso, inspirado na fonte de que todo poder vem de Deus, ela não era de modo algum uma Monarquia de direito divino, princípio este de cunho protestante consequência da Reforma que quebrou a harmonia, a unidade espiritual. Esse princípio protestante é que vem dar origem ao absolutismo na mais nefanda negação e abastardamento de tudo que a Realeza

16 — A teoria das Cortes Gerais, capítulo V.

dualismo — burguesia — capitalismo — plutocracia (19).

Portanto, se condenamos os princípios revolucionários de 89, já se sabe a que situação o individualismo económico levou a sociedade, com a desorganização da produção, com a abolição das corporações. Entregou o homem sem garantias e apoio á sua sorte. Matou as liberdades profissionais. Desprezou as realidades que falavam bem alto e proclamavam que anterior ao proprio Estado, ha uma soberania social, que resulta da propria natureza do homem, que provem de **FORMAÇÕES NATURAIS e ESPONTANEAS**, onde ele se engasta para nascer, prosperar e se desenvolver: na familia, municipio e corporação. (20)

Entre os individuos e o Estado, em nome duma "liberdade" teorica e sem fundamento, desapareceram os organismos intermediarios que limitavam a ação do poder central e facilitavam perante ele a

19 — Durante a Fogueira, capitulo "A Ordem Burguesa", pags. 85 a 94.

20 — Da Hera nas colunas, capitulo "A crise do Estado", pags. 7 a 45.

sua defesa legitima (21). Rotas as ligações do sangue e da terra com o passado, a sociedade ficou composta unicamente de "cidadãos", que nasciam enfeitados e morriam celibatarios...

É verdade que a "liberdade" da revolução foi a supressão das liberdades, como diz Luiz de Almeida Braga. Senão vejamos: Liberdade de cultos é igual á perseguição religiosa; liberdade de ensino é igual á proibição de ensinar a moral catolica; liberdade de associação é igual ao impedimento de crear associações profissionais e religiosas. (22) Donde, Hipolito Raposo crismar o movimento de resgate nacional português, como a Reconquista das Liberdades (23).

A Corporação em Portugal tem uma origem das mais antigas e remotas, como o demonstra Luiz de Almeida Braga, no seu monumental trabalho (24).

21 — Durante a Fogueira, capitulo "As Monarquias de amanhã", pags. 95 a 106.

22 — Palácio e graça da terra, por Luiz de Almeida Braga, pg. 123.

23 — Aula Regia, por Hipolito Raposo, capitulo "A Reconquista das Liberdades", pags. 65 a 123.

24 — Palácio e graça da terra, capitulo "A Lei do Trabalho", pags. 119 a 318.

As profissões do Reino estavam divididas em 12 categorias, que forneciam 2 representantes cada uma, formando-se assim a Casa-dos-Vinte-e-Quarto. O presidente deste organismo de legitima representação nacional, eleito pelos seus pares, era o Juiz do Povo, que falava diretamente ao Rei e era recebido em palacio com brandões acesos e honras de Príncipe. Ele era uma especie de chefe do Terceiro Estado e o seu representante natural, tendo como obrigação levar ao Rei ou ao Conselho qualquer petição que o povo lhe fizesse.

Existiu este órgão de defesa dos interesses operarios até 1834, quando o constitucionalismo da "Carta" aboliu-o. Era que começava a nascer a "liberdade"... E, se a sociedade antiga tinha os seus alicerces no principio cristão de HONRA, a burguesia instituiu como norma da sua vida o materialismo do INTERESSE. (25)

"É na restauração do regime corporativo que reside a equação do problema", conclue Antonio Sar-

25 — Durante a Fogueira, capitulo "Capital e Trabalho", pags. 9 a 17.

cinha, (26) como solução tradicionalista para o desmantelo em que vive a sociedade, a braços com a proletarização cada dia mais agravada. E, quem diz proletarização já sabe o que isto significa...

Além das suas magistrais Teorias da Nobreza, do Municipio e das Cortes Gerais, o pensamento de Antonio Sardinha ainda deve ser encarado em tres conceitos que ele definiu com o maior acerto: o conceito de Patria, o conceito de Autoridade e o conceito de Ordem.

A Patria ele a define dizendo que ela não é apenas mera significação territorial. Principalmente, ela representa o patrimonio moral de tradições e aspirações. Portanto, ser patriota não é apenas querer manter os limites fisicos da nação ou a inviolabilidade do solo em que se nasceu. Antes que tudo devemos lutar pela integridade da sua conformação hereditaria, combater pela inalterabilidade da alma coletiva, que é fundada na continuidade da historia e na consciencia do povo, constituindo o genio da na-

26 — A prol do comum, capitulo "A festa do Trabalho", pags. 91 a 102.

cionalidade (27). A nacionalidade é uma alma, um valor espiritual, um genio (28).

A Autoridade não exclue de modo algum a liberdade, porque toda a liberdade corresponde forçosamente a uma autoridade. Como poderá a liberdade existir se não ha uma autoridade que lhe garanta o seu legitimo exercicio? (29)

A Ordem é uma condição essencial da vida. A verdadeira ordem é a do imperio do espirito, a ordem espiritual. Mas, não se caia na superstição da "Ordem", porque o direito de revolta corresponde ao direito individual da legitima defesa, conforme ensinaram Suarez, Santo Tomaz, Cardeal Belarmino e Balmes (30).

As ideias ou os principios não são velhos ou novos, mas positivos ou negativos. As ideias são

27 — A teoria das Cortes Gerais, capitulo I, pags. XII a XXIX. A prol do comum, capitulo "O Direito de Revolta", pags. 69 a 78. De Vita et Moribus, capitulo "A Infanta Regente", pg. 106. A Allança Peninsular, pag. LX.

28 — A prol do comum, capitulo "Porque Voltamos", pags. 161 a 174. Purgatorio das Ideias, pg. 136.

29 — Da Hera nas colunas, capitulo "A crise do Estado", pags. 7 a 45.

30 — A prol do comum, capitulo "O Direito de Revolta", pags. 69 a 78.

positivas quando estão de acordo com os principios que dirigem a prosperidade da nação. As ideias negativas são as que trazem as sementes da desagregação, das revoluções e da anarquia (31). E, não nos esqueçamos que a revolução é uma nevrose social, reproduz que o estado social está enfermo, patologico (32).

É preciso opor á ideia individualista da revolução, a ideia coordenadora da Tradição (33). Mas, combatendo o individualismo é preciso não cair no oposto, no estatismo, ou para usar uma palavra dos nossos dias, no totalitarismo, já escrevia ha 20 e tantos anos o Mestre Português com a sua visão genial. A questão é manter um equilibrio entre a Sociedade e o Estado, porque ou se morre de paralisia — no individualismo, ou de congestão — no estatismo... (34)

31 — Purgatorio das Ideias, capitulo "Ideias velhas e ideias novas", pags. 257 a 265. A teoria das Cortes Gerais, capitulo XI, pags. CCLIX.

32 — Purgatorio das Ideias, capitulo "O grafico da doença", pags. 267 a 275.

33 — Purgatorio das Ideias, capitulo "Pratiquemos um ato de inteligencia".

34 — Da Hera nas colunas, capitulo "A Crise do Estado", pag. 22.

Nuna frase curta, Antonio Sardinha definiu todo o seu pensamento, esclareceu todas as suas ideias e sintetizou a sua doutrina: "Nacionalista por principio e monarchico por conclusão" (35).

35 — Durante a Fogueira, pag. 124.

IV

SEU APOSTOLADO

Já vimos, de Antonio Sardinha, o perfil, sua obra, suas ideias e doutrina. Agora, devemos estudar as atividades que ele empreendeu, com a sua obra, suas ideias e doutrina, enfim o que realizou de construtivo nas suas lutas, no seu apostolado. Sim, no seu apostolado, porque nenhuma melhor palavra pode ser usada para designar o que fez para a restauração de Portugal.

Ele proprio afirmou: "Quem não nasceu para vitima, nasceu para apostolo" (1). Ser apostolo das verdades, "apostolos da Esperança" como escreveu, foi o ideal que incutiu aos moços da sua geração, que se caracterizou pelo sacrificio, atravez de todas as incompreensões, pelos caminhos "calcinados e cheios de redes infinitas".

Mas, situemos este apostolado dentro do seu

1 — A Pro! do Commu, pag. 35.

cenario, no ambiente em que viveu e lutou. Não se pense que o Portugal de 1913 é o Portugal dos Centenários. Hoje a colheita já se está processando, normalmente, pelos caminhos conhecidos; o combate duro foi chegar até o terreno e desbrava-lo debaixo das impiedosas tempestades. Em seguida, destruir as ervas daninhas e cavar os sulcos, onde a boa semente pudesse germinar. Impedir, após, que as más ervas destruíssem o que já estava aparecendo, e cultivá-lo sabiamente afim-de que ficasse assegurado um perfeito desenvolvimento. Colher frutos é tarefa de qualquer um; mas plantar e cultivar pouquíssimos, raros, são os que têm as virtudes requeridas para este ofício: constancia, amor ao bom combate, idealismo, tenacidade, em suma: alma de apostolo.

De 1834 a 1926, Alfredo Pimenta enumera nada menos que 52 revoluções, motins, serie que certamente não está completa (2). Do reinado de Dona Maria II ao movimento de 28 de maio, que dá

2 — Elementos de historia de Portugal, por Alfredo Pimenta, pags. 477 e 478, nota.

novos horizontes a Portugal, o país caminha num plano inclinado, desce uma escadaria, degrau após degrau, desde a "republica-coroadada" á demagogia mais rubra do 1910.

Os dezenove anos de governo de Dona Maria II são um periodo encapelado, todo ele de sublevações e motins: revolução setembrista, belemzada, nova belemzada, Maria da Fonte, revolta dos marechais. Ninguém se entende, numa orgia de terror, sangue e anarquia. São até os estrangeiros que vêm sustentar o debil poder que crearam após Evora-Monte, intervindo com os seus exercitos e marinha de guerra, a Inglaterra, Espanha e França, de que a convenção de Gramido é o epilogo.

Dom Pedro V governa apenas 8 anos, atribulados por epidemias e desolações. As agitações demagogicas desenvolvem-se terrivelmente e as Irmãs de Caridade são expulsas do país. É o proprio Rei e mais 2 irmãos que falecem, quasi que subitamente, para uns de febre tifoide, mas vitimas de envenenamento segundo outros.

Dom Luiz I assiste a fundação do partido republicano, de que faz parte Latino Coelho, o mesmo

que em 1890 escrevia a Rui Barbosa pedindo mil contos de reis emprestados, quantia que tinham necessidade para incentivar a propaganda do barrete frigio, (3)... As conferencias do Cassino servem de sinal como indicativo, que rumo segue a intellectualidade.

Dom Carlos é recebido pelo ultimatum, que invés de provocar uma união nacional em torno da autoridade, ao grito da patria ultrajada e em perigo, serve de argumento para a destruição e desmoralização das instituições. O Rei vê o perigo onde ele se encontra e resolve enfrentar a demagogia: é a ditadura de João Franco. A luta é tenaz e violenta. A carbonaria é fundada. Não podendo enfrenta-lo na arena politica, com armas iguais e de frente, as sociedades secretas armam os braços de dois sicarios. A 2 de fevereiro de 1908, Dom Carlos e seu filho Dom Luiz Felipe caem mortos, no campo de honra.

O novo Rei é Dom Manuel, que invés de

3 — A Princesa Isabel, por Pedro Calmon, pags. 279 e 280, nota.

continuar o combate empreendido pelo pai corajoso, aceitando o desafio que a demagogia lhe jogava, rende-se, entrega-se, sem disparar um tiro. A obra de João Franco cai por terra, mas só são passados 2 anos e Dom Manuel também está por terra, exilado em Londres, vitima da sua propria incuria.

Durante o periodo da Monarquia-Constitucional a vida politica deslocou-se para os partidos, que se revejavam no poder: Regeneradores e Progressistas, ambos agrupamentos sem programas, apenas com o fito de **aguentar-se** no tempo das vacas gordas, dividindo e intrigando o país. Este revesamento dos que sobem e dos que caem, ocasionou o alheiamento pelas instituições, pois tanto regeneradores como progressistas quando no ostracismo, nas vacas-magras, eram unanimes em hostilizar, difamar e combater o principio politico que os governava. Não havia convicções ou fé nas instituições, mas o cepticismo, a desilusão, a ausencia da crença na doutrina do regime.

Em Coimbra, o novo regime encontrou a mocidade estudiosa cheia de esperanças pelo seu destino. Entre os concluintes da Universidade, varios

rapazes se destacavam pela sua intelligencia, todos eles de vinte e pouco anos: Hipolito Raposo, Alberto Monsaraz, Luiz de Almeida Braga, Simeão Pinto de Mesquita, Antonio Sardinha, representantes das mais variadas tendencias e procedencias, na mais fraterna camaradagem.

Em abril de 1911, o Orfeão Academico faz uma excursão a Paris, levando Alberto Monsaraz e Hipolito Raposo. O ambiente do *Quartier Latin* foi uma surpresa para os rapazes de capa-preta e fitas multicores. Quem domina é o *Camelot-du-Roi*, heroi anonimo de todas as campanhas nacionalistas, que levava de vencida as autoridades no celebre curso de Pedagogia de Historia, na Sorbonne, quando a custo de 10.000 dias de prisão e multas sem conta, por medida de higiene mental, é impedido que um caluniador de Santa Joana d'Arc, impunemente, prosiga com suas aulas. (4)

Hipolito volta á Coimbra, com os seus bolsos cheios de exemplares de "*L'Action Française*", afim-

4 — *Les Camelots du Roi*, por Maurice Pujo, capitulos II a XIV, pags. 36 a 190.

de concluir o seu curso, deixando Monsaraz exilado na França. Contar que Maurras, Daudet, Pujo são idolos de uma juventude, que eles proprios se irmanam nos cortejos com a mocidade, que as ideias da contra-revolução é que estão "na moda" em Paris, tudo isso Hipolito refere, com o maior escandalo dos seus colegas, nas tardes dos Arcos do Jardim.

Em maio de 1911, Luiz de Almeida Braga desaparece de Coimbra, misteriosamente. Dias depois, ele está de armas na mão, combatendo o regime, na primeira incursão de Paiva Couceiro, que atravessara a fronteira em Padornelo, e domina em Penafiel, Felgueiras, Paredes, Santo Tirso, conquistando até Vinhais. Falhada esta tentativa, no ano seguinte, Couceiro volta pelo alto Minho. O academico tambem está presente e luta até o ultimo cartucho.

E, Sardinha? É um paradoxo. Equilibra, inexplicavelmente, ideias positivas e negativas. Defende a primazia da familia e do municipio, mas está preso ao regime de 1910 de quem espera virtudes e bons frutos. A sua ideia politica é mais um protesto contra os costumes da "republica-coroadada" que

uma convicção intelectual. Mero entusiasmo superficial. (5)

No regresso das férias da Semana Santa, ele volta impressionado. É que sua mãe lhe dissera: "Agora que querem acabar com a religião, é preciso ir á Igreja". Este conselho ferira fundo sua alma, que desde então nunca mais abandonara a pratica dos sacramentos.

João do Amaral, seu companheiro de quarto em Coimbra, dá-nos alguns pormenores deste revigoroamento da sua fé católica: "Conheci-o agnostico e republicano. Certa tarde calida e socratica, depois dum desses passeios em que, escoltado por todas as musas, descobrira mais uma estrofe da *Epopeia da Planície*, entrava ele na sua velha casa de Monforte e seguia pelo corredor já sem luz, quando, de subito, uma força ignota e incrível lhe deteve o passo á porta do oratorio ou pequena capela onde uma piedade feminina não deixava se apagassem a lampada votiva. E porque sentisse naquele estreito presepio,

5 — *Dois Nationalismos*, por Hipólito Raposo, capítulo II, pags. 31 a 40. "O moderno pensamento nacionalista português", por Sérgio Hígino, na revista "Fronteiras", junho de 1940, pag. 17.

com todos os sentidos da sua humanidade em transe, uma presença infinita, ali mesmo o Poeta caiu de joelhos e, desfeita em lagrimas a comoção que o assaltara, ali mesmo confessou a sua certeza de Deus" (6).

O ano escolar termina, e os concluintes se dispersam. Sardinha despede-se do seu mais íntimo amigo, Hipólito, voltando para sua vila Monforte, onde continuaria com os estudos e expurgaria por completo as suas ideias de toda tara revolucionaria.

E, o novo regime como vivia? Numa "balburdia sanguinolenta" para usar a expressão de um escritor consagrado. É a desordem nas ruas. Os conventos são arrombados e os ministros de Deus assassinados. Os adeptos dividem-se nas tendencias mais variadas: moderados, os unionistas e evolucionistas; extremistas, os democraticos de Afonso Costa. O povo está *ingovernavel* dizem os corifeus do 5 de outubro, que depois de pregar a desordem, querem agora firmar a sua "ordem" de alicerces move-díços. Em Coimbra, ha um assalto á Sala dos Ca-

6 — *Revista Ocidente*, Lisboa, nº. 10, fevereiro de 1939, pag. 360.

pelos, onde se cravam de balas varios retratos. O Cardial Patriarca e outros prelados sofrem o desterro das suas dioceses. A epidemia das greves é crónica, com bombas a explodir continuamente, pois quando se inicia o fabrico de explosivos e se ensina o meio de os preparar, quem aprendeu o officio não quer abandoná-lo. As sublevações militares se succedem, ora contra os democraticos quando estão no poder, ora contra os moderados quando estes são figuras de primeiro plano. Os quarteis são os focos de conspirações, por todas as clans exploradas. A desordem politica retrata a desordem das inteligencias.

Quem governa é Afonso Costa. Na Belgica, em Gand, estão exilados muitos dos que tomaram parte na 2.ª incursão de Paiva Couceiro. Não podendo lutar com armas de fogo, Domingos de Gusmão Araujo, Rolão Preto e Luiz de Almeida Braga querem prosseguir a luta das ideias, e fundam uma revista *Alma Portuguesa*, onde pela primeira vez aparece formulado com todo o seu vigor o nacionalismo lusitano.

Em setembro de 1913, na Quinta das Olaias,

em Figueira da Foz, reúnem-se tres amigos: Hipólito, Sardinha e Monsaraz. Este contacto de ideias é historico, pois daí provem a resolução de se publicar uma revista de doutrina contra-revolucionaria, *Nação Portuguesa*, que seria o órgão de um sistema de principios: o "Integralismo Lusitano".

José Pequeto Rebelo, um opulento lavrador do alentejo, faz uma viagem a Paris, donde espera nunca mais regressar, exilando-se voluntariamente enquanto a sua patria estivesse sob o barrete frigio. Lê o jornal "L'Action Française"; procura assistir aos seus cursos de conferencias do "Institut d'Action Française". Decide, então, regressar a Portugal e trabalhar no mesmo sentido. Escreve a Antonio Sardinha, convidando-o a fazer alguma coisa. Mais um soldado que se conquistava.

João do Amaral era um jovem jornalista do diário *Intransigente*, propriedade de Machado Santos figura de primeira grandeza na galeria dos pro-homens de 1910. Pelo estudo, pela reflexão, põe em ordem as ideias e abandona os proventos e vantagens que o regime lhe oferece. Funda em fevereiro de 1914, a revista *Aqui d'El-Rei*, que traz no seu

primeiro numero, a sua carta de despedida ao fundador da republica, documento já celebre.

Xavier Cordeiro era um amigo intimo de Hipolito, que o interessou pelas doutrinas da Reação. Estava, pois, formado o grupo inicial do "Integralismo Lusitano": Antonio Sardinha, Hipolito Raposo, Luiz de Almeida Braga, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, João do Amaral e Xavier Cordeiro. E, em 8 de abril de 1914, apareceu a revista **Nação Portuguesa**, porta-voz da nova cruzada, que levantava bem alto a sua bandeira das quinas, desfraldada com o maior arrojo aos ventos.

De toda a parte este grupo só encontrou combate, e nenhuma mão amiga lhe foi estendida. Da esquerda, dos republicanos, socialistas e comunistas, é logico que não se poderia aguardar palmas e incentivos. Mas, da direita, dos monarquistas divididos em tradicionalistas — miguelistas e manuelistas, tambem, só ataques lhe chegaram. É que os principios do "Integralismo Lusitano" preconisavam não uma **restauração** do que caíra em 1910, mas a **instauração** da Monarquia Tradicional, sob o cetro de Dom Manuel. Esta ligação com o soberano destro-

nado cavava, por outro lado, um abismo entre eles e os miguelistas, que professavam quasi o mesmo programa politico.

Uniram-se no combate os Conselheiros com os corifeus da demagogia. Sardinha, "para os adversarios que o receiavam" como escreve João Ameal, era julgado "um fanatico vulgar". (7) Tudo lhe negavam: talento, inteligencia. "Seguro do meu caminho não me importo sequer com as pedradas que inutilmente me procuram alvejar", escrevia ele como desabafo de tanta perfidia (8). Doutra vez, mais impaciente, declara que a sua ação é "uma bofetada irresponsivel, com que castigo os aleives anônimos de que sou covardemente alvo" (9).

Da revista **Nação Portuguesa**, a ação se expande para o diario lisboeta, **A Monarquia**, tres anos após, que circula em 12 de fevereiro de 1917, sob a direção de Alberto de Monsaraz.

A sua colaboração efetiva e permanente, diz ainda Ameal, "foi a notavel revelação dum grande

7 — Panorama do nacionalismo português, por João Ameal, pag. 101.

8 — A Aliança Pentasular, pag. XXIV.

9 — Idem, Idem, pag. LXXI.

escritor político e dum historiador de erudição inegotável" (10).

Outro contemporâneo seu, Manuel Murias, escreve: "nunca ninguém julgou com tamanha modestia as suas próprias obras como Antonio Sardinha. Os seus melhores ensaios de análise histórica ou de crítica política, literária e social, costumava ele chamar-lhes as suas "sebentas". Entendia na sua humildade, que não passavam de apontamentos lançados rapidamente no papel, para fixar um momento da sua própria formação" (11).

E, ainda o mesmo contemporâneo recorda que nunca um escritor moço e procurou, que não recebesse aplausos e incitamentos. Sabia que alguém se dedicava a um determinado assunto, logo ele o procurava, guiava-o, auxiliava-o, emprestava-lhe seus livros e apontamentos. Quando a obra estava pronta, a alegria enchia-lhe o coração, generosamente, satisfeitiíssimo com as vitórias dos seus amigos. Com as suas obras, manifestava alegria e tristeza:

10 — Panorama do nacionalismo português, pag. 19.

11 — "Antonio Sardinha", conferencia de Manuel Murias, em Lisboa, a 10-1-1937, publicada na Voz de Portugal, Rio de Janeiro, 12-2-1937, pags. 1, 2 e 3.

alegria, porque a fizera, mas triste por não ter ficado melhor. Formar novos apóstolos era outra preocupação: "— Há tanto que fazer, dizia. — A seara é grande, louvado seja Deus! Chega para todos. O que é preciso é trabalhar"... Pegava pelo braço ao moço, que preparava, dava-lhe coragem, indicava-lhe um assunto, fornecia-lhe a orientação.

Em 1918, decorridos 5 anos do seu apostolado, ele podia afirmar que "a influencia do "Integralismo Lusitano" na nossa adormentada sociedade é já mais que manifesta" (12). Ao núcleo inicial — Hipólito, Almeida Braga, Pequito, João do Amaral, Xavier Cordeiro, Monsaraz — acrescido logo de Rui Ennes Ulrich e Luiz de Freitas Branco, incorporaram-se: Armando da Silva, Eduardo Bettencourt Ferreira, José Monteiro, Carlos Selvagem, Artur de Campos Figueira, Fernando Costa, Fernando Campos, Francisco Mira, Eduardo Pinto da Cunha, Luiz Chaves, Cesar de Oliveira, Luiz Teixeira Neves, Carlos de Oliveira, José Luiz da Silva Dias, Francisco Beliz, Augusto da Costa, Felix Correia, Rebelo de Bettencourt,

12 — A Prol do Comum, pag. 10.

Rolão Preto, Cortes Rodrigues, Nuno Gusmão, Aiala Monteiro, Melo Lapa, Leonardo Teixeira, Alfredo Freitas Branco, Libanio Braga, José Rino Froes, Calainho de Azevedo, Joaquim de Almeida Braga, Henrique de Menezes Parreira, Antonio Godinho Tavares, José Maria da Silva, Luiz de Portugal da Fonseca e Melo, Brandão Pereira de Melo, Anibal de Azevedo, Alexandre Cabeças, Augusto Telo, Simeão Pinto de Mesquita, Afonso Lopes Vieira, Julio de Melo e Matos, Armando Vieira de Castro, Lemos Ferreira, Alves de Moraes, Bernardo de Madureira, Caetano Beirão.

Todos estes nomes ilustres de intelectuais, escritores, jornalistas, engenheiros, economistas, militares, comerciantes, poetas, é o proprio Antonio Sardinha quem os cita, em 1918, como membros dirigentes, elite mentora, do "Integralismo Lusitano". (13) São Estados-Maiores, atentos e vigilantes nos variados setores da vida portuguesa.

E, o país como caminha? No poder, alternam-se extremistas e moderados. Ha um ensaio da crea-

13 — Idem, idem, capítulo "Testemunho duma geração, pag. 3 a 35.

ção de uma ditadura, com o General Pimenta de Castro, que apenas governa quatro meses. Novas revoltas, navios de guerra que disparam contra Lisboa. É a entrada do país na guerra de 1914-1918. Surge, então, o major Sidonio Pais, que toma o poder dos extremistas, dando um golpe de estado. O regime tem apenas 7 anos, todos eles de revoltas e revoluções, e quando se quer pensar em ordem, apela-se para o extremo da ditadura, a segunda tentada neste curto periodo. Mas, as sociedades secretas, a carbonaria estão vivas, e... a 14 de dezembro de 1918 o ditador é assassinado.

O movimento do Porto, a 19 de janeiro de 1919, restaura a Monarquia no norte do país, que dura até 13 de fevereiro. Sardinha e os seus principais companheiros são exilados. O revesamento do poder continua, com greves, pequenas revoltas, bombas que explodem. Ha assassinios sadicos, como o de Machado Santos e outros politicos e militares de evidencia. Novas tentativas de Ditaduras Militares, unico remedio para a desordem. "A patria está doente", exclama o General Carmona, que é o promotor de justiça militar que julga os oficiais

revoltados. E, o politico Antonio Maria da Silva confessa: "O país está a saque". (14)

Agora é a Reconquista da Ordem. Se "a patria está doente" e o "país está a saque", só ha uma medicação: a ditadura. Esta vem, pelas mãos do General Gomes da Costa, que de Braga, a 28 de maio de 1926, gritara com todos os seus pulmões: "Às armas, Portugal!" A 9 de julho, assume o poder o General Carmona, aquele mesmo que dissera que "a patria está doente". Nova era começa para Portugal, entretanto, a 27 de abril de 1928, quando o professor de Coimbra Oliveira Salazar toma conta das finanças do país e promove o ressurgimento, de que o Portugal dos Centenarios é o mais fiel retrato.

Mas, como foi possível que o mesmo país, que em 1910 gritava pela desordem, pela anarquia, passados apenas 15 anos apelasse para o oposto, pedindo a ordem, a autoridade? Que completa trans-

14 — Historia de Portugal, por João Ameal, Livros VII e VIII, capitulos "A Patria e os partidos", "Realeza e Demagogia", "Balburdia Sanguinolenta", "Reconquista da Ordem", pags. 678 a 798.

formação das mentalidades se operara neste curto periodo? Como as inteligencias estavam mudadas? Quem fôra, entretanto, o genial artifice desta metamorfose?

Antonio Sardinha deixou-nos um capitulo, "A nossa revolução", que é o roteiro por onde ele guiou a sua cruzada. O problema dizia ele, em 1921, não é fazer revoluções armadas, que apenas contribuem com mais lenha e azeite para a grande fogueira da desordem, da anarquia e da indisciplina. É preciso fazer a Revolução da Ordem, a grande revolução espiritual, a Contra-Revolução, que deve ser justamente o oposto de tudo que a revolução ensina e adota. Não importa destruir o regime de 1910, pois a tarefa primordial é crear a consciencia, constituir as elites, enfim pôr em ordem as ideias e os principios. Isto feito a restauração de Portugal surgirá e o regime execrando estará sepultado. Se a revolução representa uma ideia, um principio, logicamente, só uma ideia e um principio podem destrui-la. (15)

O Mestre morreu, quando ainda a restauração

15 — Proresso dum Rei, capitulo X, pags. 139 a 147.

não se iniciara. Mas, o seu apostolado continua... Manuel Murias, ao substituí-lo na direção da revista *Nação Portuguesa*, escrevia estas palavras:

"Herdeiros do pensamento e da ação de Antonio Sardinha, que os nacionalistas portugueses não descurem um instante a gigantesca tarefa que o Mestre glorioso nos legou! A obra do pensamento de Antonio Sardinha forma um bloco admirável que só resta desenvolver e esclarecer, pregando-a depois como a boa nova aos que por desleixo a não conhecem.

"Por um juízo misterioso de Deus, Antonio Sardinha morreu na hora triste em que o seu esforço reunia as vontades dispersas que de todos os lados convergiam para a grande obra que ele iniciara. Portugal já não morre, porém, á falta de uma doutrina, porque Antonio Sardinha no-la legou ao indicar-nos, pelo exemplo, o caminho que se nos abre no futuro. E lendo, meditando, esclarecendo, pregando as doutrinas, que foram a razão da sua existência, Antonio Sardinha; vivo e cada vez mais dentro de nós, será agora como ha muito o mestre e o guia, o condutor e o irmão das gerações que surgem

e querem imolar-se ao ressurgimento de Portugal" (16).

Não podemos terminar, sem dizer alguma coisa sobre o que constituiu a projeção do apostolado de Sardinha, na Espanha, onde ele sofreu o exílio amargo.

Em fevereiro de 1931, os seus discipulos das universidades, vendo o caminho que levava o país irmão, lançaram aos estudantes de Espanha, uma mensagem que foi assinada pelos dirigentes das Juntas Escolares de Lisboa, Coimbra e Porto: Ceteno Castanho, Valentino de Sá, Amaral Pyrrait, Quirino da Fonseca, Dutra Faria, Abilio Pinto de Lemos, Agostinho Cardoso, Luiz Pinto Coelho, Fernão de Ornelas, Cunha Leão, Nicolau Monteiro, Carlos Cortez, Garcia Domingues, Franz Paul Langhans, Antonio Souza Rego, Manuel Gomes, João Ubach Chaves, José Luiz Saramago, Ruano Pera, Bernardino Rodrigues, Pestana de Oinelas, Bettencout Sardinha, Mi-

randa da Rocha, Cerveira Pinto, Pinto Barreto, Soares de Magalhães, Antonio Caetano Moutinho, Arnaldo Allegro de Magalhães, Amorim da Costa Junior, Eduardo da Cunha Navarro e Castro. (17)

O episodio era o mesmo que acontecera em Portugal, após a morte de Dom Carlos. A ditadura de João Franco caíra por uma rendição da realza á demagogia, que pouco depois tambem a destruía. Com 2 meses de antecedencia, os discipulos de Sardinha previam o que iria acontecer, como consequencia do fim do governo Primo de Rivera: o 14 de abril de 1931, a reedição do 5 de outubro de 1910.

Para fazer frente aos principios revolucionarios, na Espanha, Eugenio Vegas Latapie juntamente com Ramiro de Maeztu e o Marquez de Quintanar resolvem fundar uma revista, a "Acción Española", ideia que durante muito tempo fica em potencia, a espera de possibilidades financeiras. A oportunidade chega, em julho de 1931, quando põem á disposição do General Orgaz a importancia de cem mil pesetas

17 — "Mensagem dos estudantes monarchicos de Portugal aos estudantes de Espanha", 1931. Um folheto de 10 paginas.

para a compra de armas e munições, que seriam utilizadas numa problematica revolução.

O General Orgaz viu mais longe e destinou parte desta importancia á revista, que circulou pela primeira vez, a 15 de dezembro de 1931, sob a direção do Marquez de Quintanar. Que melhores armas e munições se poderiam desejar? "Acción Española" teve uma destacadissima importancia, não só pela sua combatividade e guia de toda ação intellectual contra-revolucionaria, como pelas edições de obras notaveis, onde encontramos autores franceses (Maurras, Gaxotte, Bainville, La Tour du Pin, Marius André, Benoist), ingleses (Sir Charles Petrie, Mc Nair Wilson, Thomas Walsh), sul-americanos (Pablo Antonio Cuadra, Alfonso Junco), sem contar os escritores espanhois do maior renome como Maeztu, Femartin, Vegas Latapie, Pemán, Castro Albarrán, Pradera, etc. (18)

Não deve passar desapercibida a amizade de Sardinha com o Marquez de Quintanar, que verteu

18 — Escritos Politicos, por Eugenio Vegas Latapie, pags. 10 a 12.

ao castelhano **A Aliança Peninsular** e abriu com um soneto o **Na Côte da Saudade**. (19)

No pensamento de Calvo Sotelo, também, influuiu decisivamente o "Integralismo Lusitano", que este martir conheceu em 1931, quando sofreu o seu desterro, após o 14 de abril. (20). Ele, que ainda não era um ortodoxo, recebeu este primeiro batismo de luz, mais tarde revigorado em Paris com o contacto de "L'Action Française". E, não nos esqueçamos que em 1936, Calvo Sotelo é a vítima imolada, cujo sangue derramado possibilita o ressurgimento peninsular.

19 — *Na Côte da Saudade*, pags. 11 e 12.

20 — *El pensamiento político de Calvo Sotelo*, por Eugenio Vegas Latapie, pag. 94.

V

A ALIANÇA PENINSULAR

A propria circumstancia de Portugal ter surgido como nação independente, pela separação do Condado Portucalense do Imperio de Afonso VI, que unificara num só cetro os Reinos de Castela, Leão e Galiza, constitue já uma predisposição á desconfiança de ambas as nacionalidades quanto ás suas relações.

Por outro lado, esta mesma circumstancia agravada pelo fato da Peninsula ter durante sessenta anos um unico Monarca, creou uma tara de inferioridade (1) que agita o perigo espanhol como fantasma, por traz de quem se escondem os interesses de estranhos, cuja maxima é dividir para dominar. Ora, se existiu o perigo espanhol para Portugal, é oportuno tambem recordar que não menor realidade foi o perigo português para a Espanha, como adiante falaremos.

1 — A Alliança Peninsular, pag. XXIII.

O Condado Portucalense, fatalmente, tinha que mais tarde ou mais cedo formar uma nação independente, pois a isto obrigavam certas características diversas do restante da península, que lhe garantiam uma individualidade própria, uma nacionalidade "em potencia". Individualidade geográfica, ou melhor dito, entidade geográfica cuja constante fundamental é a oceanidade; raízes étnicas; unidade linguística, como querem uns; litoral aberto a intenso commercio; o querer autonomo dos Barões do entre-Douro-e-Minho, tudo isto são razões, são sementes duma nacionalidade, habilmente conduzidas pelo Conde Dom Henrique e seu filho o Infante Dom Afonso Henriques a um fim, a uma meta que não poderia ser outro: o Reino de Portugal (2).

A península estava, pois, destinada a abrigar duas nacionalidades, distintas e inconfundíveis. Mas, superior se encontra o interesse peninsular que sempre falou bem alto a portugueses e castelhanos nos

2 — Historia de Portugal, por João Ameal, pag. 51. La Historia de España contada con sencillez, por José María Pemán, pag. 145.

momentos dramaticos, jogando a segundo plano as inevitaveis querelas domesticas. Quando o mouro é o inimigo a combater, na Reconquista, portugueses e castelhanos, irmanados na fé e no superior ideal do interesse da península, em Navas de Tolosa e no Salado, são soldados duma mesma batalha, são heróis duma mesma causa.

As alianças matrimoniais, empreendidas pelas Casas Reais de Borgonha e Aviz com as de Castela, são instrumentos de equilibrio, de uma cooperação franca e de uma confiança mutua. É verdade, que por vezes a autonomia portuguesa perigou, como na morte do Rei Dom Fernando e na do Cardial Dom Henrique, mas a causa disto foi apenas a ausencia de um herdeiro varão, no primeiro caso sanado pelo advento da Dinastia de Aviz.

Na obra de Antonio Sardinha, grande parte ele dedicou ao problema da península. O Conde de la Mortera, Dom Gabriel Maura Gamazo, ao prefaciá um dos seus livros, diz que a sua primeira formação intelectual era anti-castelhana, mas que devido ás lutas politicas, tendo que emigrar, pde na Espanha onde sofreu um exilio cruento, amadurecer as

suas ideias e lhes dar uma orientação sadia e definitiva (3).

Não nos parece correta esta afirmação, pois Sardinha sofreu o exílio, a partir de 1919, com a derrota de Monsanto que foi o epílogo do movimento restaurador do Porto. E, anteriormente, em 1915, na Liga Naval de Lisboa, ele incentivou e promoveu a realização de uma série de 8 conferencias sobre a Peninsula, onde foram seus companheiros de tribuna Hipólito Raposo, Luiz de Freitas Branco, Pequito Rebelo, Luiz de Almeida Braga, Rui Ulrich, Vasco de Carvalho, Xavier Cordeiro, conferencias estas que deram nascimento a um volume batizado com o titulo de *A Questão Iberica* (4). O seu trabalho, um dos capitulos do livro, chama-se "O territorio e a raça".

Aliás, é o proprio Sardinha quem esclarece esse ponto, argumentando ainda com outro trabalho seu publicado em 1917, que faz parte do seu livro *Durante a Fogueira*, intitulado "O nosso futuro". (5)

3 — *A Aliança Peninsular*, pag. XIII.

4 — *Panorama do Nacionalismo Português*, por João Ameal, pag. 18, nota.

5 — *A Aliança Peninsular*, pag. LXXI.

A Peninsula tem uma missão a cumprir, que é o seu unico interesse: a salvaguarda da superior civilização criada e difundida por Portugal e Castela (6). Mas, qual é o verdadeiro conceito de civilização? Civilizar é espiritualizar, pois o fim da sociedade é promover, segundo o pensamento tomista, a perfeição natural do homem como ser moral (7). Hoje, o conceito de civilização está corrompido, pois o individualismo revolucionario abastardou a noção social e religiosa do homem.

A questão iberica é um problema de cultura (8), pois só ela separa as raizes que formam as nacionalidades portuguesa e castelhana, individualizando-as, ao mesmo tempo que as entrelaça para o superior designio da peninsula.

Ha uma unidade peninsular, deve-se afirmar, unidade no religioso, no cultural, no moral e no sentimento. Mas, não uma unidade geometrica, fisica ou historica. (9) E, foi justamente, devido a esta unidade supra-nacional, que a Peninsula barrou o ca-

6 — *Idem*, *idem*, pag. 305.

7 — *Idem*, *idem*, pag. 282. *Da Hera* nas columnas, pag. 43.

8 — *Idem*, *idem* pag. LIX.

9 — *Idem*, *idem*, pag. 83 e XXVII.

minho aos mouros, salvou a cristandade em Lepanto, descobriu um novo mundo civilizando-o no seu verdadeiro conceito de espiritualizar, e cimentou as bases da liberdade de consciencia, em Trento, quando a doutrina calvinista da predestinação vinha nos escravizar e reduzir a automatos (10). Foi ela quem manteve a Cristandade na Europa, seja com as armas de guerra contra o turco, ou com as armas da intelligencia na contra-reforma, quando a unidade religiosa se cindiu (11).

O pensamento de Sardinha é a apologia da constituição da aliança dos dois povos ibericos, aliança esta baseada na noção cristã do interesse peninsular. Os dois países devem se manter autonomos, livres no seu governo interno, embora ligados militar e diplomaticamente, para a defesa comum, pois comum é o patrimonio da Peninsula (12).

10 — Idem, idem, pag. 246. *El Destino de España*, por García Villada, capítulo 19º: pags. 185 a 198. *Historia de España*, por Menéndez y Pelayo, capítulo "El Concilio de Trento", pags. 109 a 111. *Defensa de la hispanidad*, por Ramiro de Maeztu, capítulo "El Concilio de Trento", pags. 111 a 114.

11 — *A Aliança Peninsular*, pag. 260.

12 — Idem, idem, pag. 67.

Talvez, não seja muito divulgado o 'perigo português, assim chamado, para Espanha. Alguns exemplos elucidarão melhor o assunto. Começemos com o plano do Pe. Antonio Vieira e a conspiração do Duque de Híjar, que tinham por finalidade destronar Felipe IV e casar sua unica herdeira, a Princesa Dona Maria Tereza, com o Principe português Dom Teodosio, herdeiro do Restaurador Dom João IV, passando-se a sede da Monarquia para Lisboa (13). Mais tarde, quando da abdicação de Isabel II da Espanha, chegou-se a convidar o Principe Dom Fernando de Coburgo, viuvo de Dona Maria II, a ocupar o trono dos Reis Catolicos. Não o aceitando, as combinações dirigidas pelo General Prim, encaminharam-se para a propria pessoa do soberano português, o Rei Dom Luiz, nas seguintes bases: Monarquia-Dualista, com ministerios independentes em ambas as nações, exceto da Guerra e Fazenda. O Rei residiria em Madrid mas viria periodicamente a Lisboa afimde presidir as sessões do parlamento (14).

13 — Idem, idem, pags. LXXVII, 25 a 28.

14 — Idem, idem, capítulo "O Lenço de Veronica", pags. 141 a 160. *Historia de Portugal*, por João Ameal, pags. 708 e 709.

A hipótese dum casamento de Dom Pedro V com Dona Isabel II, também, esteve na ordem do dia. Fato pouco conhecido, entretanto, é o perigo português, ou melhor, brasileiro, de Dom Pedro I para a Espanha. Em 1829, estiveram com ele emissários de sociedades secretas — Alvaro Florez Estrada, Francisco Diaz Morales, Juan Rumi e André Borrego — que lhe ofereceram a Corôa da península (15). Oliveira Lima confirma plenamente este fato, apenas enumerando o nome de um dos emissários, que não combina com o documento que Sardinha apresenta, Barreros. (16)

Seja, entretanto, Barreros ou Borrego o nome de um dos emissários, o fato é que aí achamos o real motivo da abdicação do nosso primeiro Imperador, gesto incompreensível para a sua índole, quando Caxias chegara a dizer: "Se Sua Magestade quizer debelar o movimento nada será **mais fácil**" (17). Alberto Rangel informa-nos, que já em 1830 Dom Pe-

15 — Idem, idem, pag. 174.

16 — Dom Miguel no Trono, por Oliveira Lima, pag. 110.

17 — Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, pelo Monsenhor Pinto de Campos, edição de 1939, pag. 38.

dro tentara abdicar, tendo até solicitado a minuta do documento a um secretario de Estado (18).

O raciocínio que podemos fazer é, que o nosso Imperador, no 7 de abril de 1831, agiu movido por outros interesses: a Corôa da Iberia. Oliveira Lima assim o afirma: "Teria sido esse o destino ulterior do Principe, se Deus lhe tivesse concedido mais alguns anos de existencia" (19)

Mas, se existe o extremismo de uma tara de inferioridade que repele toda e qualquer colaboração ou cooperação entre as duas nações, num odio irracional, ha também o extremo oposto, o Iberismo, criação revolucionaria de sociedades secretas, que se propõe dividir a Península nas seguintes republiquetas: Betica Ulterior, Betica Citerior, Navarra, Asturiana, Lusitania Anterior, Lusitania Citerior e Galega. O primeiro prurido deste ideal iberista é a conspiração de Gomes Freire, em 1817, toda ela inspiração da Loja de Cadiz "Sociedad de los Regeneradores de lo genero humano", que enviou a Portu-

18 — Dom Pedro I e a Marquesa de Santos, por Alberto Rangel, pag. 40.

19 — Obra citada, pag. 110.

gal dois agentes: Francisco Cabanes e José de Valls (20).

Fracassado o motim, a ideia volta á tona em 1820, com o Sinedrio, organizado ainda de acordo com as instruções do embaixador espanhol Pando, que dispendeu nada menos que cinco milhões de reales com a conspirata (21).

Intelectualmente, esta aspiração revolucionaria do iberismo está documentada por dois livros: "La Iberia — Memoria sobre la conveniencia de la union pacifica y legal de Portugal y España" por Sinibaldo Mas, e "La federation Iberique" de Magalhães Lima. Entre os partidarios desta corrente internacionalizante, Hipolito Raposo aponta os seguintes: Sousa Brandão, Henriques Nogueira, Oliveira Marreca, Teofilo Braga, Visconde de Ouguela, Latino Coelho (22).

Nos nossos dias, o Iberismo está corporificado nas atividades dos que negam a Patria e obedecem ás diretivas da Internacional. O meu amigo Capi-

20 — A Aliança Peninsular, capitulo "Pecados Velhos", pags. 161 a 185.

21 — Ao ritmo da amputheta, capitulo "1820", pags. 49 a 58.

22 — Aula Regia, por Hipolito Raposo, capitulo "Portugal Falsificado", pag. 439.

tão José Sanz y Diaz, que participou com o Tercio Carlista Dona Maria Molina da tomada da cidade de Siguenza, relata que na sede do comando inimigo estava pregado um mapa da península, esta já dividida em 7 países (23), os mesmos propostos pela conspiração de Gomes Freire em 1817, pelo Sinedrio que triunfou a 24 de agosto, dia de São Bartolomeu "em que o diabo anda á solta", como assevera Sardinha (24)...

Contra os dois extremos, o Iberismo e a sistemática repulsa a qualquer aproximação, Antonio Sardinha ergueu a bandeira da unica solução possível para a sua patria e Espanha: a aliança cristã dos dois povos peninsulares. Vinte anos já decorreram e o tempo se encarregou de plenamente apontar que as suas palavras eram o unico caminho a palmilhar. Profeta? Não, precursor, guia do seu povo pelo deserto, apóstolo de ao principio era o verbo, mestre e doutrinador das verdades eternas, capitão da nova Reconquista, herói de outras Navas de Tolosa e Salado.

23 — Por las rochas del Tajo, por José Sanz y Diaz, pag.

24 — Ao ritmo da amputheta, pag. 58.

VI

LEGITIMIDADE - A QUESTÃO
DINASTICA

A Legitimidade, define-a Antonio Sardinha, como um principio da Ordem, contra os acasos das revoluções; identifica-se pois solidamente, com o conceito de soberania, da qual é a mais pura expressão jurídica e moral. (1)

Não é entretanto a propriedade do poder, mas o seu exercicio ou uso. Não é tambem o patrimonio de uma familia, absoluto e inalienavel no tempo e no espaço, ou uma propriedade particular que se possa vender, trocar, negociar.

Ela é mais um direito dos povos que um atributo das dinastias, como ensinam os mestres do tradicionalismo. É a garantia, a unica, da preservação das Leis Fundamentais do Povo, que podemos defi-

1 — Processo dum Rei, capitulo I: Soberania e Legitimidade, pags. 7 a 15.

ni-las como as liberdades municipais, corporativas e provinciais, e os foros e franquias de toda a nação.

É legitimo o Soberano que, no exercicio do seu direito dinastico, realiza a conservação e o aumento da comunidade, a cuja frente se acha. O poder será uma tirania desde que não seja um direito. Por sua vez, o direito ao poder não é um privilegio pessoal. Só a legitimidade defende o poder das disputas, não só para a unidade do mando, como da Patria.

Ela não é determinada apenas pelo interesse dinastico, pois se assim fosse, tornar-se-ia um elemento de perturbação, contrario á ideia de *concordia*, que inspira toda a filosofia da Realeza.

O conceito de Legitimidade divide-se: quanto á Dinastia, em legitimidade de pessoa; quanto ao principio, em legitimidade de instituição. Não ha entretanto, legitimidade de pessoa, quando não existe a de instituição. Por mais legitimo que seja o Rei, quanto á sua pessoa, ele não pode de modo algum atentar contra a integridade da patria ou contra a essencia da instituição, que é a Nação organizada segundo suas liberdades e regalias. Daí, con-

cluímos que a legitimidade de instituição é essencial, e a de pessoa accidental. (2)

Todas as Dinastias começam como ilegítimas, quanto á pessoa, pois sempre o seu advento provem de intimas razões de necessidade social e politica. As razões que terminam com essa ilegitimidade são: justiça na aquisição e diuturnidade da posse. (3)

Desde que o Rei não faz o bem publico ou é contrario ao interesse nacional, não é mais legitimo. Razões ha, pois, para o direito de revolta. Todo poder vem de Deus é verdade, mas não de Deus o exercicio do poder a determinado individuo.

Nas aclamações dos Reis, primeiro o Soberano jurava o respeito ás leis fundamentais do povo. Depois é que os suditos juravam-lhe obediencia e vassalagem.

Expostos estes conceitos da Legitimidade, exa-

2 — *Proceso dum Rei*, capitulo II: Legitimidade da Pessoa e Legitimidade da Instituição, pags. 17 a 25. *El derecho a la rebelión*, por A. de Castro Albarrán, Capitulo IV: Legitimidad del Poder, pags. 95 a 131.

3 — *A Teoria das Cortes Gerais*, capitulo IX, pags. CCXI a CCXXIV. *El Derecho a la rebelión*, por A. de Castro Albarrán, capitulo V: La legitimación del poder, pags. 135 a 154.

minemos a sua aplicação no fato concreto da questão dinastica em Portugal.

Dom João VI morreu, verdadeiramente, a 6 de março de 1826, envenenado pela agua-tofana que tinham posto numas laranjas que o Rei chupara na sua merenda, na Quinta da Praia. Seguiram-se tres mortes: o cosinheiro Caetano, do Paço, que sabia alguma coisa, tendo-se recusado a usar o toxico; o Barão de Alvaizere, medico, que socorrera o Rei e constatará o envenenamento; o cirurgião Ferreira de Aguiar, instrumento das sociedades secretas, autor do crime, que appareceu "suicidado", afim-de que não falasse... (4)

Por 4 dias, occultaram o falecimento de Dom João. Quando os seus restos mortais, no dia 10, foram expostos á visita publica os tecidos já tinham entrado em decomposição, pois nem tinha sido mais possivel fazer o seu embalsamamento. (5)

A causa desse misterio, em occultar por tanto tempo a morte do Soberano, prendia-se á sucessão, pois a camarilha liberal que cercava o Rei, queria

4 — El-Rei Dom Duarte II, por Antonio Cabral, pag. 17.

5 — Dom Pedro e Dom Miguel, por Oliveira Lima, pag. 19.

afastar a hipotese duma Regencia confiada á Rainha D. Carlota Joaquina. Com efeito, no dia 7, isto é quando Dom João VI já não existia, foi divulgado uma resolução sua, especie de testamento politico, onde se instituia uma Regencia, confiada á Infanta Isabel Maria, "enquanto o legitimo herdeiro e sucessor da corôa não der as suas providencias a este respeito". Nesta resolução, nunca ninguém viu a assinatura do Rei... Os ministros deram como desculpa a superstição, de que toda pessoa que assinasse o seu testamento, logo após morreria... E, Dom João assim pensara... (6)

Admita-se, por absurdo, a validade desse documento apocrifo, sem assinatura, apparecido quando o Soberano já fechara os olhos para sempre. Entretanto, qual não é a surpresa, quando a 20 de março, o Conselho da Regencia publica uma ordem sob o novo formulario official, onde se diz que os "diplomas, os titulos que se costumam expedir em Nome do Soberano, sejam passados nesta forma: "Dom Pedro por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves". Etribado em que argumento, em que direi-

6 — Idem, idem, pag. 20.

to, o Conselho da Regencia aclamou Dom Pedro I Imperador do Brasil, Rei de Portugal? Se a propria resolução que o formara, aludia apenas ao "legítimo herdeiro"? (7)

A independencia do Brasil somente tinha sido reconhecida um ano antes. Portugal attribuia muitos dos seus males e desgraças á separação que lhe arruinara o commercio e a industria. Portanto, qualquer ideia de uma nova união, despertava a sensação de bem-estar e opulencia antigos. A Regencia julgou poder unir novamente o Brasil a Portugal, com um golpe de mestre... Aclamou Dom Pedro e mandou uma delegação ao Rio de Janeiro, onde chegou a 24 de abril de 1826.

É preciso acentuar que o Imperador até então não se julgava com qualquer direito á sucessão da Corôa portuguesa, como o demonstram as suas cartas, os seus atos e atitudes. A sua declaração formal era: "já não tenho pretensão alguma nem direito á corôa de Portugal".

A noticia desse presente foi uma surpresa, co-

7 — Elementos de Historia de Portugal, por Alfredo Pimenta, pag. 488.

mo ele proprio o declarou na sua mensagem á assembleia geral, de 6 de maio: "achando-me quando menos o esperava legitimo Rei de Portugal, Brasil, Algarves e seus dominios". (8)

Em seguida, abdicou a Corôa em favor de sua filha Dona Maria da Gloria e outorgou uma "Carta" constitucional á nação portuguesa.

Estes dois fatos representavam dois absurdos. Dona Maria da Gloria, nascida no Rio de Janeiro a 4 de abril de 1819, era a Princesa do Grão-Pará, reconhecida como Altesa Imperial do Brasil. Além disso, segundo a norma juridica da Monarquia Portuguesa, é a linha varonil que prevalece na sucessão e portanto o Imperador não podia ceder os seus direitos á primogenita, mas ao seu filho Dom Pedro de Alcantara, nascido a 2 de dezembro de 1825.

A "Carta" era outro atentado ás tradições portuguesas. Sem consulta á nação, no mais desbragado absolutismo, ele a outorgou, desrespeitando todos os direitos, pisando e destruindo as leis fundamentais do povo.

8 — Historia do Brasil, por João Armitage, pag. 159.

Quando a assembleia dos Tres Estados, as Cortes Gerais, se reuniram em 1828, as suas conclusões ou chamadas razões foram as seguintes:

"1". — Dom Pedro havia sido aclamado soberano de uma nação estrangeira; e esta circumstancia constituindo-o estrangeiro, o excluia do Trono de Portugal, na conformidade do decreto das Cortes de Lamego e da petição da assembleia dos Tres Estados em 1642.

"2". — A residencia de Dom Pedro fora do reino era contraria á ordenança das Cortes de Tomar de 1641 e aos decretos de 1642.

"3". — Portugal e Brasil tendo-se constituido estados separados e distintos desde 15 de novembro de 1825; e tendo Dom Pedro escolhido a Corôa do Brasil, estava desqualificado para reinar em Portugal, nos termos do dito decreto de 1642.

"4". — Este Principe havia violado as leis portuguezas, arrogando-se um poder discrecional, exorbitante. (9)

A 30 de junho de 1828 teve inicio o novo reinado de Portugal, o de Dom Miguel I, que unia a le-

9 — Idem, Idem, pag. 202.

gitimidade de instituição e a de pessoa. Apenas 6 anos empunhou o cetro, pois a quadrupla aliança invadiu-lhe o territorio num desrespeito a todo e qualquer direito. (10) Imprensado, por todos os lados, pelas forças da Inglaterra, França e Espanha, Dom Miguel tem que succumbir. O relato destes ultimos momentos, Hipolito Raposo faz-nos num capitulo bellissimo, que leva o sugestivo titulo de "A paixão de Evora Monte". (11)

O reinado de Dona Maria da Gloria só é possível pela imposição dos canhões e baionetas das tropas estrangeiras. Só assim é que a "Carta", onde se ensinava a "liberdade" e se matavam todas as liberdades, entra em execução. O país sempre que poud ergueu a sua voz clamando pelas "leis velhas", como na revolta da "Maria da Fonte", abafada graças á intervenção novamente de forças estrangeiras.

Examinemos, agora, se a aclamação de Dom Miguel estava de perfeito acordo com o Direito Historico.

10 — Dom Miguel no Trono, por Oliveira Lima, pags. 265, 221 e 263.

11 — Patria Morena, por Hipolito Raposo, pags. 201 a 223.

O Rei Dom Fernando I apenas tinha uma filha, Beatriz, casada com o Rei Dom Juan I de Castela. Morto o Monarca, apresentou-se o dilema da sucessão, com a legitimidade da pessoa de Beatriz e o consequente desaparecimento do Reino, que tornaria á Castela. Mas, a linha varonil dos Borgonha se continuava noutro sentido. O pai de Fernando I, Pedro I, deixara um filho bastardo, João, Grão-Mestre da Ordem de Aviz. Então, as Cortes Gerais aclamam Dom João de Aviz Rei de Portugal, que garantia a independência da Patria e da instituição, em prejuizo da legitimidade da pessoa de Beatriz.

Em 1580 ha a nova crise de sucessão. De acordo com a legitimidade de pessoa, Felipe II era o herdeiro indicado, pois de Dom João III não havia mais nenhum herdeiro vivo. E, de Dom Manuel o Venturoso, ele era o neto mais velho. Além disso, sua mulher a princesa portuguesa Dona Maria de Aviz era a filha mais velha de Dom João III. O pretendente Dom Antonio Prior do Crato era um bastardo do Principe Luiz, quinto filho de Dom Manuel.

Sardinha tem uma concepção pessoal com referência a este fato. Para ele, Felipe II não foi um

conquistador, pois entrou em Portugal, sem armas, confirmando e jurando nas Cortes de Tomar os foros e privilegios do povo. Ele até escreve: "Não se trata, pois, dum "cativoiro" (12), e exemplifica que Portugal tinha inteira autonomia no civil, no administrativo e até no politico, com o seu Conselho de Portugal funcionando em Madrid, composto só de portugueses e despachando em português. Havia a existencia de uma Monarquia Dualista.

Os reinados de Felipe II e Felipe III transcorreram neste diapasão de respeito ás liberdades, ás leis fundamentais. Mas, não aconteceu o mesmo com Felipe IV, que iniciou a centralização, desrespeitando as franquias e privilegios. É quando surge a Restauração, justificada nas Cortes Gerais de 1641, pelos seus juristas como imprescindível devido á "violação da legitimidade da instituição". E, o Duque de Bragança, descendente em linha varonil e direta de Dom João I, é aclamado novo Soberano.

Aliás, na historia de Portugal a legitimidade de

12 — A Teoria das Cortes Gerais, pag. CCIII. *Alaça Peninsular*, pags. XXXI, XXXII, pags. 276 a 296. *De Vita et Moribus*, pags. 162 a 177.

pessoa nunca teve o carater de elemento dominante. Em 1245, quem succedeu a Dom Afonso II não foi o seu primogenito Sancho, mas o seu segundo filho Afonso III. Em 1495, pela morte de Dom João II não havia filhos varões; a Corôa foi entregue a Dom Manuel, primo e cunhado do rei falecido, por disposição testamentaria. Ainda quem succede ao Restaurador Dom João IV é o seu primogenito Afonso, que em 1667 é substituído no trono pelo irmão caçula Pedro II.

É que se observava, totalmente, a máxima seiscentista: *"Os Reys não forão criados, & ordenados para sua utilidade, & proveyto, se não em beneficio, & prol do Reyno"*. (13)

Fôra, pois Dom Miguel Rei legitimo quanto á pessoa; legitimo quanto á instituição, legitimo quanto ao Direito Historico e á Tradição; legitimo pela vontade nacional. (14)

De 1834 a 1910, sucederam-se 5 Soberanos pelo Trono de Portugal: Dona Maria II, Dom Pedro

13 — Idem, idem, pag. CCII.

14 — El-Rei Dom Miguel I, por Guilherme Auler, Revista TRADIÇÃO, n.º. 21, 22 e 23.

V, Dom Luiz I, Dom Carlos I e Dom Manuel II. Tinha pois o Rei destronado em 5 de outubro de 1910 um direito legal, uma legitimidade de exercicio. (15)

Antonio Sardinha e o seu movimento convergiram para ele, que lhes deu sempre prova do seu aplauso, apesar do facto que eles pugnavam não pela restauração da "Carta", mas pela legitimidade de instituição. (16)

Sobrevem o movimento armado do Porto, com a restauração do regime que dura 24 dias, e a inevitável "Carta" servindo de espantinho e maleficio.

Os apóstolos querem ouvir a voz do Mestre. Dom Manuel, em Londres, recebe-os por duas vezes e se manifesta de perfeito acordo com os principios da republica-coroadada, cuja pratica ocasionara o assassinio do pai e até a sua propria expulsão da patria. Era contra a legitimidade de instituição, pois estava preso á "Carta". (17)

15 — Processo dum Rei, capitulos III e IV: Direito Historico e Direitos Legais, Legitimidade de Origem e Legitimidade de Exercicio, pags. 27 a 59.

16 — Idem, idem, Capitulo VII, pags. 87 a 111.

17 — Idem, idem, pags. 109 e 110.

A questão, agora, era decidir se deviam ficar com a **pessoa** do Rei ou com a **instituição**, cujo principio era anterior á dinastia. É desnecessario esclarecer que os apostolos ficaram com a instituição. (18)

O direito historico da nação indicava, onde o novo Rei se encontrava. Era o neto de Dom Miguel I, o Principe Dom Duarte Nuno, que possuia a legitimidade de pessoa e pugnava pelos principios orthodoxos da tradição, tendo portanto, tambem, a legitimidade de instituição. (19)

Sob nova bandeira, a batalha recomeça. Sardinha é o seu capitão infatigavel, cujo estado-maior porfia em melhor servir. Se o General os abandonou, não ha motivo de desistir do bom combate, que é duro e terrivel. As frentes se alargam, novas trincheiras cavam-se, outras fortalezas se constroem. Do modesto bastião da revista mensal **Nação Portuguesa** (fundada em 8 de abril de 1914) e da fortaleza que é o diario **A Monarquia** (aparecido em 12

18 — Idem, idem, Capitulo VIII: O direito de revolta, pags. 113 a 127.

19 — Idem, idem, Capitulo IX: A questão dinastica, pags. 129 a 138.

de fevereiro de 1917) a batalha dura noite e dia. (20)

As primeiras vitorias começam a surgir. É a constituição do grupo Ação Realista Portuguesa, fundado em 1923, que aceitava a mesma doutrina da legitimidade de instituição, declarando-se entretanto favoravel aos direitos de Dom Manuel. Este grupo, constituido por elementos do mais alto valor intellectual, como Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Antonio Cabral, Luiz Chaves, Fernando Campos e João Ameal, teve uma imprensa poderosa: a revista **Ação Realista**, o seminario **A Voz Nacional** e o diario **Ação Realista**, este dirigido por João Ameal. (21)

Que indica a organização deste agrupamento de intellectuais senão a vitoria, a expansão dos principios defendidos por Sardinha?

Mas a vitoria continua... Em 1926, é o proprio Rei Dom Manuel, que na sua mensagem, divulgada a 27 de fevereiro, declarava: "A Monarquia a restaurar não pode ser a de 1910". E adiante:

20 — **Panorama do Nacionalismo Português**, por João Ameal, pags. 18 e 19.

21 — Idem, idem, pags. 23 e 24.

‘A Monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a Religião, sobre a Tradição, sobre a autoridade, sobre principios e convicções, sobre a Ordem’’. (22)

Antonio Sardinha já estava debaixo da terra, em Monforte, e não se podia alegrar com mais esta vitoria, que se seguiu de outra notabilissima, no ano seguinte, em abril de 1927, quando o Rei exilado sancionou as chamadas bases doutrinarias do relatorio-Pinheiro Torres, que nada mais são, que a adoção plena do programa politico que ele defendeu. (23)

Estava concluida a primeira parte da peleja, a mais difficil e que maiores esforços custou: converter o Rei exilado e os seus adeptos, á legitima doutrina da instituição, á Monarquia enfim...

Falecido Dom Manuel, a 2 de julho de 1932, unificou-se na pessoa de Dom Duarte Nuno a causa da Realeza em Portugal, que até então andava dividida, sub-dividida: Legitimistas, Integralistas (o mo-

22 — El-Rei Dom Duarte II, por Antonio Cabral, pag. 90.

23 — Documentos da aclamação de El-Rei Dom Duarte II, pags. 34 e 35.

vimento de Sardinha), Ação Realista, Causa Monarquica.

Tornou-se possivel não só a unidade de doutrina como a de pessoa. O tempo, o melhor aliado das boas causas, encarregou-se de mostrar em que lado se achava a verdade plena. Era a vitoria completa da Legitimidade, dos ideais de Sardinha.

Quasi um seculo durou a injustiça para com aquele que foi crucificado em Evora Monte. Deus não falta com a sua justiça. Pode tardar, mas chega a tempo, sempre. Escreve certo, por linhas tortas...

VII

O POETA

Antes de doutrinador, politico, historiador, Antonio Sardinha é poeta. Nesta seara é que ele inicia a sua actividade intelectual, publicando o seu primeiro livro de versos, **Tronco Reverdecido**, quando ainda veste a capa-preta de universitario de Coimbra.

A sua concepção da poesia, ele a expõe: "A poesia exprime-se, não se define. Essencialmente dinamica, ela é mais gotica do que classica, mais de intuição que de intelligencia". (1)

Noutra obra, ele desenvolve mais a sua concepção: "A poesia é a libertação da nossa existencia sub-liminar, — existencia rumorosa e obscura, pela qual nos ligamos á continuidade imortal do ser. As filosofias da Intuição ensinam-nos bem o que seja a

1 — A Prol do Comum, pag. 32.

Poesia como perfume proprio da vida. Não é um ato de análise, — uma pura concepção da inteligência. Vinda da alma, *exprime-se, não se define*". Páginas adiante, acrescenta: "A poesia, quando é poesia, tira as suas mais mergulhadas das raízes dum fundo de sub-consciência, sendo assim mais *dinâmica* do que *estática*, mais *vibração* do que *definição*" (1-A).

Aos 15 anos de idade, ele canta os seus primeiros versos, com o seu *Calix da Amargura* (Evora, 1904), e até o seu ultimo instante de vida, a musa não o abandona. Através dos seus versos, dos seus poemas, toda a sua vida pode ser reconstituída, passo a passo.

Quando ele é apenas regionalista, apostolo da primazia da família, no seu carater de primeira célula da sociedade, canta o *Tronco Reverdecido* e a *Epopéia da Planície*. Na exaltação das virtudes da terra e da raça é o *Quando as nascentes despertam*. Se sofre o exílio, temos o *Na Côte da Saudade*. O após-guerra terrível e ameaçador inspira-lhe o poema *Roubo de Europa*. O poeta casa-se: são os seus

1-A—Ao ritmo da Ampulheta, pags. 70, 71 e 128.

sonetos de amor, *Chuva da Tarde*. Nasce-lhe um filho, que pouco vive: compõe as elegias de *Era uma vez um menino*. O *Pequena Casa Lusitana* reúne os seus sonetos, que para Luiz de Almeida Braga, "são um ideário de patriotismo, a exaltação lírica do genio português" (2).

É que existe um "apertado laço que prende a poesia de Sardinha aos seus ensaios de história, de crítica e de filosofia política", diz ainda o mesmo autor. (3) Quando estudava um tema qualquer, seja história ou doutrina, antes de o concluir, tinha a sua síntese num poema, que era o resumo por assim dizer da sua produção histórica ou doutrinária. Manuel Murias recorda este pormenor com as seguintes palavras: "Como aconteceu sempre com todos os poetas verdadeiramente grandes, Antonio Sardinha não precisou nunca de renunciar ao seu pensamento para ser poeta — ou de tomar atitudes fictícias de mais fácil matéria poética. Sucedia até — e deve sublinhar-se, para salientar a admirável unidade da

2 — Estudo, por Luiz de Almeida Braga, introdução ao *Roubo de Europa*, pag. XXVI.

3 — Idem, idem, pag. XXV.

sensibilidade e do pensamento de Antonio Sardinha, — sucedia até que a maior parte das vezes, quando o pensador ou historiador alcançavam, ao fim do trabalho, e estudo, uma conclusão, era em forma poetica que primeiro se lhe manifestava". (4)

Exemplifiquemos, com o episodio das Cartas da Freira, como nos vem narrado, num comentario redaccional da revista *Nação Portuguesa* (5). Antonio Sardinha está em Lisboa e recebe a visita de Manuel Murias, que ha pouco publicara o seu livro *Seiscentismo em Portugal*. Por acaso, ao manuseiar este volume, o poeta abre-o na pagina referente a Soror Mariana. A palestra, naturalmente, dirige-se para o assunto da Freira, prolongando-se pelo jantar e mais ainda até as quatro horas da madrugada, quando os amigos se separam.

No dia seguinte, Sardinha ao se avistar com Murias, pela tarde, recebe-o com estas palavras: "O ensaio está feito". E na admiração do seu compa-nheiro, pela pressa com que escrevera, acrescentou:

4 — "Antonio Sardinha", por Manuel Murias, em voz de Portugal, Rio de Janeiro, 12-2-937.

5 — Revista *Nação Portuguesa*, Lisboa, 1925, 3ª. serie, nº. 5, pags. CIX e CX.

"Escrevi um soneto. Mas o ensaio tenho-o aqui (e apontou para a cabeça); basta escreve-lo. Já ha um tempo que, antes de redigir qualquer estudo, costumo esclarecer o pensamento cristalizando-o numa forma poetica".

Os dois descem o Chiado e atravessam a rua do Principe para a dos Restauradores. Enquanto esperavam o bonde, que os subiria pela Avenida, o poeta recitou o seu formoso soneto "Soror Mariana":

"Sentada no mirante alentejano,
Desfias o rosario com firmeza.
E como passa o dia, passa o ano,
— na persistencia duma luz acesa" (6).

Ao despedir-se, Sardinha ainda refere: "Não quero que haja diferença alguma entre o sentido da minha obra poetica e o meu esforço de pensador".

Regressando á Quinta do Bispo, em dois ou tres serões, passa para o papel o seu pensamento, concluindo o notabilissimo capitulo "As Cartas da Freira", incluído no seu volume postumo *Da Hera nas Colunas* (7).

6 — Pequena Casa Lusitana, pag. 153.

7 — *Da Hera nas Colunas*, pag. 67 a 114.

Murias ainda repisa esta mesma tecla, noutra ocasião, com esta observação: "A obra de Sardinha forma um bloco inabalavel e indivisivel: poeta, doutrinador, historiador, o fim de Antonio Sardinha era o mesmo, o seu esforço equivalente" (8).

É o poeta, com as suas proprias palavras, quem explica a sua actividade politica: "Quando parti para o combate, poucos mais encontrei na mesma fila". "As nossas campanhas nacionalistas desceram das Letras á Politica, — subiram da Acção á atmosfera diafana das Ideias". Ou mais claramente: "As Letras nos conduziram á Politica" (9).

Poeta ele começou a sua produção intellectual e poeta viveu até o ultimo instante.

De inicio é discipulo do simbolismo, destes aferados ao culto exclusivo da forma, da poesia harmoniosa e difficil. É que estavamos na epoca em que ela é apenas musica.

Em Coimbra, os seus mestres são Garrett, Sá de Miranda e Manuel da Silva Gaio. De autores estrangeiros dois são prediletos: Maurice Barres e Luiz

8 — Revista Nação Portuguesa, numero citado, pag. CXIII.
9 — Ao ritmo da ampulheta, pag. XII, XIII e 147.

Mercier. Inicia agora, nova fase de produção, livre das preocupações de quantidade de silabas e rimas. "Se é certo — comenta Luiz de Almeida Braga — que ha artes para as quais a forma conta mais do que a materia, a verdade é que na poesia a materia é mais preciosa do que a forma, porque é feita de pensamento e de sentimento. Onde não existe nem alto pensamento nem sentimento verdadeiro não ha poesia. Os versos de Antonio Sardinha são a perfeita illustração do que digo" (10).

Mas, esta volta da poesia ao seu verdadeiro caracter, não é a concepção da "arte pela arte" ou da estetica que não encara a vida como ela de fato o é, sinão através de oculos de vidros coloridos. Fruto dessa erronea concepção surgiram os chamados "poetas modernos", com os seus atentados ao bom gosto, exhibicionistas, "quando não passam — escreve Sardinha — ou de puros anormais, já ao alcance da patologia, ou de arrivistas sem talento que na rosa vermelha do escandalo depõem a sua unica possibilidade de de successo" (11).

10 — Obra citada, pag. XXV.

11 — Purgatorio das Ideias, pag. 163.

Esta falsificação da poesia "é um dos mais serios sintomas da dissolução do nosso tempo". É que a sociedade materializou-se, detestando a **compreensão** mas adorando a **sensação**. A sensibilidade é apenas luxúria sentimental, enquanto que a inteligência, pervertendo-se, trocou a **emoção** pela **impressão**. Daí, o motivo por que estes "simples evadidos hospitalares" triunfam. "Acarinham-nos, aclamam-nos, convencem-nos de que são genios para raios apenas, em lugar de lhes aplicarem uma psicoterapia rigorosa" (12)... Eis a razão dos nossos incompreendidos. Kamtchatkas, como os apelidou a ironia de Leon Daudet...

Primeiro o poeta canta as paisagens do seu Monforte alentejano, as tradições familiares, as lembranças e costumes do seu povo, as lendas e superstições, enfim "tudo o que possa ajuda-lo a reconstituir o fundo psicologico da raça" (13):

"Ouvi-o todos vós, raça de heroes,
e do intimo valor de que inda sois
largai frotas de novo á roxa Aurora..."

12 — Idem, idem, pag. 166.

13 — Estudo, por Luiz de Almeida Braga, pag. XXIIr.

Talvez que a pobre Patria agonizante,
revendo-se entre as aguas do Levante
ressurja em si o Portugal doutroa!"

São os seus "poemas da terra e do sangue" do Tronco Reverdecido e A epopeia da planície:

"Tudo o que eu sou, o sou por obra e graça
da comoção rural que está comigo.
Foi a virtude lirica da Raça
a herança que eu herdei do sangue antigo.

Olhai-me: — Eu vim de honrados lavradores,
De avós a netos, sempre os meus maiores
Fitaram o horizonte que hoje fito". (14)

Poeta de "inspiração etnografica", chama-o Luiz Chaves (15), pois a sua musa é toda ela, na **Epopeia da Planície** e no **Quando as nascentes despertam**, um louvor perene á paisagem, á familia e á gente alentejanas. O primeiro destes livros é, segundo ainda o mesmo autor, "o quadro lirico do Alentejo". "A planície heroica, — continua ele — o panorama historico e tradicional da raça, correm

14 — Literatura Reacionaria, por Jackson de Figueiredo, pag. 131.

15 — "Antonio Sardinha poeta de inspiração etnografica", por Luiz Chaves, na revista Ocidente, n.º. 33, pags. 142. a 144.

do coração e da alma do Poeta como fonte de rica nascente, que vai inundar e fecundar de poesia a terra toda".

Um dos seus discípulos que mais o tem reverenciado, o historiador Rodrigues Cavalheiro, faz-nos os seguintes comentários: "Como poeta mesmo — diríamos até, como poeta principalmente — a sua obra vinca, com indiscutíveis traços de originalidade, uma reforma profundíssima da sensibilidade portuguesa, e que vem em linha reta do **Romanceiro** de Garrett e da nossa genuína, lusitana e lírica expressão romântica. E é oportuno sublinhar uma vez mais que a atividade doutrinária de Sardinha desceu da poesia à ação, evolucioneu das Letras para a Política, pois muitos dos temas favoritos da sua campanha tradicionalista encontram-se cristalizados nas rimas adolescentes do **Tronco Reverdecido**, que, como quasi todos os títulos dos seus livros, marca já uma clara intenção nacionalista" (15-A).

Jackson de Figueiredo, ao criticar a poesia de

15-A — "O monumento a Sardinha", por Rodrigues Cavalheiro, na revista *Ocidente*, julho de 1939, nº. 15, pags. 303 e 304.

Sardinha, diz que ele é "o tradicionalista cristão". "pela expressão da mesma, pelas qualidades literárias exteriores, como pelo amor real e vivo do passado, e de tudo quanto, no presente, é amorosa e dolorosa resistencia da beleza antiga e do antigo bem de viver com as presentes revoltas e a dor atual, dadas como unico sentido da filosofia e da vida" (16).

É no "Conto do meu natal", onde o poeta inscreve o seu brasão:

"Mais um poeta p'ra exaltar a Raça,
mais um poeta p'ra louvar a Deus!"

Entretanto, a sua inspiração é mais forte e a sua sensibilidade é mais viril no **Quando as nascentes despertam**. É que ele teve o seu coração revolvido pela charrua do exílio. A saudade martiriza-o. A sua sensibilidade apura-se. A imaginação está mais disciplinada.

"Fora da Patria, — porque a amei deveras
é tempo de acabar-te, ó livro amado!
E como outrora, como em grandes eras,
seja em louvor de Deus e do Passado!" (17)

16 — Obra citada, pag. 129.

17 — Idem, idem, pag. 132

Dos temas mais insignificantes, ele compõe versos notáveis, como a "canção do ferro na forja", —

"Cravos de ferro pregando,
pregando o corpo a Jesus...
Em boa forja forjados,
deixaram regos na cruz!
E o malho bate no ferro,
e o ferro quasi o incendeia...
Trechos dum velho poema
em cada forja de aldeia!" (18),

— o "poema das folhas secas", "louvores dos tapetes", "folhetos de cordel" e o seu celebre "poema do cavalo":

"Prepara-te, cavalo da conquista,
— prepara-te, ginete da Cruzada!
Já o dragão se convulsiona e enrasta
Já te envolveu em densa fumarada.
Prepara-te! São Jorge vai montar-te,
— de novo brilha a sua lança pura! (19)

Para Jackson de Figueiredo, a personalidade do

18 — "Antonio Sardinha" por Manuel Murlas.

19 — Idem, idem.

poeta está definida no seu soneto "A arvore genealogica":

"Foram passando as gerações passadas,
cresceram no louvor do sangue antigo.
Com elas aumentaram-te as ramadas,
— onde estará a que aumentou comigo?

Onde estará? Não queira Deus que seja
a ultima de quantas, benfazeja
a graça do Senhor te encheu assim!

O' arvore ancestral, copada e forte,
não seja a minha vida a' tua morte, —
— que a tua vida não se acabe em mim!" (20)

Os asares da politica levam o poeta á revolução do Porto de 1919, numa tentativa armada da volta ao regime de Dom Manuel II. Em Monsanto, ele está de armas na mão. Mas, a derrota se abate, e entre o dilema de purgar os seus dias num carcere ou sofrer o exilio, ele prefere cruzar a fronteira, o que lhe possibilitará estudar, escrever e trabalhar pelas suas ideias. Dirige-se a Toledo, onde o Tejo passa vagarosamente e lhe recorda que estas mesmas

20 — *Literatura Reacionaria*, pag. 131.

aguas vêm desembocar em Lisboa, depois de varar a sua patria de lado a lado. Surgem então os seus sonetos de Toledo, o seu volume *Na Côte da Saudade*:

"Meu coração de lusitano antigo
baleu ás portas de Toledo, — a estranha.
Mais roto e ensanguentado que um mendigo
só a saudade os passos lhe acompanha.

Pois a saudade ali me deu abrigo
no pé do Tejo que a Toledo banha
Levava os dias a falar comigo,
como um pastor com outro na montanha". (21)

Ele revive o episodio de Dom Sancho II, que findou os seus dias entre as paredes do Mosteiro de Toledo, depois de bem servir á patria, expulsando o mouro da terra alentejana:

"O' meu Dom Sancho, ó grande insastifeito,
desce do trono e vem sonhar comigo!
Somos irmãos os dois do mesmo peito,
— temos no sangue o mesmo mal antigo!

21 — *Na Côte da Saudade*, pag. 95.

Mal da Saudade, — mal de que eu me aleito
nas horas que atravesso de mendigo —,
costuma-me embalar com tanto geito
que se tornou p'ra mim um bom amigo!" (22)

O mal da saudade define-o, o poeta, assim:

"Essa palavra "saudade"
se um português a inventou,
foi em Toledo, — jurava! —
que ele a chorar a soltou!" (23)

E, porque em Toledo? Responde, então:

"Toledo toda junta diz "saudade"
— Toledo tem costela portuguesa,
desde que um certo rei com humildade
aqui se fez vassalo da Tristeza!" (24)

"O' Corte do Silencio e da Tristeza,
solar de Dona-Infanta adormecida,
— seja a Saudade embora portuguesa,
quem sabe lá se foi aqui nascida?" (25)

22 — *Idem*, *idem*, pag. 73.

23 — *Idem*, *idem*, pag. 22.

24 — *Idem*, *idem*, pag. 89.

25 — *Idem*, *idem*, pag. 81.

Mas o poeta continua a sofrer e a cantar as suas magoas:

"Nasci debaixo de implacavel sina,
— mandam em mim constelações funestas,
Quando será que o meu penar termina,
Toledo dos Concilios e das Gestas?" (26)

Toda a sua saudade, toda a sua desventura, todo o seu sofrer são penitencias que ele as recebe. Nada lhe abate a sua fé nas ideias que professa, pelo contrario tornam-se mais vigorosas:

"Ouvi, alampadas! Tambem eu juro
guardar a minha vida em lealdade
ao grande sonho que me abraza o peito" (27).

"Errante como ele em terra alheia,
pudesse a dor que o peito me golpeia
abrir caminho ao Portugal-Maior!" (28)

Chega o momento em que Antonio Sardinha casa-se. Constitui familia, ele que tanto a louvara

26 — Idem, idem, pag. 45.

27 — Idem, idem, pag. 40.

28 — Idem, idem, pag. 80.

e exaltara. Apaixona-se por Ana Julia, a quem dedica os seus sonetos de amor, reunidos no *Chuva da tarde*:

"Chuva da tarde, — melodia mansa,
desejos vagos de chorar baixinho...
Voltei aos meus caprichos de criança
- só quero, Amor, saber do teu carinho!" (29)

O amor, tema tão repetido e usado pelos poetas de todas as escolas e matizes, tem em Sardinha uma nota original:

"Eu vejo-te sentada na varanda,
de volta com as coisas da costura,
— um livro aberto sobre a terra branca
e o regador dormindo na verdura.

E bordas o meu nome em fina holanda,
e bordas o meu nome, airosa e pura.
Mas vem a noite, — a noite que te manda
rezar por mim, ó doce creatura!" (30)

Manuel Murias destaca o "soneto espiritual", como modelar, chamando a atenção pois o poeta

29 — *Chuva da Tarde*, pag. 11.

30 — Idem, idem, pag. 21.

transformou, renovou, os temas de amor tão cançados:

"De agulha de ouro e de dedal de prata,
por essa linda tarde lusitana,
bordando estavas, doce e timorata,
— tal como Dona Iria na ventana" (31)

De volta do exílio, ele canta:

"E passa o tempo... Doce, á minha espera,
vives, sentada, entre cortinas de hera,
ao flanco tutelar duma colina.

Meu coração não sofre mais, ausente!
Vai descansar enfim tranquilamente
nas tuas mãos de moça e de menina!" (32)

São do exílio, ainda, estes versos, quando ele
sofre a ausencia da mulher amada:

"Anda no longe um eco imorredoiro,
- pocira de ternura em terra estranha...
E eu penso em ti, meu bem e meu tesoiro
— penso no teu amor que me acompanha!"
(33)

31 — Idem, idem, pag. 117.

32 — Idem, idem, pag. 102.

33 — Idem, idem, pag. 93.

"O que eu servira, p'ra viver contigo,
— tão doce, tão airosa e tão singela!
Assim, distante do teu rosto amigo,
em torturar-me a ausencia se desvela!" (34)

Com que alegria, que satisfação e contentamen-
to, ele anuncia o nascimento do seu filho, unico aliás,
Lopo. "A Senhora Minha Mãe", ele dedica este
poema:

"A divida em aberto não t'a pago.
Deste-me vida: Não me chega a vida
nem pr'a pagar o juro mais mesquinho!
— mas deixa minha Mãe! A esperança afago
de que essa conta enorme desmedida,
chegue a excede-la o amor do teu netinho!"
(35)

Qual não terá sido, entretanto, a dor que o poe-
ta experimentou ao lhe morrer o seu unico filho.
São as elegias de **Era uma vez um menino**, onde o
seu sofrimento está sublimado pela resignação cristã:

34 — Idem, idem, pag. 81.

35 — "A saudade em Antonio Sardinha", por Saraiva de Car-
valho, na revista *Gil Vicente*, Guimarães — Portugal,
nº. 1, 2, 3, 4, ano de 1940, pag. 38.

"Não chores, Filha, não chores,
— aceita, alegre, o destino.
As maguas mesmo as piores,
sabem a um gosto divino!

Cobriu-te a dor de suores,
eu sei, eu bem imagino!
Mas sofre angustias maiores,
se a gente chora o Menino!

Anjo de Deus inocente,
não ves que o choro da gente
só servirá pr'a o molhar?

Depois, molhadas as penas
das suas azas pequenas,
como é que ele ha de voar?" (36)

É ainda com o pensamento todo repassado desta resignação cristã, que ele compõe o seu bellissimo "hora sexta":

"Idilio triste num jardim deserto,
— idilio triste sobre cinzas quentes...
Quero-te, Amor, ao pé de mim, bem perto,
quero saber, Amor, o que tu sentes!

36 — Estudo, por Luiz de Almeida Braga, pag. XXX e XXXI.

Como o teu braço no meu braço aperto,
dirão que somos dois convalescentes...
Meu coração enfermo bate incerto,
— que tu o acolhas nessas mãos trementes!

Silencio, folhas secas, abandono...
Nas coisas passa um ar que desalenta,
— um ar de hesitação e desconforto!

Vamos, Amor, por este ceu de outono,
sentar-nos na alameda sonolenta,
— vamos falar do nosso Filho morto!" (37)

Triste por não ter um herdeiro, um descendente ele ainda se dirige ao seu querido Lopo:

"Hoje sem ti, não sei se Deus me empraza
a ser eu proprio o ramo derradeiro
da arvore ancestral a que presido" (38).

O após-guerra de 1918 é tragico. Por toda a parte a desordem, revoluções, tronos seculares que desabam. O momento é de todas as apreensões, na

37 — Chuva da Tarde, pag. 57 e 58.

38 — "A Saudade em Antonio Sardinha", pag. 38.

mais desbragada confusão. Antonio Sardinha, como poeta, não está isolado do meio, numa torre de marfim. Ele também sente o drama que se está passando em volta de se. E quando Spengler sentenciava a decadência do ocidente, como fato indiscutível e inevitável, antes que Henri Massis publicasse o seu estupendo *Defense de l'Occident*, ele compunha o seu poema *Roubo de Europa*, "que bem podia chamar-se a canção de gesta da Europa".

Estavam no exílio, o poeta e Luiz de Almeida Braga. A inspiração vem-lhe dum azulejo que repete um desenho de Veroneso. Reproduz a fabula de Ovidio, quando junto á praia, a filha de Agenor apascenta os rebanhos do rei. Um touro surge, ajoelhando-se aos pés da Infanta, lambendo-lhe as mãos, acariciando-a. Iludindo, o touro em que se transformara o deus namorador, rouba a Infanta, galopando por cima das ondas. Esta, descoberto o ardil, suplica, implora que a traga de volta, que a deixe em paz...

Antonio Sardinha imagina um outro roubo. A Infanta é a Europa, e o touro os principios revolucionarios que a levam ao abismo, á perdição:

"Europa! Europa! (E a bruma se descerra!)
Europa! Europa! Aonde é que tu vais?
Assim roubada, onde é que vais, Europa?
Onde é que vais levada, ó bela Infanta-" (39)

Mas, o poeta dá outra interpretação final, numa especie de parodia á fabula pagã. A fé catolica liberta a Infanta do jugo do touro. Agora ela fica a serviço de Deus e toma por bandeira o sinal da cruz:

"Já batisada quiz-te Deus pr'a filha,
traçou-te Deus caminhos imortais.
E vê, Europa: — a tua gloria brilha
por sobre a escuridão e os vendavais!" (40)

O após-guerra, com a sua desordem e revoluções, faz pensar numa repetição da fabula:

"Pois novamente o caos tumultuario
tenta apagar os dons que tu semeias...
O' madre antiga, embora no Calvario
não pas-es o teu facho a mãos alheias!" (41)

39 — *Roubo de Europa*, pag. 11.

40 — *Idem*, *idem*, pag. 18.

41 — *Idem*, *idem*, pag. 21.

Sardinha termina o seu poema concitando a não trocar a direção tradicional:

"Europa! Europa! (E já não te avisto!)
 não ouves esta voz que por ti chama?!
 Onde ficou o labaro de Cristo?
 Onde deixaste, Europa, a tua flama?
 O' madre antiga, embora no Calvario,
 não passes o teu facho a mãos alheias!" (42)

Um dos criticos portugueses declara, que "não se exagera em afirmar que Antonio Sardinha é talvez maior como poeta do que propriamente como prosador" (43). Estas palavras são a proposito do *Pequena Casa Lusitana*, "todo composto de sonetos, ora de sabor medieval, ora de sabor classico, mas todo ele de ritmo estranho, heroico sempre, empolgante", segundo o parecer, ainda, do mesmo critico.

Por este volume é que podemos verificar o paralelismo existente entre a poesia de Sardinha e os

42 — Idem, idem, pag. 23 e 24.

43 — "Antonio Sardinha na Pequena Casa Lusitana", por Rui de Carvalho, na revista *Gil Vicente*, n.º. 1 de 1938, pag. 8.

seus escritos de historia, politica e doutrina. A cada um dos seus ensaios corresponde um soneto. As teorias da Nobreza, do Municipio e das Cortes Gerais são paralelos os seus versos maviosos de "o rei", "o foral", "poema dos vilões", "a grei":

"O sangue o diz! E o sangue não se engana!
 Que ver o Rei na sua força calma,
 é ver a Patria com figura humana!" (44)

"Tomou o Rei a vila. E sem que o peça,
 deu-lhe o foral em mostras de carinho". (45)

"Eu cantarei os velhos povoadores,
 — gentes de homizio e rude vilanagem,
 que á sombra dos castelos protetores,
 foram lavrando todo o chão selvagem!

"Ninguém lhes sabe o nome ingenuo e tosco
 Mas quando o pão nos santifica a mesa,
 são esses bons avós que estão conosco". (46)

"São homens bons e honrados cavaleiros.
 São homens da lavoura e dos misteres.
 Eles serão na morte dos primeiros,
 sempre que tu, ó Patria, assim quiseses!

44 — *Pequena Casa Lusitana*, pag. 40.

45 — Idem, idem, pag. 41.

46 — Idem, idem, pag. 31 e 32.

Casaram-se os arados com as redes.
O Rei, por entre o povo, é como vedes
um português com outros a tratar" (47)

O seu apostolado infatigável do bom combate,
as lutas da intelligencia que empreendeu, ele assim
canta:

"Cruzado sou. Envergo uma couraça.
Jurei meus votos num missal aberto.
Eu me persigno confessando a Raça,
— eu me persigno em nome do Encoberto"
(48).

São, agora, os motivos historicos que preocupam o poeta: as origens, Portucale, Cabo da Roca, Viriato, soneto da conquista, manhã de Ourique:

"Deu-te o Senhor pr'a o escudo as Cinco-Cha-
l gas,
o teu sinal é o Sinal da Cruz.
Eu creio assim que em tua carne tragas
a Santa Face, aberta a sangue e luz.

47 — Idem, idem, pag. 85 e 86.

48 — Idem, idem, pag. 13.

Tu deste do teu ser ao mundo inteiro,
batendo-te por Cristo verdadeiro,
ó Cristo das Nações, ó Portugal!" (49)

Dom Pedro, Leonor Teles, Nun'Alvares, D. Duarte, D. João VI, Dona Carlota Joaquina, são figuras historicas de quem Sardinha traça o perfil poetico. O "jesuita" é um soneto de profunda sensibilidade:

"Ele agarrou no seu bordão de pobre.
E sem mais nada, apenas com Jesus,
a toda a terra estranha que descobre
é Portugal que leva mais a Cruz". (50)

Mas, a personalidade do Autor do *Pequena Casa Lusitana* reflete-se em todos os seus variados aspectos. Agora é polemico:

"O' Madre Inquisição, quem denuncia
essa moraima nova que eu odeio?
Subiu-lhe á alma a cor da castraria,
— belos tições p'ra ela arder no meio". (51)

49 — Idem, idem, pag. 37 e 38.

50 — Idem, idem, pag. 119.

51 — Idem, idem, pag. 183.

"Deitem-lhe os livros todos á fogueira.
E enquanto a chama os lambe justiceira,
ponham-lhe os santos oleos outra vez!" (52)

Em seguida, parece-nos que estamos a ler um
dos seus comentarios de combate ao regime de 1910,
com aquela vibração, que ele sabia incutir:

"Somos mercado de qualquer negreiro
que pense aproveitar-nos a carcassa.
Caimos como cai um prisioneiro
nas garras do inimigo que o amordaça" (53).

"Crucificado sobre um alto serro,
com moiros a jogar-lhe a roupa aos dados,
eis Portugal pagando o antigo erro
eis Portugal penando os seus pecados" (54).

Ele exalta a inquisição, a tão caluniada:

"O' Santa Inquisição, acende as chamas!
E no fulgor terrível que derramas,
vem acudir á Patria portuguesa!" (55)

52 — Idem, idem, pag. 182.

53 — Idem, idem, pag. 132.

54 — Idem, idem, pag. 195.

55 — Idem, idem, pag. 122.

Monsanto, onde o poeta esteve combatendo,
sai-lhe do intimo:

"Eu te saúdo, tremula de espanto,
altar da grande expiação da raça,
Monsanto, nome duas vezes Santo" (56).

Para quem apela ele, numa solução desespera-
da? Para o exemplo de Dom Sebastião, com o seu
"soneto de Alcacer":

"E como o Rei naquela hora baça,
peguemos no estandarte, ó meus irmãos,
— morramos abraçados á Bandeira!" (57)

A morte surpreende-lhe compondo um soneto,
que fica incompleto. É o seu "a El-Rei Dom Mi-
guel":

"É de medalha o teu perfil vincado.
Tu, sim, que foste o ultimo Senhor,
que deste ao cetro o uso dum cajado
e á Realeza o officio de pastor!

56 — Idem, idem, pag. 192.

57 — Idem, idem, pag. 128.

Ficou suspenso sobre a terra o arado.
desde que o abandonou o lavrador
Ninguém o tira donde está fincado,
não ha ninguém que o puxe com vigor!" (58)

Numa tentativa para completar o soneto, o Sr.
Conde de Alvellos compoz os seguintes versos finais:

"E o poeta morreu... pois Ele quiz
juntar a voz do Povo, em versos darte,
á Voz de Deus, no Ceu, donde nos diz:

— Já tendes Lavrador, que breve parte!
— Tão bem guiou o arado Dom Diniz,
quão bem saberá guiar-lo Dom Duarte!" (59)

Mas, como termina o *Pequena Casa Lusitana*?
Com o grito de guerra do poeta, que clama á luta:

"Cerra o quadrado! As armas todos juntos!
Ide acordar, trombetas, os defuntos,
— ou vivo ou morto, que ninguém se fique!

58 — Idem, idem, pag. 165.

59 — Entre Castelos e Quinas, pelo Conde de Alvellos, pag. 172.

E Portugal que está chamando a Raça.
A pé e ás armas, nesta hora baça,
que vai romper outra manhã de Ourique!" (60)

Antonio Sardinha poeta, é o que acabamos de
analisar. Que ele o foi grande, expoente das letras
do seu tempo, não nos preocupamos com este as-
pecto, pois todos o admitem com unanimidade.

Sua obra poetica está acima das suas outras
produções intellectuais? Ha quem o admita, com en-
tusiasmo e paixão, mesmo porque não existe nesta
asserção a menor diminuição ao valor dos seus en-
saio doutrinaes e historicos, que tambem estão ex-
pressos, como synthese ou resumo ou conclusões pra-
ticas, em admiraveis versos, lindos poemas e nota-
veis sonetos.

Sardinha foi grande. Com isto está dito tudo:
poeta, historiador, critico, doutrinaes, apostolo du-
ma ideia. Que o gosto de cada um escolha a trin-
cheira onde ele esteve, como predileta. Louve-a,
dedique-lhe maior carinho e cuidado, são os nos-
sos votos, pois repetimos: Sardinha foi grande em
tudo.

60 — *Pequena Casa Lusitana*, pag. 200.

VIII

O PENSAMENTO TRADICIO-
NALISTA

Revolução ou Tradição é um dilema que se apresenta ao homem, como solução da crise em que nos debatemos. Temos que reagir com o ambiente, com os princípios que dominam a sociedade, enfim com a opinião geral. De dois modos poderemos encaminhar esta REAÇÃO: pela Revolução ou pela Tradição.

Reagir pela Revolução é quebrar com os laços que nos prendem aos que nos antecederam, tumultuosamente, caindo na desordem, na confusão, no caos. É sabido que os mais modernos estudos de psicologia social atestam, que as revoluções são estados enfermos da sociedade, cujos autores souberam muito bem canalizar e dirigir as tendências psicopáticas inatas na humanidade. A massa, a multidão, age inconciente ou semi-conciente, nas revoluções, de um modo irrefletido, empurrada por estados afetivos

difusos que provem da mutua sugestão. Esta sugestão retrata, perfeitamente, que o estado passional coletivo está propicio ás reações antisociais favoráveis á desordem, ao crime, á destruição.

Ora, o estado de sugestão coletivo desenvolve-se ás custas de forças elementares, que podem tender indiferentemente para o bem ou para o mal. Mas, como a tendencia para o mal contem maior energia psicoafetiva, a multidão, a massa segue o caminho da destruição, dos assassinios, pois no homem os instintos de crueldade são os primeiros que se manifestam, logo que cessam os freios morais que impedem a sua livre expansão. (1)

Muitos dos herois das revoluções não passam de doentes de Asilos e Manicomios. Quem eram Robespierre, Marat, Lenine? Ou vejamos então, os autores intellectuais das revoluções, como Rousseau e Nietzsche, ambos também psicopatas. (2)

Tem a Tradição, em todos os paises, os seus apóstolos, que a definem com o mesmo carácter orto-

1 — *Divagaciones intrancendentes*, por Vallejo Nagera, pag. 159.

2 — *Psico-patologia da conduta antisocial* por Vallejo Nagera.

doxo. Charles Maurras e a sua escola politica dizem que ela quer dizer **transmissão**; é justamente o contrario da inercia. (3)

É, entretanto, na Espanha onde a bandeira da Tradição conseguiu pela luta, formar uma escola politica, tendo á seu serviço uma élite intellectual, onde brilham astros da grandeza de um Jaime Balmes, Donoso Cortés, Vazquez de Mella, Menendez y Pelayo, Aparisi y Guijarro, Pradera, Pereda. O Carlismo, como corpo de doutrina é a causa da Legitimidade, tendo completado em 1933 um seculo de existencia, todo ele de sacrificios e combates. A sua historia já foi publicada, num volume de seiscentas e tantas paginas. (4)

O doutrinador do Tradicionalismo espanhol Vazquez de Mella também define a Tradição, como a **transmissão** de um conjunto de ideias, de crenças, de aspirações, de instituições duma geração a outra, fundada num direito e num dever (5).

3 — *Mes idées politiques*, par Charles Maurras, pag. 67.

4 — *Historia del Carlismo*, por Roman Oyarzun, Ediciones RIE, 1939.

5 — *La Verdad del Tradicionalismo*, por J. E. Casariego, pag. 97.

Antonio Sardinha é o mestre do Tradicionalismo português. Ele parte do principio que o proprio homem é uma tradição acumulada, pois procede de pais e avós, que lhe legaram as características da sua pessoa. Esta observação é quasi que uma repetição das modernas leis da hereditariedade, do mais absoluto rigor científico.

A Tradição não é um ponto fixo no passado ou um ponto inerte da Historia. É uma linha que prende todas as gerações, idades, acontecimentos e homens. É a **permanencia na renovação, a continuidade no desenvolvimento**.

Para o pensamento tradicionalista, a célula social é a família, que habita um determinado município ou região, e vive pelo trabalho numa determinada profissão. Daí, a Tradição afirmar como principios basicos: a família, o município e a corporação. (6) Logo, toda a tara revolucionaria é repelida e condenada, como o individualismo, a ordem burguesa, o capitalismo (7). Não se trata de **conservar**,

6 — Purgatorio das Ideias, pag. 152

7 — Durante a Fogueira, pag. 102.

mas de **renovar**. (8) Segundo os principios da filosofia e da historia ela é **dinamismo e continuidade** (9). Não é uma ideia saudosista, expressão dum sentimento da sociedade que **foi**, da geração que **passou**, mas a **renovação** em harmonia com as verdades eternas e com as exigencias da epoca, restaurando em tudo a ordem natural e tradicional (10).

Mas, sem nacionalismo não pode haver o tradicionalismo, ou vice-versa. Ambos se completam num consorcio indestrutivel. Nacionalismo é o plasma originario e creador, o culto da patria, da terra. Tradição constitue a pratica das instituições acreditadas pela experiencia e o passado. (11) O tradicionalismo indica ao nacionalismo um rumo certo e quais as instituições que deram origem á nação, segundo a experiencia da historia, restituindo o equilibrio da sociedade pela sua noção de autoridade e hierarquia. (12)

8 — Idem, pag. 14.

9 — Ao ritmo da Ampulheta, pag. XXV.

10 — A prol do comum, pag. 50.

11 — A prol do comum, pags. 169 e 170, capitulo "Porque voltamos".

12 — Durante a Fogueira, pag. 160, capitulo "A transformação do Estado". Da Hera nas colunas, pag. 44.

A continuidade dos valores, que formaram a pátria, fica assegurada. Pela tradição, a soma de conhecimentos e conquistas, sem nenhuma solução de continuidade, é transmitida de uma época a outra, de uma geração á seguinte. É o caminho único do progresso, numa solidariedade dos Mortos aos Vivos (13).

Justamente, no argumento do progresso é que a Tradição tem sofrido os maiores combates. Ora, o que se dá é justamente o oposto, isto é somente pela tradição é que é possível o progresso, pois este depende de alguma coisa anterior, de uma transmissão recebida.

O exemplo de Sardinha, neste particular é intuitivo. Um doente que está com 40 graus de febre, ao voltar ao seu estado normal, á sua temperatura própria, **progridiu** (14). Daí a necessidade de voltar á Tradição, isto é, usando uma expressão de Maurras: "Restaurar pela razão e pela vontade, a

13 — *Purgatorio das Idéias*, pag. 153.

14 — *Ao Princípio era o Verbo*, pag. XV.

obra que os nossos maiores consolidaram pelo costume e pelo sentimento" (15).

João Ameal, ao situar a luta dos nossos dias entre a Revolução e a Tradição, esclarece que esta não é imobilidade nem aquela progresso. A significação dos verdadeiros termos é a seguinte: Tradição — desenvolvimento coerente, progressivo e seguro. Revolução — fermento doentio, destruidor, paralizante que provoca os crueis e sinistros retrocessos. (16).

Vazquez de Mella escreve que não ha progresso sem tradição e vice versa. Em seguida, argumenta as razões desta asserção, dizendo que um progresso, mesmo que fosse um invento extraordinario, mas que não contasse com a tradição para transmiti-lo á posteridade, morreria no mesmo momento de nascer. Em síntese ele — o progresso — não passa de uma perfeição que se sucede, que se transmite. (17)

• Salvador Minguijon amplia esta definição, es-

15 — *A prol do comum*, pag. 19.

16 — *Panorama do Nacionalismo Português*, por João Ameal, pag. 114.

17 — *La verdad del Tradicionalismo*, pag. 97.

clarecendo que o progresso não é mudança, troca de direção. Pelo contrario, é "o desenvolvimento da natureza humana dentro de uma harmonia constante entre suas distintas faculdades" (18). Os exemplos que apresenta são bem claros e elucidativos. Uma arvore cresce, desenvolve-se, com os seus galhos e ramos até a sua plenitude; é um progresso, mas não uma mudança ou troca. Um rio que cresce, aumenta de volume, transbordando as suas aguas, inundando e destruindo, não progride, pois o progresso não "é um crescimento sem regra nem finalidade". Balmes acrescenta que somente ha progresso quando a sociedade se aperfeiçoa; quando ela perde sua perfeição, ha retrocesso (19). Vitor Pradera conclue escrevendo que a sociedade "é regida não por meros principios abstratos, mas plasmados na Tradição" (20).

Charles Maurras, quando, no inicio do seculo, realizou o seu inquerito famoso, mais tarde reunido

18 — Al Servicio de la Tradicion, por Salvador Minguljon, capitulo V: "La idea de progreso", pags. 42 a 55.

19 — Ideario politico de Balmes, por José Corts, capitulo "El Tradicionalismo de Balmes", pags. 46 a 51.

20 — El Estado Nuevo, por Vitor Pradera, pag. 154.

num volume apelidado de Contrato-Social da Contra-Revolução, ouviu o Conde de Lur-Saluces, que exilado na Belgica, em curtas palavras esquematizou todo o assunto: "A familia pode considerar-se como o veiculo natural da tradição" (21). Pela transmissão de pai a filho é que se perpetua a celula primaria da sociedade, sendo a hereditariedade a tradição que liga entre se avós e netos, mortos e vivos.

Na economia, a Tradição dá normas e indica a solução mais justa. Diz o tribuno sindicalista português Rolão Preto, que o "Estado Corporativo, interpretando o verdadeiro sentido do **tradicionalismo economico**, encontra nele uma grande parte da sua essencia construtiva estabelecendo através do seu empirismo as leis de renovação e de equilibrio de que andavam afastados os homens" (22). O mais autentico expoente da doutrina corporativa, La Tour du Pin, esclarece que "ao regime corporativo, se o considera como a organização do trabalho mais adaptada aos principios da ordem social cristã e a mais

21 — Enquesta sobre la Monarquia, por Charles Maurras pag. 264.

22 — Para além do comunismo, por Rolão Preto, pag. 85.

favoravel ao reino da paz e da prosperidade geral” (23).

Não se cáia, entretanto, no mito do passado tomado como valor absoluto, pois ha um passado **positivo** e outro **negativo**. Dele devemos aproveitar. — é Sardinha quem fala — “o impulso dinamico, a sua força vivificadora” (24). Isto é, a Tradição.

O Conde de Paris, este Principe dos nossos dias que é jornalista, diretor do semanario **Courrier Royal** e da revista **Carrefour** que circularam até a hecatombe de 1940, e autor de livros que ferem assuntos palpitantes, **Essai sur le gouvernement de demain, Le proletariat e Programme**, anuncia a sua norma de governo com a seguinte maxima: “Reformar para conservar afim-de progredir”. (25)

Na Tradição é que, justamente, se conserva renovando e se realiza o progresso verdadeiro.

23 — *Hacla un orden social cristiano*, pelo Marquez de La Tour du Pin, pag. 51.

24 — Na Feira dos Mitos, citado por Rui Galvão de Carvalho em “Antonio Sardinha na Pequena Casa Lusitana”, revista *Gil Vicente*, janeiro de 1938, pag. 9.

25 — *Essai sur le gouvernement de demain*, por Henri Comte de Paris, pag. 249.

IX

RENOVADOR DA HISTORIA PORTUGUESA

Mesmo desconhecendo por completo a produção histórica de Antonio Sardinha, é fácil avaliar-se a sua grandeza, somente através dos conceitos que dela fazem os atuais expoentes desta ciência em Portugal. São os João Ameal, Caetano Beirão e Rodrigues Cavalheiro quem afirma, de modo categorico, que apenas seguem a trilha deixada pelo mestre insubstituido.

Para Caetano Beirão, os ensaios historicos de Sardinha destroem as falsificações, acabam com a obra de traição dos panfletarios, dos caluniadores (1). No prefacio do volume **De Dom João V a Dom Miguel**, os seus autores declaram que apenas estão cumprindo a vontade do poeta alentejano, que tivera o projeto de escrever umas erratas á historia de

1 — Via Latina, por Caetano Beirão, pag. 184.

Portugal, coisa que eles a executam agora, honrando a sua memoria (2). João Ameal, autor da monumental *Historia de Portugal*, volume completo de quasi 900 paginas, é o primeiro a homenagear e apontar Sardinha como aquele que reabilitou figuras enegrecidas pelas calunias, ao mesmo tempo que amarrava ao pelourinho certos vultos de louros falsificados (3).

Tivera ele o projeto de escrever uma *Historia de Portugal*, faz-nos esta confidencia ainda João Ameal, chegando mesmo a compor o plano, a traçar o esquema da obra, que a Providencia não consentiu que a realizasse (4). Acerca desse grandioso plano, Rodrigues Cavalheiro borda alguns comentarios, dizendo que o seu primeiro capitulo tinha por titulo "Cruz, Espada e Arado", numa sintese das origens da terra lusitana (5).

Situemos, agora, o problema da revisão histori-

2 — Erratas á *Historia de Portugal*, por Rodrigues Cavalheiro e João Ameal, introdução.

3 — Porque escrevi a *Historia de Portugal*, por João Ameal, pag. 28.

4 — *Historia de Portugal*, por João Ameal, pag. XV e XVI.

5 — *Revista Ocidente*, n.º 54, outubro de 1942, pag. 210 a 212.

ca em Portugal, segundo o pensamento de Antonio Sardinha. Apoia-se ele em Fustel de Coulanges, para declarar que a *Historia* tem sido elaborada por homens de partido, que neste trabalho dedicaram-se apenas a combater um adversario e a louvar o que lhes convinha em beneficio proprio. Daí, "a historia tornou-se assim entre nós uma especie de guerra civil em permanencia" (6).

Historia de partido, cheia de calunias, vícios e deformações foi o resultado. Tudo que poderia, por acaso, servir de arma politica teve applicação. "Não foram historiadores. Foram panfletarios", escreve Sardinha (7).

O vicio vem de longe, pois o romantismo introduziu o abuso da *imaginação*, desvio mental que o humanitarismo revolucionario aproveitou para a subversão da ordem tradicional, com as calunias e desmoralizações ás figuras do passado. (8)

Condicionava Sardinha a restauração de Portu-

6 — Fustel de Coulanges, citado em *Ao Principio era o verbo*, pag. 319.

7 — *Ao Principio era o verbo*, pag. 240.

8 — *A sombra dos porticos*, capitulo "Questões de Historia", pag. 89 a 122.

gal como nação e potencia, á restauração da sua historia: "Á historia, dizia ele, pertence uma ação decisiva na obra de resgate, que tanto se deseja e já se acentua fortemente; mas á historia, restituída á sua limpidez original, — á dignidade que o liberalismo lhe roubou, tornando-a num misero panfleto de partido" (9). Considerava, noutro local, "o problema da revisão da nossa historia como fundamental" (10); "é o encargo que mais de perto nos toca, — a revisão da historia, corrompida inteiramente pelo criterio sectario do romantismo politico" (11). "Restaurar a verdade na historia é restaurar a unidade da Patria" (12).

Problema urgente a que dedicou muitas das suas forças. Em quasi todos os seus livros, encontramos esta mesma ideia: "a cada hora eu verifico mais os resultados funestos da perversão da nossa historia" (13); "tornada por penas sectarias em arma de politica, a nossa historia não passou nunca

9 — Da Hera nas Colunas, pag. 123.

10 — Idem, idem, pag. 244.

11 — Purgatorio das Ideias, pag. 171.

12 — Ao Principio era o verbo, pag. 252.

13 — A Prol do comum, pag. 141.

dum panfleto sem consciencia nem consistencia contra a dinastia reinante" (14).

Para ele, a historia não é um valor estatico, limitado, especie de objeto de museus. Não, ela é dinamica, continua (15). Diriamos melhor: ciencia e arte. Ciencia pela pesquisa nos arquivos, interpretação de documentos, estudo metodico das fontes. Arte na elaboração do que se escreve, em estilo claro e literariamente perfeito.

Renovador da Historia portuguesa chamamos nós a Antonio Sardinha. Comecemos pelo seu ensaio "O Sul contra o Norte" (16). É a refutação da tese de Basilio Teles, Pinheiro Chagas e Alberto Sampaio, que sustentam a existencia dum suposto antagonismo entre o sul de Portugal, arabizado e mercantilista, com o Norte celula primaria da patria lusitana. Ora, esta tese é perigosissima para os destinos da terra portuguesa, pois é um germe de guerra civil que se introduz na historia, quebrando-se, portanto, a unidade moral da ideia de Patria.

14 — Durante a Fogueira, pag. 145.

15 — A sombra dos porticos, pag. 95.

16 — Idem, idem, capitulo "O sul contra o norte", pags. 1 a 58.

A nacionalidade teve a sua origem agrária. Mas, quando chegou o tempo em que a terra própria não lhe bastava, desenvolveu-se para o oceano, unica solução possível. País de grandes costas marítimas, Portugal não se poderia furtar às leis dos litorais, donde resultou que um povo de lavradores se transformou num povo de navegadores, descobridores e exploradores de novas terras e mercados. Este mercantilismo é preciso, entretanto, não confundir como uma empresa de lucros comerciais de outros povos. O navalismo lusitano obedecia a um idealismo: a propagação da Fé e do Imperio. Se houve comércio e ganhos, nada mais justo e legitimo, pois como poderia a nação manter-se, fazer frente às necessidades materiais?

Teimam, contudo, os aderentes desta tese, lançando mão do argumento racista, diante da falencia do imaginario conflito da planície com a montanha ou do suposto antagonismo comercial do sul com o ruralismo estrutural do norte. Ampliam, então, a suposta hostilidade do homem trigueiro e meão sultista com o nortista aloirado e esguio, ao que responde Sardinha: "não são os caracteres físicos que

afiançam a unidade duma raça. O que a solidarisa e perpetua, ao longo dos seculos, sempre conforme a si mesma, é o seu genio, — é o elemento moral ou psiquico". (17) Provas desta sentença, ele as apresenta com o continuo deslocamento das populações dum extremo a outro do país, coisa que é facil verificar a qualquer um, bastando que se disponha a examinar os livros de registro de casamentos e nascimentos, onde a naturalidade dos avós e pais está declarada. Conclue ele, com as palavras: "Não ha Norte contra o Sul; — nem Sul contra o Norte! Ha na sua bela homogeneidade moral e social o Portugal de nós todos, — o Portugal que tanto nasceu da espada de Afonso Henriques, como das obscuras cristandades mosarabes em que o genio da raça se perpetuou iluminadamente, graças ao calor dum como que pre-sebastianismo" (18).

Passemos, agora, a outro tema das origens: as quatro onças de ouro, tributo anual que Afonso Henriques ofereceu á Santa Sé, como vassalagem em tro-

17 - Idem, Idem, pag. 33.

18 - Idem, Idem, 55 e 56.

ca do apoio á existencia do novo Estado. (19) Muito mal compreendida tem sido esta attitude do Fundador, que recebe acusações de ter entregue á Roma, Portugal como terra foreira. Ora, antes de tudo é preciso examinar esta questão de acordo com a epoca em que ela se deu. Estavamos, em plena Idade Media, quando a autoridade moral da Santa Sé constituia uma especie de Sociedade de Nações, a *respublica christianna*, por todos acatada e aceita como supremo arbitrio. Cluny, que exercia uma preponderancia espiritual decisiva, estava regida por São Hugo, o abade dos abades, que era tio-avô do Conde Dom Henrique de Borgonha, o genitor de Afonso Henriques. De lá partiu todo o apoio á constituição do novo Estado, como medida de segurança e garantia contra o mouro, o infiel que pisava o chão da peninsula. O Condado Portucalense não se poderia opor pelas armas ás forças de Leão e Castela, é fato que não pode escapar ao mais miope. E, diante desta inegavel inferioridade, só

19 — Da Hera nas Colunas, capitulo "As quatro onças de ouro", pags. 115 a 159.

um ato inteligente de diplomacia salvaria a situação: colocar Portugal sob a proteção da Santa Sé. Diz Sardinha: "Contra a força da espada que nos procurava esmagar, opusemos a força do espirito, que nos atendeu e salvou" (20). Continua ele, ainda: "a nossa independencia talvez se deva mais — vinquemo-lo bem!! — ao ato de vassalagem prestado por D. Afonso Henriques á Santa Sé do que ás temeridades incomparaveis do seu montante de cavaleiro" (21). Donde, podemos afirmar que "Portugal, surgindo para a luz do dia em plena florescencia medievalica, é filho legitimo do Cristianismo e a sua historia não é mais do que um capitulo da historia da Igreja" (22).

O criterio da fundação de Portugal tem oscilado entre dois extremos. Para uns, ela é obra exclusiva dos seus Barões, enquanto outros sustentam a tese da massa, da multidão, do povo. Ora, ambos extremos não dizem a verdade, pois não houve

20 — Idem, idem, pag. 159.

21 — Idem, idem, pag. 124.

— Idem, idem, pag. 129.

nem individualismo nem coletivismo. (23) Não existe um conceito aristocrático da história nem conceito democrático. Há a História que abrange toda a nacionalidade, compreendendo Reis, Nobres, Clero e Povo, todos harmoniosamente ligados e equilibrados em função de um ideal superior. É a Grei. Esta é a verdade inegável, donde podemos tirar a conclusão: "a história de Portugal é filha de todos, — de reis, de bispos, de letrados, de pescadores e de ganhões" (24).

Passemos agora, ao estudo dos Reis de Portugal, de quem Sardinha nos dá um resumo perfeito, num dos seus ensaios de *Ao Principio era o verbo* (25). Ao Fundador sucede-lhe seu filho Dom Sancho I. A este, Dom Afonso II, seu filho. Dom Sancho II é o quarto Rei de Portugal, que é substituído por seu irmão Dom Afonso III. Segue-se-lhe seu filho Dom Diniz I, e a este Dom Afonso IV. Os dois últimos monarcas da dinastia de Borgonha são Dom Pedro I e seu filho Dom Fernando I. É uma serie

23 — Da Herra nas Colunas, capítulo "Os Gamas", pags. 301 a 323.

24 — Idem, idem, pag. 314.

25 — "Os nossos Reis", pags. 235 a 252.

magnífica de 9 Soberanos, no esplendor da Idade Média lusitana.

Tres episódios nos devem deter para uma pequena observação: a substituição no trono de Dom Sancho II por seu irmão Dom Afonso III; Dom Pedro I e Inez de Castro; o reinado de Dom Fernando, tão duramente atacado.

A substituição de Dom Sancho II no trono é um exemplo de como a autoridade moral da Santa Sé influiu no governo dos povos, motivo através do qual se consegue avaliar a importancia do ato de Afonso Henriques ao declarar o nascente reino como tributário de Roma, mediante a contribuição anual das 4 onças de ouro. Ao conflito do Rei com as autoridades eclesiásticas, depois de inumeras tentativas de acordos e combinações, o Papa impoz o interdito do Reino e excomungou Dom Sancho, seguindo-se a sua deposição e designação do seu irmão Afonso para novo Soberano. O ato foi sumario e sem apelação. Estavamos em plena Idade Média, quando a Santa Sé exercia uma autoridade internacional de vigilância e equilibrio de toda a cristandade.

Afonso IV, o heroi de Salado, chamado de "o

bravo", educado pela sua mãe a Rainha Santa (26), tinha o seu primogenito Pedro, príncipe real e seu eventual sucessor, totalmente dominado pela paixão que lhe despertara D. Inez Pires de Castro, filha de um fidalgo galego, cuja ascendência sobre o futuro Soberano só poderia ser malefica e anti-nacional. Um irmão de Inez, Alvarô Pires de Castro, intriguista e pescador de águas-turvas, ao morrer o Rei Dom Afonso XI de Castela, forma uma trama onde estão envolvidos dois bastardos do soberano falecido, Henrique Conde de Trastamara e Fradique Mestre de Santiago, com o fito de esbulhar o trono ao legítimo sucessor e herdeiro. Por intermédio da irmã Inez, que domina o seu apaixonado, Alvaro de Castro pretende também emaranhar na conjura o Príncipe Dom Pedro, sendo-lhe até oferecido a Corôa de Castela. Estava, pois, demonstrado o perigo anti-nacional da ascendência de Inez. Cumpria ao Rei destruí-lo, em benefício da segurança de Portugal, cujos Soberanos sempre deveriam permanecer alheios às querelas domésticas do país vizinho. Pondo a razão de estado

26 — A Prol do Comum, capítulo "A Rainha Santa", pags. 37 a 44.

acima de todo o sentimentalismo, Afonso IV faz executar a amante do filho na sua presença, fato que o romantismo tem aproveitado para provocar páginas líricas. Não foi um assassinio, mas uma EXECUÇÃO determinada pelo interesse nacional. É Sardinha quem comenta: "Quanto a Inez de Castro, é tempo de acabar-se com a lenda do seu assassinato crú e simples". E logo, na página seguinte: "De resto, que D. Inez não morrera assassinada, mas sim executada, como criminosa de traição ao Estado, é o que transparece perfeitamente do Cronicon Conimbricense" (27).

Dom Fernando padece de um erro de perspectiva. Portugal estava forte e rico, mas precisava expandir-se. Para onde? Às custas da vizinha Castela, pensa ele em lugar da África ou pelo Oceano, como seria acertado. Esta perspectiva errada é que sacrifica e exgota os recursos do reino. Mas, não nos esqueçamos que a Dom Fernando se devem a lei das Sesmarias e o desenvolvimento da frota portuguesa, impulsionada pela gratuidade das madeiras,

27 — A Sombra dos Portões, pags. 117 e 118

que os armadores podiam tirar o que necessitassem das matas reais, para a construção de novas embarcações. (28)

Acusam-no de "inconstante", coisa que não o era absolutamente, pois inclusive na sua paixão por D. Leonor Teles demonstrou tenacidade e perseverança até a morte. Que fôra noivo de outras duas Leonores, a de Aragão e a de Castela? Mas é preciso pesar, que estes noivados estabelecidos por razões de Estado, nada representavam para o coração de Dom Fernando, que nem ao menos conhecia de pessoa as suas prometidas. Romances são faceis engendrar de toda a ordem, pois até já não quizeram estabelecer as características somaticas do Soberano, usando-se as moedas fernandinas, afim-de crear um diagnostico retrospectivo (?), que servisse de apoio a um estudo "medico-psicologico"?!... (29)

A fatalidade quiz que o Soberano só tivesse uma filha Beatriz, casada com o Rei de Castela Dom João. Mas, assim mesmo, Dom Fernando tinha as-

28 — Ao Principio era o verbo, capitulo "O Rei Fernando", pags. 141 a 156.

29 — Da Hera nas Colunas, capitulo "Medicina e Historia", pag. 279 a 295.

segurado a Portugal, teoricamente, a sua independencia, mediante o tratado de Salvaterra. Caso ele não tivesse herdeiro varão, a corôa passaria para sua filha Beatriz, podendo então seu marido usar o titulo de Rei de Portugal. Governaria, entretanto, o reino a rainha-viuva Dona Leonor Teles, até que o filho de Beatriz não completasse 12 anos, quando ele seria coroado Rei de Portugal. Não havia, absolutamente, receio de ficarem unidas numa só pessoa as coroas de Castela e Portugal, pois Dom João de Castela do seu primeiro matrimonio tinha varios filhos. Portanto, o monarca castelhano apenas se limitaria a usar o titulo de Rei de Portugal, como coisa honoraria, perdendo-o logo que o filho de Beatriz alcançasse os 12 anos.

Teoricamente, esta disposição é perfeita. Jogava fora do baralho a hipotese duma intromissão dos irmãos de Dom Fernando na sucessão da corôa, eles que eram trunfos fortes, enquanto ao mesmo tempo garantia o governo do seu futuro neto, representado no poder durante sua infancia pela Rainha Dona Leonor. Mas, o homem põe e Deus dispõe...

O reino em peso se levanta contra Dona Leo-

nor, antipatisada e até odiada. O Rei Castelhana invade Portugal com suas tropas. Surge em cena, então, um outro representante da Dinastia. É Dom João, Grão Mestre da Ordem de Aviz, filho de Dom Pedro I, o "justiceiro", em torno de quem se galvaniza toda a aspiração nacional de independência, concretizada pelas armas na vitória de Aljubarrota. Meditemos nas lições que estes fatos nos sugerem (30). Na península não pode existir uma unidade física, mas duas nações irmãs aliadas para a defesa comum do interesse peninsular. Sem Aljubarrota, não haveria as Descobertas, que marcam uma nova era para a cristandade. É porque? Responde-nos Sardenha: "Porque, unido Portugal com Castela, ou Castela seguia o pendão da vertente atlântica e abalava conosco ao domínio do Mar, deixando pelas espaldas o Aragão, a política do Mediterrâneo e com ela o pesadelo do Turco e do Luteranismo, ameaçando subverter dentro de século e meio a ordem cristã na Europa, — e a epopeia ultramarina da Península resultaria incompleta, deficiente e mesmo estéril; ou

30 — Ao Princípio era o verbo, capítulo "Meditação de Aljubarrota", pags. 1 a 16.

então, cedendo ao impulso da vertente mediterrânea, o atalaiado reino da meseta volver-se-ia unicamente para os problemas internos do continente, incapacitando Portugal, anexado e amordaçado, de chegar até onde chegou na dilatação da Fé e do Império" (31).

Estamos agora na Dinastia de Aviz. São magníficos soberanos: Dom João I, Dom Duarte, Dom Afonso V, Dom João II, Dom Manuel, Dom João III, Dom Sebastião. É o Portugal das descobertas e das conquistas africanas. O seu ciclo está compreendido em duas datas, ambas de agosto, a 21 a tomada de Ceuta, e duzentos e tantos anos após, a 4, a catástrofe de Alcacer-Kibir. "Nestas duas datas se encerra todo o curso da nossa vida de povo durante a segunda dinastia", afirma-nos Sardenha (32).

O mouro não estava mais no reino, mas se encontrava á vista, do outro lado do mar, bem á solta, numa ameaça surda, barrando a passagem do Estreito, como uma sentinela avançada do inimigo. Era preciso desaloja-lo desta posição estratégica, mesmo

31 — Idem, idem, pag. 11.

32 — Ao ritmo da ampulheta, capítulo "Tuas Datas", pags. 135 a 146.

porque Marrocos tinha que ser o "Algarve de além-mar". É o Serviço de Deus que cabe executar com presteza, pois "dominar e reduzir o inimigo da Fé importava o mesmo que assentar mais fundos os alicerces da Patria" (33). Nova Cruzada, que empolga todo o reino. Ceuta é tomada, onde na mesquita já transformada em catedral, os "inclitos infantes" são armados cavaleiros.

A epopeia africana de combate ao infiel continua pelos reinados de Dom Duarte e Dom Afonso V. Este consegue tomar Tanger, Alcazar e Arcila. A bandeira das quinas flutua ao vento, vitoriosamente, nas principais praças do infiel, no norte africano. Com Dom João II, as explorações marítimas e navegações estão em ritmo acelerado. Os portugueses já ultrapassaram o "cabo das tormentas" crismado em "da boa esperança". O reinado seguinte, o de Dom Manuel, é o das grandes descobertas: a Índia, o Brasil, novos continentes. Chegamos após, a Dom João III, um grande caluniado por dois fatos marcantes: a inquisição e os jesuitas.

"Bicho-papão" podemos até apelidar a inquisi-

ção, que em dois séculos de funcionamento justicou 1500 pessoas, enquanto que em dez anos a guilhotina da revolução francesa decepou 17000 cabeças (34). Nos vinte e um anos do governo de Dom João III, foram condenados á morte 30 pessoas. Sanguinario tribunal. . . Donde escreve João Ameal: "A lenda da inquisição tenebrosa desfaz-se com absoluta simplicidade. Basta um pouco mais de boa fé e um pouco menos de ignorância" (35). Antonio Sardinha estudou este aspecto do reinado com uma clareza meridiana (36). De inicio recorda que "os fatos de ontem não podem nem devem ser apreciados pela mentalidade de hoje". Pesemos, agora, na balança da justiça os 30 justicados de um lado, e do outro os beneficios da inquisição. Em primeiro lugar, livrou Portugal das guerras de religião, que assolaram a França, Alemanha e Inglaterra, garantindo a unidade espiritual. É o Estado quem faz a justiça, em lugar do povo pelas proprias mãos, como

34 — Ao Principio era o verbo, pag. 84.

35 — Historia de Portugal, por João Ameal, pag. 305.

36 — Da Hera nas Colunas, capitulo "A familia de Ramalho", pags. 161 a 202. Durante a Fogueira, capitulo "As duas raças", pags. 131 a 141.

aconteceu em outras partes, evitando-se assim massacres barbaros. Impede a formação de quistos raciais, Estados dentro do Estado, fomentadores de anarquia e desordens. Zela pela pureza da moral e da fé. Por outro lado, é interessante observar que justamente durante a inquisição é que florescem os maiores escritores e artistas do seculo de ouro, na Espanha, como recorda Menendez y Pelayo (um Cervantes, um Calderón de la Barca, um Lope de Vega, um Velasquez, um Greco), e de cujo periodo o mexicano Alfonso Junco faz numa monografia excelente a precisa reabilitação (37).

E, os Jesuitas? São a Contra-Reforma necessaria e inspirada por Deus. A eles, o Rei entrega a evangelisação das novas terras e a formação educacional das novas gerações, pelo *ratio studiorum*. Estamos agora no seculo XVII, "seculo em que a Companhia de Jesus exerceu uma verdadeira ditadura moral e intelectual", tão duramente caluniado pela pseudo-historia da *Dedução cronologica-analitica* de

37 — Historia de España, por Menendez y Pelayo, pags. 169 a 180. Inquisición sobre la Inquisición, por Alfonso Junco.

inspiração pombalina. São os jesuitas quem assegura a vitoria da liberdade individual, com o livre-arbitrio. Donde, Pombal, o totalitario dos totalitarios como dizemos hoje, acusa-os de "monarcomanos & sequazes dos republicanos"... "Eu não quero converter — escreve Sardinha — os meus leitores á admiração da Companhia de Jesus. Exijo-lhes apenas, como homens cultos e de boa fé, que a encarem e julguem sem prevenção de especie alguma" (38). E, logo mais adiante: "Ora, nós portugueses, não podemos, na verdade, separar a nossa historia da historia da Companhia" (39).

Portugal desviara-se para a India. É Dom Sebastião quem vem continuar a epopeia africana dos seus avós. Ele quer fazer reviver os dias de Ceuta, Tanger, Alcazar e Arcila. O ritmo, interrompido pelas miragens das riquezas asiaticas, novamente se acentua numa inspiração de cruzada. (40) O Rei

38 — Da Hera nas Colunas, capitulo "O seculo XVII", pags. 241 a 278.

39 — Idem, Idem, pag. 255.

40 — Ao Principio era o verbo, capitulo "Alcazer-Quibir", pags. 175 a 183.

incarna, na verdade, a aspiração de todo o reino, o desejo de todos os seus súditos, tudo bem de acordo com a época, quando revive na cristandade o ideal de cruzada pregada pelo Papa Pio V, em vista do avanço do turco. Se sucumbiu, nos areais africanos, com a catástrofe de Alcacer-Kibir, é que assim Deus o quiz, continuando a reinar entre os seus pelo mito do Encoberto, do sebastianismo, que mais tarde será o pilar mais forte da Restauração.

Sobre os reinados dos Felipes em Portugal, Sardinha tem uma concepção histórica pessoal, como já explicamos no nosso Capítulo VI, quando tratamos da Legitimidade — A Questão Dinástica, na parte referente à crise de 1580-1640.

Chegamos ao advento da Dinastia de Bragança: Dom João IV, Dom Afonso VI e seu irmão Dom Pedro II, Dom João V, Dom José I, Dona Maria I, Dom João VI e Dom Miguel I. Todos estes monarcas foram levados ao calvário pela história de panfleto, de combate ao regime e às instituições, pela calúnia sistemática em benefício do advento do 5 de outubro de 1910.

Deve-se a Antonio Sardinha, recorda o Sr. Ro-

drigues Cavalheiro (41), a reabilitação total do Restaurador, tão desfigurado na sua verdadeira personalidade, pelas caricaturas que dele fazem os panfletários desde Oliveira Martins a Teófilo Braga. Da sua pena saíram 3 estudos, os que lemos nos seus livros *Ao Principio era o verbo* (42), *Ao ritmo da Ampulheta* (43) e outro por nós desconhecido, "1640", publicado na revista *Nação Portuguesa* de dezembro de 1922. Pesando o valor desta produção histórica, comenta ainda o mesmo autor: "Nada do que depois se fez, nesse campo, se teria feito sem a arrancada admirável desse glorioso paladino da Verdade Portuguesa".

Hoje em dia, já a autentica figura de Dom João IV aparece unanimemente retratada, desfeitas as calúnias da sua cobardia pessoal, da sua tibiesia, de ser um instrumento de terceiros, enfim ataques que os inimigos castelhanos espalharam largamente, só para o desmoralizar e empanar o brilho da Restauração, sem nenhuma consistência documentária. Foi pru-

41 — Revista Ocidente, n.º 25, maio de 1940, pags. 335 a 337.

42 — Capítulo "Os nossos Reis", pags. 235 a 252.

43 — Capítulo "Dom João IV", pags. 239 a 250.

dente, mas "não lhe tomemos a mal a sua prudência, em que consistiu talvez o segredo da nossa vitória". Agir no momento oportuno, exato e psicológico, foi a sua linha de conduta, não comprometendo a sua missão em aventuras impulsivas que tudo teriam destruído. Bom senso e realismo teve-os em grande dose.

Seu neto Dom João V, maiores doestos recebeu. "É outro grande monarca desacreditado por uma história de paixão, em que só a anedota intervém e o ponto de vista nacional se perde por completo", esclarece Sardinha (44). Mais uma vez, ele nos pede que não julguemos "os acontecimentos de ontem através dum critério de hoje". Ao biografar um homem do século XIV não se deve compará-lo com Napoleão, mas com um seu contemporâneo... Estamos no tempo de Luiz XIV, o Rei-Sol, e o soberano português não poderia viver desambientado da sua época e da sua situação. É ele quem nos constrói Mafra, dispensa a maior proteção às ciências e artes, funda a Academia Real de História. Ouve

44 — Ao ritmo da ampuheta, capítulo "Dom João V", pags. 103 a 113.

do povo, pela sua própria boca, as suas queixas e pedidos, duas vezes por semana, em audiências públicas que situam o seu exercício do poder bem de acordo com a noção de governo da monarquia tradicional.

Dom José I, seu filho que lhe sucede, é a realidade desfigurada pelo abastardamento do princípio, modificado da sua concepção medieval de *concordia* em regalismo absolutista, triste reminiscência do cesarismo romano do *imperium*. É ainda o Sr. Rodrigues Cavalheiro quem nos revela o pensamento de Sardinha sobre o pombalismo, expresso em obras que desconhecemos: *O valor da Raça, Na Feira dos Mitos* e "O território e a raça", capítulo do *A Questão Iberica* (45). Ele apelida o Marquez de "batedor da revolução", adjetivo aceito hoje por quasi todos os historiadores contemporâneos. Sebastião de Carvalho, inteligência estufada de Enciclopédia, "é o maior responsável pelas desgraças da Pátria" e o "precursor natural" da Revolução. As suas re-

45 — "Femal visto por Sardinha", na revista *Ocidente*, n.º. 8, outubro de 1938, pags. 450 a 453.

formas são desastres incomensuráveis, pois de um país essencialmente agrícola pretende metamorfoseá-lo em industrialista, matando o comércio com os monopólios. Expulsa os jesuitas e esfacela a velha nobreza portuguesa, destruindo famílias inteiras. O seu estatismo é violento, dando ao Estado uma orientação individualista, despótica, cesarista e anticristã. Enfim, desfigura a Realeza com o extremo do regalismo, que mais tarde levará ao extremo oposto do constitucionalismo, e em seguida á sua própria destruição. É a revolução em marcha, o seu início. Pombal é o seu "batedor", o seu "precursor natural", seu arauto de desgraças.

A revolução chega á França. A 14 de julho é a tomada da Bastilha, a velha fortaleza "considerada pelo sentimentalismo retórico dos historiadores românticos como o baluarte duma tirania que, afinal, não existiu nunca, a não ser na sua imaginação excitada" (46). Mas, afinal o que era a Bastilha? Uma prisão da nobreza, assaltada aos gritos de "viva o

46 — Ao ritmo da ampolheta, capítulo "A tomada da Bastilha", págs. 23 a 29.

Rei". Quantas vítimas gemiam sob os grilhões e correntes? Uma **multidão**, apenas 7: 4 falsários, Bechade, Laroche, La Corregge e Pujade; 2 loucos, Tavernier e De Whyte; 1 assassino, o Conde de Solages (47). E, os instrumentos de suplicio? Uma armadura medieval, tirada duma coleção de armas antigas, que existia na Bastilha, e uma máquina de impressão duma tipografia clandestina apreendida 3 anos antes... Comédia ou drama?...

Mas, a revolução continua, neste diapasão de comédia e drama, cuja ideia perfeita nos dá Pierre Gaxotte num livro de centenas de edições (48). Surge Napoleão Bonaparte, o consolidador da revolução e que espalha os seus princípios em todos os países. Agora é a vez das armas de Napoleão voltarem-se contra a península, dominando Portugal e Espanha. Mas, os cálculos do Corso não dão certo desta vez, com respeito a Portugal, cujo Príncipe Regente Dom João é outra figura das mais caluniadas, a quem Sardinha dedicou muitas páginas dos seus li-

47 — Os Segredos da Bastilha, por Funck-Brentano, pag. 105.

48 — La revolution française, por Pierre Gaxotte, tradução espanhola.

vros (49). Com as tropas inimigas, já às portas de Lisboa, é quando sabe da invasão. Que atitude tomar, na impossibilidade material de enfrentar esta "guerra relampago"? Ordena uma retirada estratégica, segundo o bom senso aconselha, pois ficar em Lisboa seria suicídio, entregar as mãos às algemas de Junot. Transfere a sede da Monarquia para o Brasil, medida que não representava novidade e já estivera em cogitações desde há 2 séculos, por vários dos seus avós. Estudemos, com pormenores, este fato que a miopia dos panfletários, irracionalmente, teima em chamar de "fuga" (sic).

Em primeiro lugar, a medida não constituía uma novidade, pois desde a Restauração, que o Pe. Antonio Vieira e o diplomata D. Luiz da Cunha tinham estudado esta transferencia, cujos planos Dom João IV examinara atentamente. Mais tarde, quando a Espanha invadiu Portugal, como consequência do "pacto de família", Pombal novamente trouxe á

49 — Ao ritmo da ampulheta, capítulo "A retirada para o Brasil", pags. 261 a 272; Ao Princípio era o verbo, capítulo "O copista de Junot", pags. 277 a 289; A prol do comum, capítulo "Então porque fugiu", pags. 139 a 151.

tona este projeto, chegando a preparar uma esquadra que transportaria Dom José I e sua família para o Brasil.

Que o embarque foi às pressas, desordenadamente? Ora, o inimigo já se encontrava em Abrantes e nada se sabia na Corte, onde a "quinta-coluna" de então conseguira interceptar todas as mensagens dirigidas ao Rei. Entre os próprios ministros havia traidores, um deles Antonio de Araujo e Azevedo, o futuro Conde da Barca, como está hoje provado pela correspondência de Junot a Napoleão, cujo "copiador" foi encontrado na Biblioteca da Ajuda. O ministro inglês Canning, discursando a 21-1-1808, chegou mesmo a declarar: "Ha certamente razão de crer que houve traição em alguma parte do Governo Português"...; e mais adiante: "... a ela se deve imputar o segredo guardado sobre o adiantamento das tropas francesas, ao mesmo tempo que se recebiam garantias de que elas não passavam da fronteira".

O plano de Napoleão era prender a família Real e se apossar da esquadra portuguesa, uma das melhores, pois nas batalhas de Aboukir e Trafal-

gar, a França perdera os seus navios de guerra. Com a retirada estratégica, tudo foi de água abaixo para os franceses, salvando-se a independência portuguesa e se evitando um certíssimo desembarque de Napoleão na Inglaterra.

Imaginemos, por hipótese, que tivesse acontecido o contrario, isto é que Dom João VI resolvesse resistir e enfrentar Junot. O exercito português estava espalhado pelas praias, a pretexto de guarnecer as costas ameaçadas pelos ingleses. Os invasores facilmente tomariam Lisboa e aprisionariam o Rei. Imediatamente, os ingleses se apossariam de todo o imperio colonial português, como o embaixador Lord Hawkesbury comunicara ao proprio Napoleão: "Se o Primeiro Consul invadir os Estados de Portugal na Europa, a Inglaterra invadirá os Estados Ultramarinos de Portugal". Com toda a esquadra portuguesa nas mãos, o Corso jogaria a sua grande cartada, a invasão das Ilhas Britânicas, cujo resultado é problemático de ajuizar. E, Portugal? Reduzido á metropole, sem dinastia, dominado pelos invasores, sem um foco de resistencia que lhe permitisse um possivel ressurgimento, não poderia escapar

á fatalidade da sua pulverização, da sua incorporação á Espanha, ou quando muito ficaria reduzido a uma Andorra, a um Luxemburgo.

Outro aspecto da questão, que nos apresenta Oliveira Lima (50), é a situação em que se achavam no momento os demais chefes de Estados europeus. O Rei da Espanha está preso. O monarca da Prússia encontra-se foragido, enquanto a capital vive sob baionetas francesas. Em Londres, exilado, o Stathouder da Holanda. Também exilados os Reis das Duas Sicílias e errantes as dinastias de Toscana e Parma. O unico que não foi vencido por Napoleão, digamo-lo a alta voz, é Dom João VI, que aceita o desafio do aventureiro Bonaparte, tomando a Guiana Francesa.

No Brasil vive o monarca, quando Lisboa é assaltada pela frustrada conspiração de 1817, cujo cabeça Gomes Freire sofre o suplicio. Um seculo após Portugal comemorou, com galas, este acontecimento, ao qual respondeu Sardinha com um bombardeio arrasador, num vibrante e corajoso estudo historico

50 — Dom João VI no Brasil, 1º. volume, pag. 46 e 47.

sobre a personalidade de Gomes Freire, aparecido precisamente na data da festa (51). Amarrado ao pelourinho da historia, o conspirador sofre uma segunda execução de Sardinha que arranca do falso heroi todos os seus louros, com uma energia e uma violencia irreprimiveis. É que o feriado nacional da sua consagração constitue "um insulto cuspidor á dignidade e ao respeito de todos os portugueses". "E então a mãos ambas, com a serenidade dum dever impreterivel de consciencia, executemos segunda vez o traidor que ha um seculo, precisamente, expiou o seu crime, dependurado dos barrotes duma forca na explanada de S. Julião da Barra" (52).

Quem é Gomes Freire? Um desnacionalizado, um desenraizado, nascido em Viena d'Austria, de mãe estrangeira: a Condessa de Schafftgotsche. Educou-se nesta mesma cidade, onde recebeu uma formação enciclopedista, revolucionaria. Como militar, é um insubordinado, indisciplinado, a provocar casos com os seus superiores. Com os franceses do-

51 — Ao Principio era o verbo, capitulo "Gomes Freire", pags. 43 a 88.

52 — Idem, idem, pags. 45 e 46.

minando sua patria, oferece sua espada a Junot, sendo um dos comandantes da famigerada "Legião Portuguesa", que Bonaparte organizou como força auxiliar dos seus exercitos. Perdoado desta traição, pela magnanimidade do Soberano, ao chegar a Lisboa Gomes Freire põe-se á frente das sociedades secretas, das quais é o Grão-Mestre, conspirando logo em seguida com as sociedades secretas da Espanha, que enviam dois emissarios a Portugal: Francisco Cabanes e José de Valls. É o primeiro prurido do ideal Iberista, do qual já tratamos no nosso Capitulo V — A Aliança Peninsular. O residente Beresford introduz na conspiração um elemento seu: Moraes Sarmiento. Depois, o resto é facil, pois o agente da contra-espionagem consegue obter a lista dos conspiradores e os documentos. Segunda vez reu de crime de traição á patria, Gomes Freire foi executado. É este o "heroi" cujo centenario mereceu as honras dum feriado... Um reles traidor, como prova Antonio Sardinha.

Fracassada esta tentativa revolucionaria das sociedades secretas de Portugal e Espanha, em 1820, voltam á cena, com melhor experiencia e maior pro-

babilidade de sucesso, pois na vizinha Espanha a revolução já vencera. É o Sinedrio, para cuja propaganda o embaixador espanhol Pando dispendeu a bagatela de cinco milhões de reales. (53) E, a 24 de agosto, dia de São Bartolomeu "em que o diabo anda a solta", a revolução estoura no Pôrto, aos gritos de uma constituição "mais liberal que a da Espanha". Está vitoriosa a revolução, com as suas Côrtes que se regem pelo diapasão do compasso e do esquadro simbólicos.

É este o ambiente de Portugal, quando a Família Real retorna á metropole. As humilhações impostas ao Soberano fazem pensar numa repetição dos ultimos momentos de Luiz XVI. Dom João, segundo as cartas do seu filho Pedro, "está positivamente preso", acha-se reduzido a um "estado de coação". As Côrtes são ainda julgadas pela boca do nosso primeiro Imperador, como "facciosas, horrosas, maquiavelicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas Côrtes". E, os deputados? — "Cafila sanguinaria", "bando de vis carbonarios e assassi-

53 — Ao ritmo da ampulheta, capítulo "1820", pags. 49 a 58.

nos com os que têm a V. M. no mais ignominoso cativoiro" (54). É interessante recordar que este depoimento de Dom Pedro é bastante singular, pois sabemos que ele era um partidario do Constitucionalismo dos mais convencidos e sempre lutou por esta ideia, quer no Brasil ou Portugal. Não foi a boca de um "absolutista" quem falou...

O que é o **vintismo**? As imagens sacras arrastadas em carroças pelas ruas de Lisbôa; prelados desterrados; a desnacionalização de todo o país, pela macaqueação da França revolucionaria. Sociedades Secretas surgem de toda a parte, algumas até com Bispos e Conegos de avental e malhete (55). A pena de Herculano retratou este pormenor com as seguintes palavras: "Multiplicavam-se as lojas maçônicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Arquitecto do Universo, e os espertos comer-lho em honra do mesmo Arquitecto" (56)...

A reação nacional diante deste estado de coisas

54 — Carta de Dom Pedro I ao seu pai Dom João VI, existente no Arquivo Nacional de Lisbôa.

55 — Ao ritmo da ampulheta, capítulo "Super flumina Babylonis", pags. 157 a 171.

56 — Idem, idem, citado por Sardinha, pag. 78.

não poderia demorar. Vem pela mão do Infante Dom Miguel, com a **vila-francada** (57), em 27 de maio de 1823, quando ele se põe á frente das tropas, saindo de Bemposta para Vila-Franca. Pouco a pouco, a reação vai se avolumando. São os batalhões de Lisbôa que aderem e finalmente o Rei também se dirige para lá, onde escreve uma proclamação: "as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos e persuações da maior parte da Monarquia". Dom Miguel é nomeado Comandante-Chefe do Exercito. Mas... as sociedades secretas também aderiram: Martins Pamplona, o companheiro de Gomes Freire da "Legião" nos exercitos de Bonaparte, e Mousinho da Silveira são figuras importantes na nova situação... Não é de hoje, a tática revolucionaria da acomodação...

Agora é a luta da Revolução contra a Tradição, esta representada pela pessoa de Dom Miguel, que é exilado para Viena d'Austria, no epílogo da **abrilada**, movimento tentado a pôr fim á influencia revolucionaria de certos setores da situação estabeleci-

57 — Idem, idem, capítulo "A Vila-Francada", pags. 77 a 87.

da com a **vila-francada**, movimento este fracassado graças á intervenção descarada do corpo diplomatico.

De volta do exilio, em 1828, Dom Miguel é recebido como um libertador. A nação inteira apela para sua pessoa: que livrasse os portugueses da tirania das sociedades secretas e da falsa **liberdade** da "Carta" imposta pelas baionetas estrangeiras, sem nenhuma consulta á nação, por um capricho de Dom Pedro o Imperador do Brasil. O Senado da Camara de Lisbôa envia-lhe uma representação pedindo que assumo o poder real como é de direito. O Infante não age levianamente. Responde que é um assunto de competencia da Nação Organizada, através da assembleia dos tres estados — Clero, Nobreza e Povo — as tradicionais Côrtes Gerais. Estas se reúnem a 25 de junho, cujas razões já as transcrevemos no nosso Capitulo VI — Legitimidade, onde também desenvolvemos alguns pormenores deste aspecto da sucção dinastica portuguesa.

Façamos um pequeno paralelo, agora, do que foi a adoção da "Carta" de Dom Pedro I com o fato da aclamação de Dom Miguel Rei de Portugal. Do Rio de Janeiro, o Imperador do Brasil envia no bol-

so de Lord Stuart uma "Carta", plagio da constituição brasileira, de que servira de copista o "Chalacha". A nação não foi ouvida, nem elaborou ou aceitou tal coisa, cuja pratica só foi possível, enquanto os canhões e as baionetas dos estrangeiros garantiram a sua existencia.

A aclamação de Dom Miguel foi um ato espontaneo de toda nação, que se pronunciou livremente, sem a imposição das tropas de occupação, que já se tinham retirado, desde abril, por ordem de Wellington. Foi a expressão verdadeira da vontade de Portugal, manifestada por um órgão historico da nacionalidade: as Côrtes Geraes. Entretanto, ensina a historia dos panfletarios que a "Carta" é a "liberdade" e a aclamação do Infante a vitoria do "absolutismo", da tirania, do obscurantismo...

Dom Miguel foi Rei de Portugal de 1828 a 1834. É "caluniado como nenhuma outra figura da nossa historia", comenta Sardinha (58). Sobre sua personalidade já escrevemos um longo estudo, na re-

58 — Idem, idem, capitulo "El Rei Dom Miguel", pags. 207 a 217.

vista *Tradição* (59), por ocasião das grandes festas dos Centenarios da Fundação e Restauração de Portugal: De tudo foi ele acusado pelos inimigos: tirano, ignorante, usurpador, perjuro... Todas estas lendas revolucionarias, hoje, estão pulverizadas e não resistem a uma critica imparcial e honesta.

Chegamos, finalmente, a ultima produção historica de Antonio Sardinha: o seu grande ensaio sobre Dona Carlota Joaquina (60). Tudo é calunia, mentira repetida, fabulas revolucionarias o que se diz a respeito dela, a começar pela descrição dos seus traços fisionomicos, que a pintam como um monstro de fealdade. Esta caricatura baseia-se nos apontamentos de Laura Junot, testemunha suspeitissima, pois além dos motivos politicos acrescenta-se que uma mulher sempre encontra defeitos nas do seu sexo... A Rainha absolutamente não era horrenda como tambem não constituia um tipo de beleza: um meio termo, conforme outros depoimentos da epoca (o do Marquez de Loureiral e do Prin-

59 — Revista *TRADIÇÃO*, Recife, nº. 20-21, 22 e 23.

60 — *Do Principio era o verbo*, capitulo "Dona Carlota Joaquina", pags. 317 a 378.

cipe de Giedroye) e as pinturas existentes, retratos do Museu do Prado de Madrid.

As calúnias tiveram como ponto de partida uma chantage de um aventureiro, José Presas, que estivera no Rio de Janeiro a seu serviço, por indicação do Vice-Almirante inglês Sir Sidney Smith, encarregado de sua correspondência, numa espécie de emprego que hoje chamamos secretário-particular ou oficial-de-gabinete. Passados anos, Presas quer receber mesadas e subvenções. Não sendo atendido, publica em Boudeaux, a 1830, um livro escandaloso *Memorias secretas de D. Carlota Joaquina*, que talvez lhe rendesse pela chantage alguns escudos. Ele é tão descarado, que confessa simploriamente: "Uma pequena resposta, acompanhada de uma letra de cambio de modesta quantia, teria sido o suficiente para que eu me calasse" (61). Pois é nesta fonte criminosa, que se apoiam os que repetem as calúnias, quando o bom senso de Oliveira Lima já comentava com todo o acerto: "Presas oferece todas as condições negativas: é uma testemunha indigna

61 — *Memorias secretas de Dona Carlota Joaquina*, por José Presas, pag. 212.

de credito, a que nenhum impulso levantado instigava e que só agia com mira no lucro". (62)

Dois aspectos, somente, queremos salientar na personalidade de Dona Carlota Joaquina: a sua atuação, no Rio de Janeiro, frente às Colônias Espanholas, e a sua conduta, posteriormente, em Lisboa, de protesto á anarquia do vintismo.

Napoleão, depois de prender a Família Real espanhola, numa cilada ignobil, faz com que o Soberano e o Príncipe Herdeiro assinem a renúncia á Corôa. Após, manda aclamar o seu irmão José Rei da Espanha, o "Pepe Botella" das anedotas, assim alcunhado pois só andava acompanhado de uma inseparável garrafa (em espanhol "botella") de vinho... As colônias espanholas da America não reconhecem de modo algum este governo usurpador, creando juntas de governo autonomas, em nome do Rei Fernando VII, enquanto ele não se livrasse do cativeiro. Foi, portanto, nesta attitude de lealismo á Mãe-Pátria, que se constituiu a semente da futura independencia dos esfacelados 4 Vice-Reinados espanhóis, tese historica

62 — Dom João VI no Brasil, pag. 223

do francês Marius André (63), em contraposição às opiniões de Garcia Calderon (64) e Hugo Barbajalata (65).

Diante desta situação, Dona Carlota Joaquina lança-se em cena, propondo a constituição de um governo central em Buenos-Aires, uma Regencia que seria ocupada por ela propria. Em favor desta aspiração, manteve uma atividade notavel, articulando-se com todas as juntas, mandando dinheiro, escrevendo proclamações, animando a todos por cartas. Certa vez, precisando urgentemente Montevideo de armas e dinheiro, e como naquela ocasião estivesse com a bolsa já exgotada, Dona Carlota entregou ao embaixador espanhol no Rio de Janeiro, Dom Carlos Martínez, Marquez de Casa Irujo, todas as suas joias para que fossem vendidas e o apurado convertido em armas e auxilio. O inventario das joias encontra-se no Arquivo Historico e Nacional de Ma-

63 — El fin del Imperio español en America, por Marius André.

64 — Les democraties latines de l'Amérique, por Garcia Calderon.

65 — La Revolution Française et l'Amérique Latine por Hugo D. Barbajalata.

drid, sendo elas avaliadas em 300 mil pesetas. (66) Deste gesto bellissimo de patriotismo só encontramos paralelo no da grande Isabel, quando forneceu meios que possibilitaram a Colombo descobrir novos mundos.

Esta aspiração da Regencia fracassou totalmente, pois a ela Dom João VI negou apoio. É que o Rei do Brasil tinha outras ideias. Pensava sim, numa Regencia, mas entregue ao seu sobrinho e protegido o Infante Espanhol Dom Pedro Carlos, que se casara no Rio de Janeiro com a sua filha predileta Dona Maria Tereza. Infelizmente, o destino alterou por completo as combinações: Dom Pedro Carlos faleceu em 1812 (67).

É desnecessario avaliar o que teria representado de notavel a execução do plano de Dona Carlota, materia magistralmente desenvolvida pelo historiador Julian Maria Rubio, num volume documentadissimo e bastante raro: **La Infanta Carlota Joaquina y la**

66 — Escribio nº. 3783, citado por Julian Rubio, á pag. 113, La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America.

67 — La Princesa de Beira y los Hijos de Don Carlos, pelo Conde de Rodezno, pag. 270.

política de España en America. Sem um ponto central de atração, as juntas, pouco a pouco, foram se desarticulando. Por outro lado, as Côrtes revolucionarias de Cadiz, com a sua legislação anti-catolica quebraram os derradeiros laços que prendiam as colonias á metropole. A independencia do Mexico que nasce do denominado Plano de Iguala, proclama a constituição de uma Monarquia, tendo á frente um Infante Espanhol. Este não aparece e Agustin de Iturbide substitui-o, ingloriamente (68).

Chegados de volta á Lisbôa, a demagogia exige que a Rainha jure a "Carta". É aí que se manifesta a firmeza, a coragem de Dona Carlota que repele esta imposição, com uma dignidade que só a enaltece e lhe cria uma aureola de magestade verdadeira e tradicional. Nenhuma ameaça quebrou a sua linha de conduta coerente com o principio que incarnava. Decretam a perda de sua hierarquia e a sua expulsão do país, medida esta que não pode ser efetuada, devido ao seu estado de saude. Vai, entretanto, desterrada para o Ramalhão, onde a encon-

68 — Agustin de Iturbide Emperador de Mejico, por Alberto de Macedo.

tra a vitoria da vila-francada. Deve-se a ela a publicação e divulgação da bula do Papa Leão XII **Quo graviora mala**, onde as sociedades secretas são condenadas de modo categorico. Talvez seja esse o seu maior crime e o motivo porque, em todas as epocas e em todos os lugares, as calunias continuam no seu realejo desafinado.

Renovador da Historia Portuguesa? Sim, como acabamos de ver, Antonio Sardinha imprimiu novos rumos a esta ciencia, na sua patria.

X.

CRITICO & LITERATO

Abordamos, finalmente, o ultimo aspecto da personalidade de Antonio Sardinha: o critico e literato, faceta esta em nada inferior ao poeta, ao historiador, ao doutrinador politico, ao apostolo dum ideal. Com toda justeza cabe-lhe o adjetivo de poligrafo.

Pouco, muito pouco se tem dito de Antonio Maria de Souza Sardinha literato, critico das boas letras, autor de paginas das mais puras expressões do bom gosto e que podem ser citadas como exemplos da literatura portuguesa, em antologias, seletas. É que a visão da sua exuberante atividade politica enche as medidas de todo o curioso que lhe queira devassar a vida, satisfaz imediatamente o olhar mais perscrutador. Saciam a sua sêde, apenas, neste lado da sua personalidade, e desistem de prosseguir, dão-se por satisfeitos.

Entretanto, é preciso acentuar que ele era um

amante das boas letras. E se foi político, elas tiveram a culpa... Mas, mesmo no torvelinho das paixões e nos choques partidários, ele conservou equilibradamente o seu elegante monoculo, como simbolo do seu bom gosto e fé nas letras. **Dum luceam perenam** é o distico do seu "ex-libris", uma tocha fumegante, cujo fogo arde pelos seculos afora.

Essa fé na inteligencia, na cultura, levou-o a orientar toda sua atividade politica para este setor. Se a morte não o tivesse arrebatado, grande empresa teria realizado, como nos refere o Sr. Fernando Campos (1). Um mês antes de fechar os olhos para sempre, em dezembro de 1924, acertara todos os planos com José Fernandes Junior, que era o seu companheiro da direção comercial da **Nação Portuguesa**, afim-de que logo em janeiro se instalasse uma grande casa editora, concorrente às melhores de Portugal, dispondo de capitais para furar o bloqueio a que estavam submetidos os escritores moços. Infelizmente, em 10 de janeiro, Sardinha é cadaver.

1 — "Um editor nacionalista", por Fernando Campos, revista Gil Vicente (Guimarães), novembro de 1939, pag. 183 a 186.

José Fernandes Junior, falecido a 14 de dezembro de 1939, aos 39 anos de idade, merece uma referencia especial. É ele quem dirige a parte comercial das principais publicações contra-revolucionarias: **Nação Portuguesa, Monarquia, Revolução, Monarquia Nova, Cultura, Bandarra, Historia**, até a interessante revista do Prof. Marcelo Caetano, **Ordem Nova**, que tinha por sub-titulo as seguintes "escandalosas" palavras: "Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democratica, contra-revolucionaria, reacionaria, catolica, apostolica, romana, etc."

É ainda o Sr. Rodrigues Cavalheiro, discípulo fiel e reconhecido, quem nos borda alguns comentarios sobre a produção literaria do mestre português. Sardinha é o "iniciador duma corrente literaria e dum metodo cultural que vão do puro lirismo, pela ressurreição de veios poeticos perdidos, á revisão do passado e á dignificação das figuras abastardadas pela interpretação partidaria" (2). E meses após, quando o seu busto se inaugurava em Monfor-

"O monumento a Sardinha", por Rodrigues Cavalheiro, revista Ocidente (Lisbôa), n. 15, julho de 1939, pag. 303 a 304.

te, aparecia o comentário sincero: "Na história da literatura e das ideias em Portugal não ha — nos últimos cinquenta anos — exemplo dum escritor ter exercido sobre a sua geração a influencia politica e intelectual que se deve á obra de doutrinação nacionalista de Antonio Sardinha" (3).

A sua critica não foi negativa, mas afirmativa e construtiva, recorda-nos a revista *Gil Vicente*. Ha quem a julgue exagerada em certos pontos, fruto do calor da polemica e da luta partidaria (4). Não nos parece acertada esta observação, pois preferimos sempre palavras verdadeiras ás que se usam vestidas de luvas de seda.

Nas letras portuguesas, Sardinha deixou varias contribuições originaes, pessoais. Duas, principalmente, devemos citar: a diferenciação do romantismo português e a interpretação das ideias dos "vencidos da vida": Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.

3 — "Antonio Sardinha", por R. C., revista *Ocidente*, setembro de 1940, n.º. 29, pag. 413.

4 — "Antonio Sardinha", editorial de *Gil Vicente*, janeiro de 1937, pag. 8 a 11.

Em primeiro lugar, ele define o que foi o Romantismo em Portugal. Contra o falso classicismo da Arcadia, Garrett e Herculano iniciaram o regresso "às fontes liricas da raça" (5), despertaram o veio esquecido da poesia lirica (6). Como vemos, não foi um movimento desorganizador ou a sobreposição da ordem sentimental á natural. É pelo contrario, a volta ás origens, ás nascentes da sensibilidade (7).

Não foi a desorganização do sentimento, mas a volta á sentimentalidade da Grei, ao lirismo lusitano, que constitue até uma das razões da independencia.

Garrett e Herculano caíram, é verdade, num erro de perspectiva. Ao aceitarem o constitucionalismo, pensaram que regressavam á tradição medieval das Cortes-Gerais, do municipalismo lusitano (8), depois dos estafantes estudos historicos da Idade Media portuguesa, que empreenderam. A desilusão em ambos foi por demais violenta...

5 — *Da Herança nas Colunas*, pag. 73.

6 — *Ao ritmo da ampulheta*, pag. 148.

7 — *Idem, Idem*, capitulo "A Herança de Garrett", pag. 1 a 11.

8 — *Idem, Idem*, capitulo "Velando armas", pags. 147 a 155.

Profundo é o abismo, portanto, que separa o Romantismo na França do em Portugal. Aquele é "uma psicose das mais desordenadas" (9), cujas consequências intelectuais são raízes da revolução de 89, um dos tres *rr* de Maurras. Ele se vem expandir nas letras lusitanas, com o ultra-romantismo, desorganizador e revolucionário.

Sardinha traça magistralmente a diferencial dos dois movimentos, acentuando que enquanto o lirismo português é um elemento positivo do genio e caráter, o romantismo francês deriva da desordem dos sentidos. E conclui: "não nos é lícito repelir o Romantismo, enquanto, na sua forma garrettiana, ele represente o ressurgimento das virtudes líricas da nossa raça" (10).

Passemos, agora, à interpretação das ideias dos "vencidos da vida". Diz Sardinha que "a perfeição literária em Portugal só aclama um mestre único: Eça de Queiroz" (11). Duas fases compreende o

9 — Da Hera nas colunas, capítulo "Um romantico esquecido", pags. 203 a 239.

10 — Ao ritmo da ampulheta, pag. 152.

11 — Ao princípio era o verbo, pag. 23.

romancista consagrado: a demolidora e a construtiva (12). Na primeira, ele apenas retrata uma sociedade em dissolução pelo liberalismo, sob a hipocrita aparência de honradez, enfim o *vintismo* triunfante com o constitucionalismo. As figuras de *A Reliquia*, *Primo Basilio*, *O crime do Pe. Amaro*, *Os Maias* são a galeria hipocrita e criminosa do Portugal da "Carta". Observou fatos com objetividade, nada mais.

Depois de mostrar a chaga em toda a sua putrefação, ele indicou a terapêutica: *A Ilustre Casa de Ramires*, *A cidade e as serras*, "O francesismo", capítulo das suas *Ultimas Páginas*, a quem Sardinha chama de seu testamento literário. Mas, não concluiu, ficou bem próximo à meta final... "Calúnia inqualificável" é julga-lo como um desnacionalizado e um desnacionalizador. *A Ilustre Casa de Ramirez* é "a mais completa e mais escrupulosa monografia que se conhece duma família portuguesa". *A Cidade e as serras* é uma apologia, um hino às virtudes da terra e do sangue. Um pormenor elucidativo mos-

12 — Purgatorio das Ideias, pags. 30 a 38.

tra como a intelligencia de Eça terminava na construção, liberta de preconceitos. Quando ele publicou a correspondencia de Fradique Mendes, na *Revista de Portugal*, fez uma expressão pejorativa a Dom João VI; entretanto, mais tarde, ao reuni-la em volume, suprimiu-a. Sardinha interroga se não teria sido Eduardo Prado, quem o convencera da sua sem razão ao ironizar o Rei do Brasil. "Grande Mestre", adjectiva Sardinha, que ainda comenta: "em vez de o olharem como um moralista que marca a ferro em brasa o tartufismo podre da nossa sociedade ultra-romantica, pouco falta para que o não inculquem como um autor pornografico, lido ás ocultas, com sabores proibidos de maledicencia secreta". (13) E conclue: "Justo é que nós o amemos, não como o Eça implacavel da ironia que não perdoa, mas como o obreiro internecido dum Portugal-Maior que está para renascer".

Ao morrer, em Paris, Fradique Mendes deixara manuscritos volumosos, encerrados num cofre espanhol do seculo XV. Por disposição testamentaria,

13 — Ao principio era o verbo, pag. 29.

tudo foi legado a uma dama russa, Mme. Lobrinska, da familia dos Principes de Palidov, donos dos dominios de Starobelsk, em Karkov. Não foi possivel de modo algum averiguar o que estes manuscritos continham; nem a pedido de Eça, Mme. Lobrinska acedeu em revelar o seu conteudo. O cofre espanhol seguiu com a dama russa de Paris, para Starobelsk, onde ela chorou a morte de Fradique até 1901, quando tambem sucumbiu. Durante a revolução vermelha, o dominio foi assaltado, incendiado e reduzido a nada. Desapareceu, pois, o cofre espanhol, na fumarada da destruição revolucionaria, levando os manuscritos para a cinza e o pó.

Que conteriam eles? Hipoteses varias surgiram: um livro de "memorias"? Um romance estilo civilização pre-cristã? Uma teoria da vontade ou uma psicologia das religiões? Nada disso responde Sardinha, mas os originaes dum tratado de uma "Filosofia da reacção na politica e na arte". (14)

Fradique contra-revolucionario é a conclusão que se chega, através da sua correspondencia cole-

14 - Purgatorio das ideias, capitulo "O espolio de Fradique", pags. 1 a 55.

cionada por Eça. Rico por herança, ele viaja todo o mundo. Tinha um dandismo de intelligencia e um diletantismo no pensar e no sentir. Mas, saturado do cosmopolitismo, a sua personalidade volta-se para a patria, regressa como filho prodigo á casa paterna. Ao comprar uma quinta em Sintra, timbra em declarar que quer estar preso a Portugal. Chegando á Lisbôa, indaga onde está o "Portugal-português"? É que "os frutos perderam, em Portugal, o sabor, como os homens perderam o carater desde o advento do parlamentarismo, desde o Constitucionalismo". E, noutra ocasião ainda repete o seu pensamento tradicionalista: "Depois destes enxertos (o constitucionalismo e o parlamentarismo) funestos no velho tronco lusitano, os frutos têm perdido o sabor como os homens têm perdido o carater". O seu nacionalismo já está exagerado: "Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, as linguas dos outros". E conclue ferinamente: "... o perfeito poliglotismo é um instrumento de alta **escroquerie**".

Para Sardinha, "Antero, Oliveira Martins e Eça de Queiroz são verdadeiros professores de naciona-

lismo" (15). Chama-os de "antecipados", adiantados 2 gerações. "Desempediram eles o terreno, para que nós pudessemos construir" (16).

De Antero de Quental, o que geralmente se escreve e se conhece, é que ele era filiado á Internacional e andou envolvido em conspirações proletarias, terminando os seus dias, tragicamente, com 2 tiros disparados na cabeça. Ora, esta parte negativa da sua existencia encobre a autentica personalidade do grande poeta, "um dos nossos precusores mais proximos e mais diretos" (17). Com Proudhon, este extranho Proudhon a quem se deve uma notavel defesa do poder temporal dos Papas, Antero aprendeu a detestar a revolução francesa e tudo que ela representa como principios politicos ou doutrina. Em 1864, quando o proprio Bispo de Vizeu negava-se a defender, publicamente, o Syllabus, é Antero quem aparece em cena, em auxilio do Chefe da Igreja Catolica, com o seu folheto "Defesa da Car-

Idem, idem, pag. 14.

Idem, idem, pag. 202.

Ao ritmo da ampulheta, capitulo "A dor de Antero".
pags. 187 a 205.

ta Enciclica de S. S. Pio IX contra a chamada opinião liberal". Será paradoxo?

Não, de forma alguma, pois ele era um precursor das modernas filosofias da intuição (18). Pelas suas cartas, aparece a sua verdadeira personalidade. Pessimista, não o era: "O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por ele, mas justamente para sair dele". Mofava do cientificismo, que era a epidemia da sua época. Ao positivismo, chama de "pobre filosofia essa e fraco apoio". O naturalismo arranca-lhe frases lapidares: "o que triunfa, e o que fica, é aquilo que está para além do naturalismo, aquilo que no homem não é já filho da natureza mas superior a ela e autônomo".

Havia, a tendencia de concluir na fé católica, pois chegou até o limiar do conceito católico da santidade. Morreu sedento, junto ao poço, á fonte, como na imagem conhecida.

Em Oliveira Martins, ha 2 fases contraditorias. Filiado á Internacional, hegeliano confuso, com o es-

18 — Ao principio era o verbo, capitulo "O verdadeiro Antezero", pags. 89 a 121.

tado de espirito revolucionario, é que escreve a sua **Historia de Portugal**, "livro desgraçado esse", como comenta Sardinha, pois é apenas o reflexo da loucura negativista do seu tempo (19). Proudhon é o seu mestre de um socialismo teorico. Agora, é a segunda fase: o Oliveira Martins do **Portugal Contemporaneo**, onde o liberalismo encontrou o "seu processo inexoravel". Transforma-se o historiador, num "demolidor do liberalismo nas advinhações formidaveis do **Portugal-Contemporaneo**" (20). Ingressa, então, na politica, intentando modificar a orientação do regime, com o apelo ao poder pessoal do Rei e as leis construtivas do fomento rural. O seu espirito, ao escrever a **Vida de Nun'Alvares**, é místico, está ás bordas da fé católica. E, nesta disposição da intelligencia e da vontade, é que entrega a sua alma a Deus, com uma morte cristã e exemplar.

Ramalho Ortigão, na sua "Carta de um velho a um novo", dirigida a João do Amaral (21), penitencia-se de todas as suas culpas e erros, e lamen-

19 — Idem, Idem, capitulo "Oliveira Martins", pags. 157 a 173.

20 — Idem, Idem, pag. 20.

21 — *Deb. Nacionalismos*, por Hipolito Raposo, pag. 41, nota.

ta ter malbaratado o seu esforço numa atividade negativa. O seu estímulo, o seu aplauso, o seu entusiasmo, nunca faltaram ao movimento do "Integralismo Lusitano". Esta conversão á verdade contrarrevolucionaria, Sardinha interpreta não como um mero caso individual, mas como a de toda a geração dos "vencidos da vida". De que modo poder-se-ia explicar este regresso de Ramalho, ás fontes do tradicionalismo? Fazendo um completo estudo genealogico (22), Sardinha aproveita a oportunidade para exemplificar a sua "teoria da nobreza", ao mesmo tempo que segue a orientação dos principios de Leon Daudet, que dentro de um criterio absolutamente científico, decompõe a personalidade humana no *moi* e no *soi*, tema brilhantemente estudado no *L'Heredo* e no *Le monde des images*. É no *moi* de Ramalho que se encontram os elementos positivos da sua personalidade: seu avô, Antonio Joaquim Ramalho Ortigão, possuía a carta de familiar do Santo Officio e fôra um miguelista sincero. Possuidor desta hereditariedade tradicionalista, o ensaista das *Far-*

22 — Da *Hera* nas colunas, capítulo "A Família de Ramalho", pags. 161 a 202.

pas concluiria forçosamente na Verdade religiosa e politica do seu avô, pela predominancia do *moi*. "Subsidio precioso" para problemas da nossa historia é, pois, o estudo genealogico. Mas, não se confunda a genealogia com a lisonja pouco exata das biografias dos nossos burgueses pançudos, que sempre descobrem um ascendente "ilustre", cujo grau de parentesco apenas explicam pela identidade de sobrenome...

E Guerra Junqueiro? Trata-se de um "prestigitador de rimas e tropos mais ou menos habilitado"; um "tema para um belo estudo de patologia literaria", "perfeito embuste intelectual"; possuidor de uma "musa suspeita", cuja produção é um "decalque e plagio" do "vitor-huguismo" (23).

Como vemos, nada desculpa Sardinha a Junqueiro, cujo sucesso ele atribue á degeneração da sensibilidade que trocou a compreensão pela sensação. O sarcasmo e a ironia são apenas elementos de dissolução revolucionaria, fontes de anarquia. Ele já é velho demais para que se lhe puxem as barbas

23 — *Purgatorio das Idéias*, capítulo "Guerra Junqueiro", pags. 181 a 191.

farisaicas, lembra Sardinha, mas façamos um Auto de Fé de sua obra.

Enquanto Antero, Eça e Oliveira Martins, pela mão de Froudhon guiavam-se através de um radicalismo semi-orgânico, elevando-se acima dos horizontes quotidianos, Fialho de Almeida, sem uma teoria, ficava no romantismo da religião da beleza (24). Irrequieto, impulsivo, o seu temperamento de aldeão impele-o para o sarcasmo violento. Daí, a sua obra, ausente de uma ideia orgânica, ser mais de vibração que de definição. O seu romantismo era aristocrático em oposição ao igualitarismo das barricadas. Mas, o seu republicanismo não tinha consistência doutrinária; era apenas um protesto contra os erros do constitucionalismo, expresso na sua frase: "antes qualquer outra coisa do que o que está". Confundia, portanto, o efeito com a causa. Mas, quando em 1908, João Franco pretendeu dar novos horizontes a Portugal, Fialho colocou-se inteiramente ao seu lado.

24 — Idem, idem, capítulo "O caso de Fialho" pags. 119 a 139. Ao Princípio era o Verbo, capítulo "O drama de Fialho", pags. 17 a 42.

Quando Teófilo Braga morre, Sardinha escreve: é o "último" (25). O derradeiro de uma geração negativista e destruidora, que desperdiçara o tempo em jogar areia para o mar. Teófilo sentia, em torno de se, um vazio de colegas e de alunos. Com a sua reputação intelectual abaladíssima, pela sua pouca fidelidade às fontes e aos documentos, persistiu numa ideia fixa: a sua posição sistemática de combate à Igreja e à Dinastia, numa atitude irracional.

Camilo Castelo Branco, o suicida de São Miguel de Seide, tem uma hereditariedade contraditória. Seus antepassados são irrequietos e inadaptados, cristãos-novos, às voltas com o Santo Ofício. Ele próprio recorda que uma sua avó longínqua chamava-se Raquel, a barbuda... Segundo um estudo de um médico português, ele é um psicopata, portador de tabes e de histeria, revelando pela sua conduta toda a síndrome mental que apresenta. Ora, divulga para o público tudo que a sua vida tem de mais secreto, ora repudia opiniões que ontem defendia com uma energia notável. Os personagens dos seus ro-

25 — A Prol do Comum, capítulo "Teófilo Braga", pags. 243 a 249.

mances são retratos de muitos dos seus antepassados, cuja vida não é exemplar em varios deles: o proprio genitor de Camilo deserta do Exercito, onde servia como cadete, na arma de cavalaria. Ha, entretanto, nalguns dos seus livros, conceitos tradicionalistas da mais pura ortodoxia. E, ao suicidar-se, ele deixou estas palavras: "Este abismo a que me atirei é o terminus da vereda viciosa por onde as fatalidades me encaminharam. Seja bom e virtuoso quem o puder ser" (26).

Bocage é o simbolo da anarquia intelectual e moral do naturalismo enciclopedista. É a revolução na sua primeira fase, a sarcastica, a voltaireana. Nascido num periodo de transição, é um inadaptado constante. Mas, a sua volta a Deus, a sua contrição sincera, tão bem expressa nas suas palavras — "Rasga meus versos, crê na eternidade" — servem de prova que o homem só pelo caminho da fé consegue paz de espirito e felicidade (27).

Chegamos, agora, a temas de pura literatura.

26 — Purgatorio das Idéias, capitulo "O Genio de Camilo", pags. 57 a 118.

27 — Ao Principio era o Verbo, capitulo "A conversão de Bocage", pags. 251 a 273.

como o "Amadis", as "Cartas da Freira", a cultura classica. Primeiro ponto basico é provar a origem portuguesa do "Amadis", cujo autor é Vasco de Lobreira (28). Ora, foi justamente esta obra quem exerceu na Europa uma influencia notavel, pela hegemonia nas letras e costumes. Contra a apologia do adulterio e das paixões fatais invenciveis, o "Amadis" trouxe um novo conceito de amor, igualando tanto os deveres e direitos para o homem como para a mulher. Assim, o lirismo português impõe-se á Europa, imprimindo um novo conceito moral e afetivo, uma nova noção e ideia de amor, que até hoje constituem a diretriz universal da sociabilidade ocidental. É até o lirismo umas das provas da dualidade peninsular, pois enquanto a poesia espanhola é a heroica da Gesta, a portuguesa é a do coração, da magua.

As cinco cartas de amor, aparecidas na França, atribuidas a Soror Mariana Alcoforado, a freira de Beja, não foram de modo algum escritas por uma

28 — A sombra dos porticos, capitulo "Significado do Amadis", pags. 189 a 263.

mulher, nem são traduções do português para o francês, como querem muitos interessados, em usa-las como ataque ao seiscentismo. Sardinha faz um processo interessantíssimo, pesando todos os prós e contras, concluindo que afinal elas representam apenas "documento da influencia espiritual exercida por nós na Europa" (29).

A Renascença é para Portugal a origem dos desvios, o primeiro dos tres fatidicos rr, que Maurras proclama como causa das desgraças da humanidade: a renascença, o romantismo e a revolução. Aqui, a superioridade do espirito de Sardinha aparece em todo o seu esplendor, ao apontar os "efeitos destrutivos da oratoria que gera a obscuridade mental e contribui para o rebaixamento do nivel comum da intelligencia" (30).

A critica literaria de Sardinha continua, no mesmo diapásão de firmeza e elevação cultural. Analiza o *Ilhas de Bruma* do poeta Afonso Lopes Vieira

29 — Da Hera nas columnas, capitulo "As cartas da Freira", pags. 67 a 114.

30 — Ao ritmo da ampulheta, capitulo "Cultura Classica", pags. 39 a 47.

(31), o *Pão Alheio* de Luiz de Almeida Braga (32), a musa do Conde Monsaraz (33), a campanha pró-humanidades de Manuel da Silva Gaio (34), as ideias do seu mestre Ferreira Deusdado "um nome a fixar duradoiramente" (35), Gama Barros (36), o Conde de Sabugosa (37), José da Silva Picão (38), o perfil do seu companheiro Hipolito Raposo (39).

Da sua critica, queremos ainda salientar duas produções suas, como subsidios da sua formação intelectual: "Na morte de Barres" (40) e "Carlos de Mesquita" (41). Este é o seu primeiro mestre, que lhe poz nas mãos a obra de Faine, o libelo tre-

31 — Idem, idem, capitulo "Nacionalismo literario", pags. 67 a 75.

32 — Idem, idem, capitulo "No jardim da raça", pags. 89 a 101.

33 — Idem, idem, capitulo "Conde de Monsaraz", pags. 123 a 136.

34 — Idem, idem, capitulo "Cultura Classica", pags. 39 a 47.

35 — Purgatorio das idelas, capitulo "Ferreira Deusdado", pags. 211 a 219.

36 — De vita et moribus, pags. 151 a 157.

37 — Idem, idem, pags. 159 a 178.

38 — Purgatorio das idelas, capitulo "José da Silva Picão", pags. 221 a 227.

39 — De vita et moribus, capitulo "Hipolito Raposo", pags. 207 a 213.

40 — Purgatorio das idelas, pags. 239 a 248.

41 — Idem, idem, pags. 249 a 256.

mendo á revolução de 89. Aproveita, então, a ocasião para recordar as suas ideias de adolescente, "um tradicionalista confuso", "mais de instinto que de consciencia". Maurice Barres é quem disciplina a sensibilidade do poeta alentejano, ao mesmo tempo que lhe ministra as lições de culto á terra e aos antepassados gloriosos.

Paginas de literatura pura, tambem as deixou brilhantes, cujos expoentes são "Esta Elvas" (42), "A Quinta do Vedor" (43), "Monsenhor" (44), "O casamento de meus avós" (45), e tantos outros pequenos capitulos que não se podem resumir nem transmitir numa analise ou comentario, pelo tom pessoal com que são escritos, "numa prosa de suave cadencia e musicalidade, onde sentimos passar as graças e as virtudes, as belezas e os encantos da velha terra portuguesa", como salienta o Sr. Conde d'Aurora (46).

42 — De vita et moribus, pags. 3 a 7.

43 — Idem, idem, pags. 9 a 25.

44 — Idem, idem, pags. 33 a 47.

45 — Idem, idem, pags. 75 a 83.

46 — "No espolio de Sardinha", pelo Conde d'Aurora, revista Broteria, maio de 1940, pag. 513.

Dum luceam perenam é o distico do "ex-libris" de Antonio Sardinha, repetimos. Toda a sua produção intelectual está guiada por estas tres palavras. É eterna, desafiando o tempo, sempre atual e viva, como o fogo simbolico da tocha fumegante. Ac principio era o Verbo.

BIBLIOGRAFIA

Na Corte da Saudade, por Antonio Sardinha, Editora Lumen, Coimbra, 1922.

Chuva da Tarde, por Antonio Sardinha, Editora Lumen, Coimbra, 1923.

"A Teoria das Côrtes-Gerais", por Antonio Sardinha, introdução às *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Côrtes Gerais* do 2º. Visconde de Santarém, Lisboa, 1924.

Ao ritmo da ampulheta, por Antonio Sardinha, Lumen Editora, Coimbra, 1925.

Durante a Fogueira, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Universal, Lisboa, 1927.

A Sombra dos Porticos, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Ferin, Lisboa, 1927.

Da Hera nas Colunas, por Antonio Sardinha, Editora Atlantica, Coimbra, 1929.

Purgatório das Ideias, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Ferin, Lisboa, 1929.

A Aliança Peninsular, por Antonio Sardinha, 2ª. edição, Editora Livraria Civilização, Porto, 1930.

- Roubo de Europa*, por Antonio Sardinha, Editor Valentino de Sá, Lisboa, 1931.
- De Vita et Moribus*, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Ferin, Lisboa, 1931.
- A Prol do Comum*, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Ferin, Lisboa, 1934.
- Processo dum Rei*, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Civilização, Porto, 1937.
- Pequena Casa Lusitana*, por Antonio Sardinha, Editora Livraria Civilização, Porto, 1937.
- Ao Princípio era o Verbo*, por Antonio Sardinha, Edições Gama, 2ª. edição, 1940.
- Via Latina*, por Caetano Beirão, Lisboa, 1938, Empresa Nacional de Publicidade.
- Panorama do Nacionalismo Português*, por João Ameal, Edição de José Fernandes Junior, Lisboa, 1932.
- De Dom João V a Dom Miguel — Erratas á Historia de Portugal*, por João Ameal e Rodrigues Cavaleiro, Livraria Tavares Martins, Porto, 1939.
- Historia de Portugal*, por João Ameal, Livraria Tavares Martins, Porto, 1940.
- Porque escrevi a Historia de Portugal*, por João Ameal, Livraria Tavares Martins, Porto, 1941.
- Dois Nacionalismos*, por Hipolito Raposo, Livraria Ferin, Lisboa, 1929.
- Aula Regia*, por Hipolito Raposo, Livraria Civilização, Porto, 1936.
- Patria Morena*, por Hipolito Raposo, Livraria Civilização, Porto, 1937.
- "Estudo" de Luiz de Almeida Braga, introdução ao *Roubo de Europa*, Lisboa, 1931.

- Paixão e Graça da Terra*, por Luiz de Almeida Braga, Civilização Brasileira Editora.
- "Antonio Sardinha", conferencia de Manuel Murias na Associação dos Empregados no Comercio e Industria, em Lisboa, a 10-1-1937, publicada na *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, edição de 12-2-1937, paginas 1, 2 e 3.
- Princesa e Monja*, pela Princesa de Lowenstein, tradução do Conde de Alvellos, Livraria Tavares Martins, Porto, 1936.
- Entre Castelos e Quinas*, pelo Conde de Alvellos, Editora Educação Nacional, Porto, 1940.
- Um Soneto*, pelo Conde de Alvellos, Porto, 1942.
- Literatura Reacionaria*, por Jackson de Figueiredo, Edição do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, 1924.
- Documentos da Aclamação de El-Rei Dom Duarte II*, Edição das Juventudes Monarquicas, Lisboa, 1933.
- A Princesa Isabel*, por Pedro Calmon, Editora Nacional, 1941.
- Les Camelots du Roi*, por Maurice Pujo, Flammarion Editeur, 1933, Paris.
- La Historia de España*, por José Maria Pemán, Libreria Cervantes, Cadiz, 1939.
- Elementos de Historia de Portugal*, por Alfredo Pimentta, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1936.
- "No Espolio de Sardinha", pelo Conde d'Aurora, revista *Broteria*, Lisboa, maio de 1940.
- Defensa de la Hispanidad*, por Ramiro de Maeztu, Madrid, 1934.

- El-Rei Dom Duarte II*, por Antonio Cabral, Lisboa, 1934, Livraria Popular F. Franco.
- Historia de España*, por Menendez y Pelayo, Cultura Española, Valladolid, 1938.
- Escritos Políticos*, por Eugenio Vegas Latapie, Cultura Española, Madrid, 1940.
- El pensamiento político de Calvo Sotelo*, por Eugenio Vegas Latapie, Cultura Española, Madrid, 1941.
- El destino de España en la historia universal*, por Zacarias Garcia Villada S. J., Cultura Española, Madrid, 1940.
- Historia del Carlismo*, por Roman Oyarzun, Ediciones FE, Bilbao, 1939.
- Dom Pedro I e a Marquesa de Santos*, por Alberto Rangel, Livraria Francisco Alves Editora, 1916.
- La Verdad del Tradicionalismo*, por J. E. Casañiego, Ediciones FE, Madrid, 1940.
- Dom Pedro e Dom Miguel*, por Oliveira Lima, Editora Melhoramentos, 1925.
- Dom Miguel no Trono*, por Oliveira Lima, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.
- Memórias*, por Oliveira Lima, Editora José Olímpio, 1937.
- Dom João VI no Brasil*, por Oliveira Lima, Edição do Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 1908.
- "A margem do Diario de Gama e Castro", por Severino Sombra, revista *A Ordem*, Rio de Janeiro, dezembro de 1933, pags. 841 a 852.
- Mes idées politiques*, por Charles Maurras, Editeur Fayard, Paris, 1937.

- Encuesta sobre la Monarquia*, por Charles Maurras, tradução espanhola, Madrid, 1935.
- "O moderno pensamento nacionalista português", por Sergio Higino, na revista *Fronteiras*, junho de 1940, pag. 17.
- Mensagem dos estudantes monarquicos de Portugal aos estudantes de Espanha*, Lisboa, fevereiro de 1931.
- Revista *Nação Portuguesa*, Lisboa, 1925, 3ª. Serie, numeros 3, 4, 5 e 6.
- Revista *Estudos Portugueses* (Integralismo Lusitano), fasciculo II de maio de 1932 e fasciculos X de janeiro de 1933, volume I.
- "El-Rei Dom Miguel I", por Guilherme Auler, na revista *Tradição*, Recife n°. 20-21, 22 e 23, 1941.
- Historia do Brasil*, por João Armitage, Timp. Imp. e Comp. de J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1837.
- "Sardinha e a Espanha", por Jordão Emerenciano, na revista *Tradição*, Recife n°. 18, pag. 247.
- "Elvas — Quinta do Bispo", por Azinhal Abelho, na revista *Gil Vicente*, Guimarães, janeiro de 1942, pags. 8 a 11.
- Divagaciones Intrascendentes*, por Vallejo Nagera, Valladolid, 1938.
- Psicopatologia de la conduta antisocial*, por Vallejo Nagera.
- "Antonio Sardinha na Pequena Casa Lusitana", por Rui Galvão de Carvalho, na revista *Gil Vicente*, Guimarães, janeiro de 1938, pag. 8 a 18.
- "A Saudade em Antonio Sardinha", por S. Saraiva de Carvalho, na revista *Gil Vicente*, Guimarães, janeiro e março de 1940.

- Por las Rochas del Tajo*, pelo Cap. José de Sanz y Diaz, Editora Livraria Santarem, Valladolid, 1938.
- Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias*, pelo Monsenhor Pinto de Campos, Edição da Biblioteca Militar, 1939.
- "Antonio Sardinha", por Luiz Chaves, na revista *Gil Vicente*, Guimarães, janeiro de 1940, pag. 17.
- "Antonio Sardinha poeta de inspiração etnografica", por Luiz Chaves, na revista *Ocidente*, Lisboa, n.º. 33, janeiro de 1941, pags. 142 a 144.
- Inquisición sobre la Inquisición*, por Alfonso Junco, Cultura Española, 1938.
- La revolucion francesa*, por Pierre Gaxotte, tradução espanhola, Madrid, 1934.
- Os Segredos da Bastilha*, por F. Funck-Brentano, Edição da Livraria Lello, Porto.
- "Antonio Sardinha e o Restaurador", por Rodrigues Cavalheiro, na revista *Ocidente*, Lisboa, n.º. 25, maio de 1940, pags. 335 a 337.
- "Cruz, Arado e Espada", por Rodrigues Cavalheiro, na revista *Ocidente*, n.º. 54, outubro de 1942, pags. 219 a 212.
- "Pombal visto por Sardinha", por Rodrigues Cavalheiro, na revista *Ocidente*, n.º. 6, outubro de 1933, pags. 450 a 453.
- "O monumento a Sardinha", por Rodrigues Cavalheiro, na revista *Ocidente*, n.º. 15, julho de 1939, pags. 303 e 304.
- "Antonio Sardinha", por R. C., revista *Ocidente*, n.º. 29, setembro de 1940, pag. 413.

- Les democracies latines de l'Amerique*, por F. Garcia Calderon, Editeur Flammarion, Paris, 1912.
- El fin del Imperio español en America*, por Marius André, Cultura Española, 1939.
- La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*, por Julian Maria Rubio, Biblioteca de Historia Hispano-Americana, Madrid, 1920.
- Agustin de Iturbide Emperador de Mejico*, por Alberto de Mestas, Editorial Española, San Sebastian, 1939.
- La Princesa de Beira y los hijos de Don Carlos*, pelo Conde de Rodezno, Editorial Voluntad, Madrid, 1928.
- Memorias Secretas de D. Carlota Joaquina*, por José Presas, Zelio Valverde Editor, Rio de Janeiro, 1940.
- La revolution française et l'Amerique latine*, por Hugo D. Barbagelata, Edition Université de Paris — Faculté des Lettres, 1936.
- Essai sur le gouvernement de demain*, por Henri Comte de Paris, Edition Flammarion Paris, 1936.
- El Estado Nuevo*, por Vitor Pradera, Cultura Española, Madrid, 1935.
- El derecho a la rebeldia*, por A. de Castro Albarrán, Cultura Española, Madrid, 1934.
- Ideario político de Balmes*, por José Cortis, Cultura Española, Madrid, 1934.
- Al servicio de la Tradición*, por Salvador Minguijón, Editor Javier Morata, Madrid, 1930.
- Para além do comunismo*, por Rolão Preto, Edição da Junta Escolar de Coimbra, 1932.

Hacia un Orden Social Cristiano, pelo Marquez de la Tour du Pin, Cultura Española, Madrid, 1936.

"Antonio Sardinha", nota redacional da revista *Gil Vicente*, janeiro de 1937.

"Um editor nacionalista", por Fernando Campos, em *Gil Vicente*, novembro de 1939, pags. 183 a 186.

Citação de João do Amaral, na revista *Ocidente*, Lisboa, n°. 10, fevereiro de 1939, pag. 360.

AUTORES CONSULTADOS

Antonio Sardinha
Alfredo Pimenta
Alberto Rangel
Antonio Cabral.
Azinhal Abelho
Alfonso Junco
Alberto de Mestas
A. de Castro Albarrán
Cactano Beirão
Conde d'Aurora
Conde de Alvellos
Charles Maurras
Conde de Rodezno
Eugenio Vegas Latapie
F. Funck-Brentano
Fernando Campos
F. Garcia Calderón
Guilherme Auler
Hipolito Raposo

Hugo D. Barbagelata
Henri, Comte de Paris
João Ameal
Jackson de Figueiredo
João do Amaral
José Maria Pemán
J. E. Casariego
João Armitage
Jordão Emerenciano
José de Sanz y Díaz
Julian Maria Rubio
José Presas
José Corts
Luiz de Almeida Braga
Luiz Chaves
Manuel Murias
Marius André
Maurice Pujo
Monsenhor Pinto de Campos
Menendez y Pelayo
Marquez de La Tour du Pin
Oliveira Lima
Pierre Gaxotte
Pedro Calmon
Princesa de Lowenstein
Rui Galvão de Carvalho
Roman Oyarzun
Ramiro de Maeztu
Rodrigues Cavalheiro
Rolão Preto
S. Saraiva de Carvalho

Sergio Higinio
Severino Sombra
Salvador Minguijón
Vitor Pradera
Vallejo Nagera
Zacarías Garcia Villada.

INDICE

I	— O Perfil	pagina	19
II	— Sua Obra	"	39
III	— Suas Ideias e Doutrina	"	55
IV	— Seu Apostolado'	"	79
V	— A Aliança Peninsular	"	105
VI	— Legitimidade — A Questão Di- nastica	"	119
VII	— O Poeta	"	139
VIII	— O Pensamento Tradicionalista .	"	173
IX	— Renovador da Historia Portu- guesa	"	185
X	— Critico & Literato	"	233
	Bibliografia	"	259
	Autores consultados	"	269

Acabou de se imprimir este
livro aos doze dias do mês
de maio de mil novecentos e
quarenta tres, nas oficinas
do "Diario da Manhã", na
cidade do Recife.

L A U S D E O

PREÇO : Cr. \$ 7,00

Distribuidores gerais das Edições do Ciclo Cultural
Luso-Brasileiro: Livraria Moderna Rua Duque de Ca-
xias n.º 223 Recife, e "Livros de Portugal Limitada"
Rua do Ouvidor n.º 106 Rio de Janeiro.